

Termo de Referência 126/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
126/2025	110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	FABRICIO DA SILVA GAMA	28/05/2025 13:15 (v 7.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia	303/2025	00059.000383/2025-15

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Pregão eletrônico para registro de preços para a contratação de serviços de engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem prestados no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, nos termos da tabela abaixo, conforme exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Registro de Preços para Contratação de Serviços de Engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem prestados no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e os artigos 6º e 8º do	22225	Serviço	25.000.000	R\$ 1,00 (um real)	R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais)

	Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.					
--	---	--	--	--	--	--

- 1.2. O objeto da contratação tem a natureza de serviços comuns de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.
- 1.3. Após a homologação o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024.
- 1.4. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP será de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, combinado com o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, nos exatos quantitativos estabelecidos na ARP, desde que seja comprovado o preço vantajoso e o decorra dentro do prazo de sua vigência.
- 1.5. O(s) contrato(s) a ser(em) firmado(s) após a assinatura da Ata de Registro de Preços, oferecerá (ão) maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O prazo de vigência do(s) contrato(s) decorrente(s) da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000005/2025
 - II) Data de publicação no PNCP: 23/12/2024
 - III) Id do item no PCA: 1
 - IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA
 - V) Identificador da Futura Contratação: 110001-303/2025 está prevista no Plano de Contratação Anual.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexo deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Por se tratar de serviços que visam a assegurar a disponibilidade e confiabilidade dos prédios administrativos e das residências oficiais que integram o Complexo da Presidência da República onde os órgãos exercem suas atividades cotidianas, necessário é que a execução dos serviços seja realizada com:

4.1.1 qualidade tanto em relação aos materiais, peças e equipamentos a serem empregados;

4.1.2. qualificação profissional, observando as normas técnicas e trabalhistas vigentes e documentos complementares;

4.1.3. atendimento das necessidades indicadas nos documentos técnicos mencionados no art. 18, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 como:

4.1.3.1. projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.1.3.2 projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024); ou então

4.1.3.3. anteprojeto (art. 46, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024).

4.1.4. observância de especificações, dos valores e prazos estipulados no(a):

4.1.4.1 caderno de especificações;

4.1.4.2. planilha de orçamento estimado, sintético, detalhado ou analítico, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

4.1.4.3. cronograma físico-financeiro;

4.1.4.4. normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

4.1.4.5. resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; e,

4.1.4.6. outros normativos legais aplicáveis a execução de serviços de engenharia.

4.2. Os serviços de engenharia a serem executados, como soluções para os problemas a serem indicados nas ordens de serviço de acionamento, deverão levar em consideração a diversidade de tipo de estruturas, as suas localizações e situações topográficas e, principalmente, os graus de relevância histórico-culturais das edificações, como por exemplo, tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

4.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a empresa contratada cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

Requisitos Específicos

4.4. Frente a definição prevista no art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, por força de lei, a empresa deverá comprovar estar devidamente registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou no Conselho Regional de Engenharia - CREA para participar do certame e durante todo o período de vigência da contratação.

4.5. A empresa contratada também deverá comprovar que possui em seu quadro profissionais com qualificação compatível com os serviços de engenharia a serem contratados, uma vez que os serviços são privativos das profissões de arquitetura, engenharia ou técnico especializado.

Qualificação Técnica

4.6. Assim, na data prevista para entrega da proposta, para a comprovação da capacidade técnica serão exigidos:

Qualificação Técnico-Operacional

4.7. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

4.7.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ), expedida por qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia (CREA), em nome da pessoa jurídica da empresa licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação. A referida Certidão deverá comprovar que, em seu objetivo social, a empresa licitante está habilitada a exercer atividade relacionada ao objeto deste Termo de Referência;

4.7.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à empresa licitante como executora dos serviços, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços de engenharia pertinentes e compatíveis em características com:

4.7.2.1. Qualidade: serviços executados em pelo menos 1 (uma) edificação residencial ou não residencial, detentora de status histórico e/ou cultural como tombamento reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ou então, pelos órgãos estaduais ou municipais, pertencente ao patrimônio de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), independentemente da área da edificação ser da esfera (federal, estadual e municipal);

4.7.2.2. Especificidade de dias e horários: serviços prestados em finais de semana e/ou feriados, tanto no período diurno quanto noturno (compreendido o intervalo entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte), em pelo menos 1 (uma) edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, independentemente da área da edificação, que indique a realização de pelo menos um dos seguintes serviços, conforme, e não se restringindo à listagem abaixo:

- Serviços de vedação e pintura;
- Serviços hidrossanitários, inclusive instalações, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de rede de distribuição de água potável ou não potável (não inclui redes na via externa), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de armazenamento de água potável ou não potável, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de aproveitamento, reuso e tratamento de água pluvial e águas cinzas;

- Serviços elétricos, inclusive instalação de redes elétricas prediais, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de postes ornamentais, iluminação interna e externa e pontos de energia elétrica, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de revestimentos (Piso e Parede), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de cobertura (telhado), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de manutenção, reparo ou instalação de placas de mármore e /ou de granito em ambientes internos ou externos (fachada), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Serviços de impermeabilização de superfície com manta asfáltica elastomérica em poliéster ou manta de PVC reforçada com poliéster;
- Serviços de impermeabilização à base de bicomponente de poliureia e híbrido de poliureia/poliuretano ou a base de poliuretano elastomérico flexível, bicomponente aplicados por equipamentos Airless Spray Plural Componente (mistura automática) de alta pressão;
- Serviços de vidraçaria, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de esquadrias, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Adequações e instalações para acessibilidade, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Manutenção de pavimentação, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Execução e manutenção de calçadas, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Instalação e manutenção de forros de pvc, gesso, madeira e de outros tipos;
- Instalação de isolamento acústico e/ou térmico para ambientes;
- Sinalização horizontal;
- Serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos listados anteriormente.

4.7.2.3. Quantidade: serviços executados em área igual ou superior a 4.808,33 m² (correspondente a 4% da área total de 120.208,39 m² indicado no tópico 2 - Descrição da necessidade do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência) em edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, que indique a realização de pelo menos um dos seguintes serviços, conforme, e não se restringindo à listagem abaixo:

- Serviços de vedação e pintura;
- Serviços hidrossanitários, inclusive instalações, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de rede de distribuição de água potável ou não potável (não inclui redes na via externa), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de armazenamento de água potável ou não potável, desde que não classificáveis como obra de engenharia;

- Serviços de aproveitamento, reuso e tratamento de água pluvial e águas cinzas;
- Serviços elétricos, inclusive instalação de redes elétricas prediais, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de postes ornamentais, iluminação interna e externa e pontos de energia elétrica, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de revestimentos (Piso e Parede), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de cobertura (telhado), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de manutenção, reparo ou instalação de placas de mármore e /ou de granito em ambientes internos ou externos (fachada), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Serviços de impermeabilização de superfície com manta asfáltica elastomérica em poliéster ou manta de PVC reforçada com poliéster;
- Serviços de impermeabilização à base de bicomponente de poliureia e híbrido de poliureia/poliuretano ou a base de poliuretano elastomérico flexível, bicomponente aplicados por equipamentos Airless Spray Plural Componente (mistura automática) de alta pressão;
- Serviços de vidraçaria, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de esquadrias, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Adequações e instalações para acessibilidade, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Manutenção de pavimentação, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Execução e manutenção de calçadas, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Instalação e manutenção de forros de pvc, gesso, madeira e de outros tipos;
- Instalação de isolamento acústico e/ou térmico para ambientes;
- Sinalização horizontal;
- Serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos listados anteriormente.

4.7.3. Como os acionamentos por ordem de serviço consistirão no fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, levando-se em conta os valores da Tabela SINAPI-DF, a parcela de maior relevância e valor significativo estabelecida acima como requisito de qualificação técnica da licitação é compatível com o disposto no art. 67, §1º e 2º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que está sendo apurada com base no somatório das áreas de 120.208,39 m², indicado no tópico 2 - Descrição da necessidade do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência. Corresponde ao mínimo a ser exigido dos licitantes para demonstrar capacidade de satisfazer a necessidade pública correlata ao objeto da contratação. Frisa-se que também que foram observadas as disposições do Acórdão TCU nº 1.153/2024 – Plenário para o estabelecimento dos requisitos acima.

4.7.4. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada por meio do somatório de atestados de execução de serviços concomitantes.

4.7.5. Caso a área técnica entenda necessário, a empresa licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, projetos e planilhas orçamentárias que deram suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência durante a realização do certame.

Qualificação Técnico-Profissional

4.8. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, deverão ser apresentados:

4.8.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF), expedida por qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome do(s) profissional(is) indicado(s) para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação;

4.8.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, acompanhado da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT emitida(s) pelo CREA e/ou CAU, em nome do(s) profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s), que comprove(m) a experiência e ter sido o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) por serviços de execução, ou de supervisão, ou de fiscalização ou de coordenação, em edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, independentemente da área da edificação, devendo constar, pelo menos 1 (uma) edificação residencial ou não residencial, detentora de status histórico e/ou cultural como tombamento reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ou então, pelos órgãos estaduais ou municipais, pertencente ao patrimônio de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), independentemente da área da edificação ser da esfera (federal, estadual e municipal);

4.8.3. No caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA e/ou CAU do Distrito Federal, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional, por ocasião da assinatura do instrumento contratual.

4.8.4. Fica proibida a indicação, por duas ou mais licitantes, do mesmo Responsável Técnico, hipótese na qual todas serão inabilitadas. Essa proibição não vale na hipótese de subcontratação de que trata os itens 4.51 a 4.57 deste Termo de Referência, em observância ao art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.8.5. Os profissionais indicados pela empresa contratada para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar efetivamente da coordenação dos serviços objeto da Licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Presidência da República, conforme determina, no art. 67, § 6º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.8.6. Quando o acionamento por ordem de serviço estipular a execução de serviços em edificações do Complexo da Presidência da República com tombamento pelo

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a presença de pelo menos um Responsável Técnico será obrigatória durante toda prestação do serviços. Nas demais situações, a participação do(s) Responsável(is) Técnico(s) dar-se-á por meio de:

4.8.6.1. Visitas técnicas ordinárias, com periodicidade mínima mensal;

4.8.6.2. Visitas técnicas extraordinárias, sempre que solicitados pela Fiscalização; e

4.8.6.3. Assinatura dos relatórios técnicos mensais.

4.9 Tanto os requisitos de qualificação técnica quanto a exigência de permanência de profissional qualificado durante a execução dos serviços são indispensáveis para assegurar a qualidade e segurança execução dos serviços demandados, não obstante o objeto da presente contratação consistir em serviços padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, conforme art. 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. Ademais, a imposição destes requisitos não causam quaisquer prejuízos ao caráter competitivo, pois, visam garantir o caráter histórico das edificações, bem como, a segurança durante a execução dos serviços, especialmente devido a circulação diária nos prédios administrativos de cidadãos, de profissionais da imprensa como repórteres, jornalistas e radialistas, autoridades nacionais e internacionais, além dos respectivos servidores da Presidência da República.

Normas e Dispositivos Legais relacionados à Execução dos Serviços de Engenharia

4.10 Os serviços acionados por ordem de serviço serão executados sob demanda, de forma não contínua e sem dedicação de mão de obra exclusiva obedecendo rigorosamente às instruções contidas nas especificações constantes neste instrumento e na respectiva documentação técnica anexa à ordem de serviço, bem como à legislação vigente, determinações de órgãos fiscalizadores e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme relação exemplificativa abaixo.

4.10.1. Disposições legais federais e distritais;

4.10.2. Disposições legais e normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

4.10.3. Recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:

4.10.3.1. NR-1: Disposições Gerais;

4.10.3.2. NR-4: Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

4.10.3.3. NR-5: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA;

4.10.3.4. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

4.10.3.5. NR-7: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;

4.10.3.6. NR-8: Edificações;

4.10.3.7. NR-9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;

4.10.3.8. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;

- 4.10.3.9. NR-15: Insalubridade;
- 4.10.3.10. NR-16: Periculosidade;
- 4.10.3.11. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- 4.10.3.12. NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- 4.10.3.13. NR-24: Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- 4.10.3.14. NR-26: Sinalização de Segurança;
- 4.10.3.15. NR-33: Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;
- 4.10.3.16. NR-35: Trabalho em Altura;
- 4.10.4. Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- 4.10.5. Normas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- 4.10.6. Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e suas regulamentações;
- 4.10.7. Regulamentos das empresas concessionárias de água, esgoto, energia elétrica e de telecomunicações;
- 4.10.8. Portaria MARE n. 2.296, de 23 de julho de 1997 e atualizações – Estabelece as Práticas de Projetos e Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes de SISG;
- 4.10.9. Disposições do Manual de Obras Públicas – Edificações - Práticas SEAPE – Manutenção;
- 4.10.10. Disposições da Resolução CONFEA n. 425 de 1998;
- 4.10.11. Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 04 de junho de 2014 e disposições do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL para Edifícios Públicos Federais (Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001 - Lei da Eficiência Energética; Decreto nº 4.059, de 19 de dezembro de 2001, que regulamenta a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia; Diretrizes Gerais para promover a Etiquetagem PBE edifica em edificações públicas com base no RTQ-C, versão de 26 de junho de 2013; Diretrizes para a etiquetagem de eficiência energética de edificações públicas novas ou com retrofit com base na INI-C, versão de dezembro de 2024);
- 4.10.12. As seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a serem observadas, não se restringindo à listagem abaixo:
 - 4.10.12.1. ABNT NBR 5382:1985 - Verificação de iluminância de interiores;
 - 4.10.12.2. ABNT NBR 5410:2004 - Versão Corrigida: 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;
 - 4.10.12.3. ABNT NBR 5413:1992 - Versão Corrigida: 1992 - Iluminância de interiores;

- 4.10.12.4. ABNT NBR 5419:2005 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- 4.10.12.5. ABNT NBR 5444:1989 – Símbolos gráficos para instalações elétricas prediais;
- 4.10.12.6. ABNT NBR 5626:1998 - Instalação predial de água fria;
- 4.10.12.7. ABNT NBR 5671:1990 - Versão Corrigida: 1991 - Participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura;
- 4.10.12.8. ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
- 4.10.12.9. ABNT NBR 6118:2007 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;
- 4.10.12.10. ABNT NBR 6125:1992 - Chuveiros automáticos para extinção de incêndio - Método de ensaio;
- 4.10.12.11. ABNT NBR 6492:1994 - Representação de projetos de arquitetura;
- 4.10.12.12. ABNT NBR 6493:1994 - Emprego de cores para identificação de tubulações;
- 4.10.12.13. ABNT NBR 7198:1993 - Projeto e execução de instalações prediais de água quente;
- 4.10.12.14. ABNT NBR 7286:2000 - Emenda 1:2001 - Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etilenopropileno (EPR) para tensões de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho;
- 4.10.12.15. ABNT NBR 7287:2009 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de polietileno reticulado (XLPE) para tensões de isolamento de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho;
- 4.10.12.16. ABNT NBR 7288:1994 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 KV;
- 4.10.12.17. ABNT NBR 7480:2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado – especificação;
- 4.10.12.18. ABNT NBR 7481:1990 - Tela de aço soldada - Armadura para concreto;
- 4.10.12.19. ABNT NBR 7482:2008 - Fios de aço para estruturas de concreto protendido – especificação;
- 4.10.12.20. ABNT NBR 7583:1986 - Execução de pavimentos de concreto simples por meio mecânico;
- 4.10.12.21. ABNT NBR 8160:1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;

- 4.10.12.22. ABNT NBR 8182:2011 - Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudado de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV — Requisitos de desempenho;
- 4.10.12.23. ABNT NBR 8548:1984 - Barras de aço destinadas a armaduras para concreto armado com emenda mecânica ou por solda - Determinação da resistência à tração - Método de ensaio;
- 4.10.12.24. ABNT NBR 8674:2005 - Execução de sistemas fixos automáticos de proteção contra incêndio, com água nebulizada para transformadores e reatores de potência;
- 4.10.12.25. ABNT NBR 8800:2008 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios;
- 4.10.12.26. ABNT NBR 9050:2004 - Versão Corrigida: 2005 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- 4.10.12.27. ABNT NBR 9062:2006 - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;
- 4.10.12.28. ABNT NBR 9077:2001 - Saídas de emergência em edifícios;
- 4.10.12.29. ABNT NBR 9574:2008 - Execução de impermeabilização;
- 4.10.12.30. ABNT NBR 10131:1987 - Bombas hidráulicas de fluxo – Terminologia;
- 4.10.12.31. ABNT NBR 10152:1987 - Níveis de ruído para conforto acústico – Procedimento;
- 4.10.12.32. ABNT NBR 10839:1989 - Execução de obras de arte especiais em concreto armado e concreto protendido – Procedimento;
- 4.10.12.33. ABNT NBR 10844:1989 - Instalações prediais de águas pluviais – Procedimento;
- 4.10.12.34. ABNT NBR 10897:2007 - Errata 1:2008. Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos – Requisitos;
- 4.10.12.35. ABNT NBR 10898:2013 - Sistema de iluminação de emergência;
- 4.10.12.36. ABNT NBR 11711:2003 - Portas e vedadores corta-fogo com núcleo de madeira para isolamento de riscos em ambientes comerciais e industriais;
- 4.10.12.37. ABNT NBR 11720:2010 - Conexões para união de tubos de cobre por soldagem ou brasagem capilar — Requisitos;
- 4.10.12.38. ABNT NBR 11742:2003 - Porta corta-fogo para saída de emergência;
- 4.10.12.39. ABNT NBR 11785:1997 - Barra antipânico – Requisitos;
- 4.10.12.40. ABNT NBR 11836:1992 - Versão Corrigida: 1992 – Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio;
- 4.10.12.41. ABNT NBR 12313:2000 - Sistema de combustão - controle e segurança para utilização de gases combustíveis em processos de baixa e alta temperatura;

- 4.10.12.42. ABNT NBR 12693:2010 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
- 4.10.12.43. ABNT NBR 12712:2002 - Projeto de sistemas de transmissão e distribuição de gás combustível;
- 4.10.12.44. ABNT NBR 12912:1993 - Versão Corrigida: 1995 - Rosca NPT para tubos - Dimensões – Padronização;
- 4.10.12.45. ABNT NBR 13206:2010 - Tubo de cobre leve, médio e pesado, sem costura, para condução de fluidos – Requisitos;
- 4.10.12.46. ABNT NBR 13248:2000 - Cabos de potência e controle e condutores isolados sem cobertura, com isolamento extrudada e com baixa emissão de fumaça para tensões até 1 kV - Requisitos de desempenho;
- 4.10.12.47. ABNT NBR 13418:1995 - Cabos resistentes ao fogo para instalações de segurança – Especificação;
- 4.10.12.48. ABNT NBR 13434-1:2004 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico. Parte 1: Princípios de projeto;
- 4.10.12.49. ABNT NBR 13434-2:2004 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico. Parte 2: Símbolos e suas formas, dimensões e cores;
- 4.10.12.50. ABNT NBR 13570:1996 - Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos;
- 4.10.12.51. ABNT NBR 13714:2000 - Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
- 4.10.12.52. ABNT NBR 13969:1997 - Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação;
- 4.10.12.53. ABNT NBR 13971:1997 - Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação - Manutenção programada;
- 4.10.12.54. ABNT NBR 14024:2006 - Central de gás liquefeito de petróleo (GLP) - Sistema de abastecimento a granel - Procedimento operacional;
- 4.10.12.55. ABNT NBR 14037:2011 - Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações — Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos;
- 4.10.12.56. ABNT NBR 14039:2005 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;
- 4.10.12.57. ABNT NBR 14306:1999 - Proteção elétrica e compatibilidade eletromagnética em redes internas de telecomunicações em edificações – Projeto;
- 4.10.12.58. ABNT NBR 14432:2000 - Emenda 1:2001 - Exigências de resistência a fogo de elementos construtivos de edificações – Procedimento;

- 4.10.12.59. ABNT NBR 14461:2000 - Sistemas para distribuição de gás combustível para redes enterradas - Tubos e conexões de polietileno PE 80 e PE 100 - Instalação em obra por método destrutivo (vala a céu aberto);
- 4.10.12.60. ABNT NBR 14518:2000 - Sistemas de ventilação para cozinhas profissionais;
- 4.10.12.61. ABNT NBR 14565:2012 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers;
- 4.10.12.62. ABNT NBR 14679:2012 - Sistemas de condicionamento de ar e ventilação — Execução de serviços de higienização;
- 4.10.12.63. ABNT NBR 14712:2001 - Elevadores elétricos - Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores; de maca - Requisitos de segurança para projeto, fabricação e instalação;
- 4.10.12.64. ABNT NBR 14788:2001 - Válvulas de esfera – Requisitos;
- 4.10.12.65. ABNT NBR 14827:2002 - Chumbadores instalados em elementos de concreto ou alvenaria - Determinação de resistência à tração e ao cisalhamento;
- 4.10.12.66. ABNT NBR 14861:2011 - Lajes alveolares pré-moldadas de concreto protendido — Requisitos e procedimentos;
- 4.10.12.67. ABNT NBR 14862:2002 - Armaduras treliçadas eletrossoldadas – Requisitos;
- 4.10.12.68. ABNT NBR 14918:2002 - Chumbadores mecânicos pós-instalados em concreto - Avaliação do desempenho;
- 4.10.12.69. ABNT NBR 14931:2004 - Execução de estruturas de concreto – Procedimento;
- 4.10.12.70. ABNT NBR 15526:2012 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - Projeto e execução;
- 4.10.12.71. ABNT NBR 15526:2012 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - Projeto e execução;
- 4.10.12.72. ABNT NBR 15530:2007 - Fibras de aço para concreto – Especificações;
- 4.10.12.73. ABNT NBR 15.575:2013 - Desempenho de edificações habitacionais
- 4.10.12.74. ABNT NBR 15645:2008 - Execução de obras de esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais utilizando-se tubos e aduelas de concreto;
- 4.10.12.75. ABNT NBR 15696:2009 - Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto - Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos;

- 4.10.12.76. ABNT NBR 15848:2010 - Sistemas de ar condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI);
- 4.10.12.77. ABNT NBR 15961-1:2011 - Alvenaria estrutural — Blocos de concreto. Parte 1: Projeto;
- 4.10.12.78. ABNT NBR 15961-2:2011 - Alvenaria estrutural — Blocos de concreto. Parte 2: Execução e controle de obras;
- 4.10.12.79. ABNT NBR 16384:2020 - Segurança em eletricidade — Recomendações e orientações para trabalho seguro em serviços com eletricidade
- 4.10.12.80. ABNT NBR 16401-1:2008 - Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários. Parte 1: Projetos das instalações;
- 4.10.12.81. ABNT NBR 16401-2:2008 - Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários. Parte 2: Parâmetros de conforto térmico;
- 4.10.12.82. ABNT NBR 16401-3:2008 - Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários. Parte 3: Qualidade do ar interior;
- 4.10.12.83. ABNT NBR 17240:2010 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos;
- 4.10.12.84. ABNT NBR IEC 60269-3-1:2003 - Dispositivos-fusíveis de baixa tensão. Parte 3-1: Requisitos suplementares para dispositivos- fusíveis para uso por pessoas não qualificadas (dispositivos-fusíveis para uso principalmente doméstico e similares) - Seções I a IV;
- 4.10.12.85. ABNT NBR IEC 60529:2005 - Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (código IP);
- 4.10.12.86. ABNT NBR IEC 60947-2:1998 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão. Parte 2: Disjuntores;
- 4.10.12.87. ABNT NBR ISO 6393:2001 - Acústica - Medição de ruído externo emitido por máquinas rodoviárias - Condições de ensaio estático;
- 4.10.12.88. ABNT NBR ISO 7240-1:2008 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio. Parte 1: Generalidades e definições;
- 4.10.12.89. ABNT ISO/TR 7240-14:2009 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio. Parte 14: Diretrizes para esboçar códigos de prática para projeto, instalação e uso de sistemas de detecção e alarme de incêndios em e ao redor de edificações;
- 4.10.12.90. ABNT NBR NM 60898:2004 - Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898:1995,MOD);
- 4.10.12.91. Aos seguintes normativos técnicos específicos e suas atualizações:
- 4.10.12.92. Norma EIA/TIA/ANSI 568 - Padrões mínimos de performance dos componentes de cabeamento;

4.10.12.93. Norma EIA/TIA/ANSI 568 - Cabeamento de Prédios Comerciais;

4.10.12.94. Norma EIA/TIA/ANSI 569 – Infraestrutura, encaminhamento para Telecomunicações e Espaços;

4.10.12.95. Norma EIA/TIA/ANSI 606 – Identificação e Administração do Cabeamento e da Instalação;

4.10.12.96. Norma EIA/TIA/ANSI 607 – Especificações de Aterramento e Links dos Sistemas de Cabeamento Estruturado.

4.10.13. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas acima;

4.10.14. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos, insumos e materiais a serem empregados na execução dos serviços.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

4.11. Considera-se oportuno trazer à baila os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União, em observância ao Parecer nº 01/2021/CNA/CGU/AGU, no Programa de Sustentabilidade da Presidência da República, o PR Sustentável vinculado ao Plano Diretor de Logística Sustentável, previsto na Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e, também na Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional. Especialmente sobre os critérios em questão, é oportuno reproduzir o teor dos artigos 2º e 5º da Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01:

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

(...)

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous

Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.12. Nesse contexto, cabe destacar a adoção do uso de documentação em formato eletrônico, visando minimizar o uso de papel e, portanto, a produção de resíduos de serviços gráficos.

4.13. Quanto ao requisito associados a(s) embalagem(ns), descrito no inciso III do art. 5º da Instrução Normativa nº 01 SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, entende-se que a empresa contratada deve utilizá-lo como referência para adoção das ações previstas nas especificações dos produtos, materiais, peças, insumos ou ferramentas a serem empregados nos serviços de engenharia a serem executados no âmbito da presente contratação.

4.14. Em atendimento à Instrução Normativa nº 01 SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, em especial o disposto nos artigos 2º e 5º, na execução dos serviços acionados por ordem de serviço deverão ser atendidos os critérios descritos acima.

4.15. Também deverão ser observados os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União):

4.15.1. Considerando a gestão de resíduos, conforme previsto no item 8.1 (páginas 54 e 55) e, como a execução de serviços de engenharia geram resíduos e rejeitos, na documentação técnica que acompanhará cada ordem de serviço constarão medidas para a minimizar sua geração e prever sua destinação ambiental que deverão ser observadas pela empresa contratada;

4.15.2. Devido a coleta seletiva citada mencionada nas páginas 155 a 156 e, também prevista tanto no Programa de Sustentabilidade da Presidência da República, o PR Sustentável vinculado ao Plano Diretor de Logística Sustentável, previsto na Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021, como nos artigos 40 a 43 do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que instituiu a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis pelos órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta e a sua destinação prioritária às associações e às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sugere-se à empresa contratada, se possível, viabilizar a destinação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis para cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis, devido a aplicação por analogia da alínea "j", do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.15.3. Na hipótese da execução de serviços que envolvam a substituição de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e, de luz mista, conforme páginas 181 a 187, somente serão admitidas a instalação de:

4.15.3.1. lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 17, de 14 de janeiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade - RAC do produtor que trata da etiquetagem compulsória; ou

4.15.3.2. lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 69, de 16 de fevereiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.15.4. Em relação ao uso de pilhas e baterias durante a execução dos serviços, conforme páginas 214 a 220, tem-se:

4.15.4.1. As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.15.4.2. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.

4.15.5. Em havendo o uso de produtos ou subprodutos florestais, segundo páginas 221 a 230, a empresa contratada deverá:

4.15.5.1. utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; florestas plantadas; e outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.15.5.2. comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;

b.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

c) Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.

c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua

documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

d) Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a Contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.

4.16. Ressaltamos que não foram identificados outros critérios de sustentabilidade aplicáveis.

Programa de Resíduos da Construção Civil

4.17. A empresa licitante vencedora deverá, com base no art. 45 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, também conforme estipulado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especificamente na página 55 e nas páginas 201 a 205, observar as normas relativas aos resíduos sólidos gerados pela execução dos serviços de engenharia, especialmente as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

4.18. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.19. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a empresa licitante vencedora deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.19.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a áreas de aterros de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.19.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.19.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

4.19.5. Resíduos Classe D (aqueles perigosos oriundos do processo de construção ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.20. Em nenhuma hipótese a empresa licitante vencedora poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.21. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a empresa licitante vencedora comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT:

4.21.1. NBR 11174: Armazenamento de resíduos classes (não inertes) e III (inertes)

4.21.2. NBR 12235: Armazenamento de resíduos sólidos perigosos

4.21.3. NBR 15112: Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de Transbordo e Triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.21.4. NBR 15113: Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.21.5. NBR 15114: Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.21.6. NBR 15115: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Execução de camadas de pavimentação - Procedimentos

4.21.7. NBR 15116: Agregados reciclados para uso em argamassas e concretos de cimento Portland - Requisitos e métodos de ensaios;

4.22. Considerando as disposições do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especificamente no tocante as páginas 181 a 187, a empresa contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 14 do Decreto nº 10.936/2022, e legislação correlata.

4.23. Ainda com base nas páginas 247 a 250 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), como as empresas de construção civil e de prestação de serviços de engenharia estão sujeitas à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.24. Caso a empresa contratada se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, ao elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente deverá constar expressamente e de forma detalhada no plano de gerenciamento de resíduos sólidos a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, com a designação do responsável técnico devidamente habilitado.

4.25. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.25.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.25.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.25.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

4.25.5. outras formas vedadas pelo poder público

4.26. No que tange a gestão de resíduos perigosos, conforme páginas 251 a 255 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da execução dos serviços atinentes à presente contratação, deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, especialmente em relação a:

4.26.1. estar a empresa contratada regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

4.26.2. possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

4.26.3. possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.27. A empresa contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

4.27.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.

4.27.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

4.27.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.28. Caberá, ainda, à empresa contratada, a adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, respondendo diretamente, independentemente de culpa, perante os órgãos e representantes do Poder Público, por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, sócios, não-sócios, prestadores de serviços, prepostos e/ou subcontratados.

4.29. Também cabe à empresa contratada utilizar produtos, equipamentos e empregando técnicas de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela execução dos serviços sem excluir a sua responsabilidade, se for o caso, pela mitigação ou adoção de condicionantes e compensação ambiental.

Requisitos de Acessibilidade

4.30. Durante a execução dos serviços acionados por ordem de serviço, a empresa contratada deverá atentar para os requisitos de acessibilidade, possibilitando que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, frequentem os espaços e prédios públicos e possam usar de forma segura e autônoma ou seus equipamentos e instalações, em atendimento as disposições da Lei nº 10.098,

de 19 de dezembro de 2000 e, também do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especialmente no tocante às páginas 56 e 57 e, também, páginas 101 e 102.

4.31. Durante a execução dos serviços a empresa contratada deverá possibilitar que as edificações se tornem acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, considerando :

4.31.1 se a execução do(s) serviço(s) acionado pela ordem de serviço está(ão) de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

4.31.2. se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Autorizações e/ou licenças de caráter ambiental e de proteção do patrimônio histórico ou cultural

4.32. Quando necessário, caberá a empresa licitante vencedora providenciar e arcar com os custos de licenças, taxas, alvarás e outras exigências legais de caráter ambiental, de proteção do patrimônio histórico ou cultural, observando as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, em especial o art. 45, inciso V.

4.33. A avaliação do impacto sobre o patrimônio histórico e cultural, após o acionamento da respectiva ordem de serviço para a execução dos serviços, caso necessário, ocorrerá juntamente com o procedimento de licenciamento ambiental, quando deverão ser avaliadas possíveis interferências de influência direta dos serviços sobre os bens históricos e culturais, para que possa reduzir os potenciais impactos.

Local, dias e horário de execução dos serviços

4.34. A execução dos serviços acionados por ordem de serviço ocorrerá nas edificações do Complexo da Presidência da República sem comprometer, na medida do possível, o modo e horário de funcionamento normal.

4.35. Os serviços serão executados em sua maioria entre o intervalo de 7:00 h as 18:00 h em dias úteis (de segunda-feira a sexta-feira). Todavia, em havendo necessidade e previsão expressa na ordem de serviço de acionamento, poderão ocorrer a execução nos finais de semana (sábados e/ou domingos) e/ou feriados, bem como no horário noturno (intervalo compreendido entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte).

4.36. Especificamente sobre os trabalhos executados em finais de semana, feriados e no período noturno, quando necessários e estipulados na ordem de serviço, frisa-se que os custos estarão previstos no orçamento estimado, sintético ou detalhado analítico, podendo também serem compensados por meio de banco de horas. Em havendo compensação, não haverá o pagamento dos custos extras por parte da Presidência da República.

Prorrogação do prazo de execução dos serviços devido a impedimento, paralisação ou sustação por parte da Presidência da República

4.37. Cumpre destacar também que devido a particularidades de determinadas edificações do Complexo da Presidência da República, durante a execução dos serviços a serem contratados, haverá casos de impedimento, paralisação ou sustação devido solicitação expressa da gestão ou fiscalização do contrato, ou então, a pedido da equipe de segurança e/ou equipe do cerimonial (presença de autoridades nacionais ou internacionais no Palácio do Planalto ou nas residências

oficiais, realização de eventos ou solenidades como a apresentação de cartas credenciais ao Presidente da República pelos novos embaixadores de países estrangeiros com representação no Brasil, ou então, solenidades de lançamento de programas ou promulgação de leis ou decretos dentre outros). Quando ocorrer tais hipóteses, haverá a prorrogação automática por igual tempo do cronograma de execução.

4.38. Caso a natureza do serviço possa afetar o desenvolvimento das atividades normais do órgão, os serviços deverão ser previamente autorizados e programados, sem ônus para a Presidência da República. Na hipótese de ocorrência em desacordo com os padrões estipulados, o(s) responsável(is) da Presidência da República pela administração da edificação poderá(ão) reportar o problema de imediato à empresa contratada, que deverá adotar as providências necessárias à sua cessação e comunicar à gestão e fiscalização do contrato. Quando ocorrer tais casos, haverá a prorrogação automática por igual tempo do cronograma de execução.

Regime de Execução dos Serviços de Engenharia

4.39. Os quantitativos de serviços, materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, serão baseados na Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

4.40. A execução dos serviços de engenharia da presente contratação será pelo regime de empreitada por preço unitário, uma vez que as particularidades dos prédios históricos e tombados do Complexo da Presidência da República não possibilitam uma quantificação absolutamente acurada dos exatos quantitativos e materiais a serem empregados na execução dos serviços.

4.40.1. A adoção do regime de empreitada por preço unitário é inclusive apontada no Acórdão TCU nº 1977/2013 - Plenário quando as características da edificação não possibilita uma quantificação absolutamente acurada dos exatos quantitativos e materiais a serem empregados na execução dos serviços como é o caso, por exemplo, da execução de serviços de engenharia em prédios históricos ou tombados:

"(...) Existem certos tipos de obras e sistemas construtivos que, por suas características, não possibilitam uma quantificação absolutamente acurada dos exatos volumes a executar. Há uma imprecisão nata nesses afazeres.

(...)

Idêntica afirmativa pode ser imposta em contratos de reforma de edificação. Não há como prever o exato estado das tubulações no interior dos pisos e paredes, sem antes demoli-las. Em restaurações de prédios históricos, igualmente tortuoso identificar, com antecedência, a perfeita quantidade de pisos, portas, esquadrias e janelas a serem totalmente substituídos e quais serão recuperados. Obras urbanas, que intuem interferências diversas, possuirão mesma peculiaridade. Alguns tipos de fundações, principalmente as cravadas, também. Recuperações estruturais e manutenção rodoviária são outro exemplo. Existe uma gama de outras situações.

(...)

Caso utilizada uma empreitada por preço global nesses tipos de objetos, as medições serão realizadas por etapas; não por quantitativos medidos. Resultado: os construtores irão alocar uma parcela muito alta de risco para adimplir, com segurança, o objeto licitado. Na verdade, essa segurança não existirá, porque o imponderável é muito alto. A melhor proposta para a

administração mais se voltará para a aleatoriedade que propriamente a uma boa oferta licitatória.

Por esse motivo, nesses empreendimentos eivados de imprecisão congênita, é preferível a utilização de empreitadas por preço unitário, pelas características próprias do sistema de medição.

4.41. A ordem de serviço indicará os padrões de desempenho e qualidade compatíveis com o nível de detalhamento e almejados para atendimento da demanda, conforme especificação constantes nos documentos técnicos mencionados no art. 18, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, indicados abaixo, e não se restringindo tão somente a eles:

4.41.1. projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.41.2. projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.41.3. anteprojeto (art. 46, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.41.4. Memorial descritivo dos serviço(s) almejado(s), ou então, memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais e/ou insumos, de forma a estabelecer padrões mínimos para a execução do(s) serviço(s);

4.41.5. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 correspondendo a orçamento estimado (art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), sintético (art. 23, §§ 5º e 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024) detalhado ou analítico (art. 6, inciso XXV, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.41.6. Prazo de execução e Cronograma Físico Financeiro por etapas, se necessário;

4.41.7. Planta de referências da(s) edificação(ões) se for o caso;

4.41.8. Memória de cálculo se for o caso;

4.41.9. Memória de quantitativo;

4.41.10. Caderno de especificações de materiais e/ou serviços;

4.41.11. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

4.41.12. Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; e,

4.41.13. outros normativos legais a serem observados na execução do(s) serviço(s).

Materiais, Equipamentos e Ferramentas

4.42. A empresa contratada responsabilizar-se-á pelo planejamento, controle e transporte de materiais e equipamentos próprios a serem utilizados na execução dos serviços contratados, de forma a cumprir os prazos fixados na ordem de serviço de acionamento.

4.43. Todos os materiais fornecidos pela empresa contratada, a serem empregados na execução dos serviços, deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estarem de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da Fiscalização.

4.44. A empresa contratada deverá dispor no(s) local(is), antes de iniciar a execução do(s) serviço(s), de todos os materiais e equipamentos necessários para atender a demanda que gerou a ordem de serviço de acionamento.

4.45. A empresa contratada não poderá deixar de executar nenhuma ordem serviço acionada por alegação de falta de ferramenta, instrumento ou equipamento de trabalho, tendo em vista ser requisitos básicos para operação de qualquer empresa que desempenhe serviços comuns de engenharia deter tais meios, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.46. Os materiais, insumos, ferramentas e equipamentos fornecidos pela empresa contratada deverão ser aprovados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO e estar de acordo com as demais legislações vigentes relacionadas ao material ou equipamento específico.

Vistoria Técnica Prévia e Após os Acionamentos por Ordem de Serviço

4.47. Considerando que a presente contratação prevê a realização de acionamento por meio de ordem de serviço com orçamentos e custos dos serviços, insumos e materiais baseados na tabela SINAPI – DF, não será exigida vistoria técnica prévia à realização do certame.

Vistoria Após Acionamento da Ordem de Serviço

4.48. Após a homologação do certame, sempre que houver o acionamento por meio de ordem de serviço, a empresa licitante vencedora deverá vistoriar o local de execução dos serviços de engenharia previamente ao início das atividades, visando, em conjunto com as equipes técnicas da Presidência da República (planejamento, projetistas e de fiscalização), certificar os quantitativos e serviços a serem executados.

4.49. A empresa contratada deverá realizar vistoria no(s) local(is) de execução do(s) serviço(s) de modo obter conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias para mobilização, instalação de contêiner(es) e/ou caçamba(s) de entulho, acesso de colaboradores e maquinários dentre outros aspectos relacionados ao acionamento da ordem de serviço, de modo a comunicar imediatamente à gestão e fiscalização do contrato qualquer desacordo ou incongruência quanto a quantidade, qualidade ou prazo.

4.50. A vistoria deverá ser agendada junto ao(s) fiscal(is) técnico(s), devendo acontecer preferencialmente em dias úteis, no horário entre 7h e 18h.

4.50.1. Em caso de necessidade e disponibilidade da Presidência da República, poderão ser disponibilizados data e horário diferentes, como, por exemplo, finais de semana e feriados, ou então, no horário noturno (intervalo compreendido entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte).

4.51. A empresa contratada deverá declarar formalmente que realizou a vistoria e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, isto é, para a execução dos serviços de engenharia objeto da presente contratação.

4.52. É vedada a substituição da vistoria presencial por uma declaração de assunção de responsabilidade pela não realização do procedimento.

4.53. Para a vistoria, o representante legal da empresa contratada ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.54.. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do(s) local(is) da prestação do(s) serviço(s) acionado, devendo a empresa contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.55. Com vistas a proteger o interesse da administração na fase de execução dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada os levantamentos e a quantificação dos materiais e serviços necessários à execução dos serviços de engenharia após o acionamento pela respectiva ordem de serviço e da realização da vistoria técnica após o acionamento no(s) local(s) do(s) serviço(s).

Subcontratação

4.56. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do instrumento contratual, nos termos do art. 67, § 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

4.57. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da empresa contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a Presidência da República pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.58. A subcontratação depende de autorização prévia da Presidência da República, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.59. A empresa contratada apresentará à Presidência da República documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.60. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

4.61. A(s) subcontratada(s) também devem comprovar, perante a Presidência da República, que estão em situação regular, fiscal e trabalhista e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam servidores, empregados ou ocupantes de cargo comissionado da Presidência da República.

4.62. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Uso de Uniforme

4.63. Todos os colaboradores da empresa contratada, seja empregados ou subcontratados deverão estar devidamente uniformizados e credenciados junto à área de segurança da Presidência da República.

Fornecimento de As Built

4.64. Elaborar, sempre que previsto na ordem de serviço de acionamento, ou então, solicitado pela Fiscalização Técnica, projeto as built das alterações feitas nas instalações do Complexo da Presidência da República, decorrentes dos serviços objeto desta contratação.

4.64.1. A documentação as built deverá conter, no mínimo, o levantamento prévio e posterior das instalações sujeitas as intervenções de engenharia, com elaboração do respectivo projeto arquitetônico gráfico (plantas baixas e detalhamentos) do tipo, contendo a locação e características "as built" de todas as instalações existentes nas edificações onde houve a execução de serviço(s) acionado(s) pela respectiva ordem de serviço.

4.64.2. A documentação as built deverá ser entregue para a Presidência da República em formato digital (plataformas BIM - Building Information Modelling - BIM ou CAD - Computer-Aided Design), no prazo de 60 (sessenta) dias da conclusão do(s) serviço(s) acionado(s) pela respectiva ordem de serviço.

Inexistência de Vínculo

4.65. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa contratada e/ou subcontratada com a Presidência da República, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Adesão à Ata de Registro de Preços

4.66. Considerando o disposto no inc. XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Diretoria de Engenharia e Patrimônio não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11462, de 31 de março de 2023.

Garantia da Contratação

4.67. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a empresa contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em condições e valor ou percentual descritos nas cláusulas do contrato.

4.68. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.68.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a empresa contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.68.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.68.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.68.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.68.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Presidência da República, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.69. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela empresa contratada, deverá ser efetuada em favor da Presidência da República, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.70. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.71. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.72. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.72.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à Presidência da República juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.73. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.73.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.73.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Presidência da República à empresa contratada; e

4.73.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela empresa contratada.

4.74. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da empresa contratada, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.75. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.76. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Presidência da República, a empresa contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.77. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a empresa contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Presidência da República, contados da data em que for notificada.

4.78. A Presidência da República executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.78.1. O emitente da garantia ofertada pela empresa contratada deverá ser notificado pela Presidência da República quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.78.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.79. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da Presidência da República, mediante termo circunstanciado, de que a empresa contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.79.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.79.2. A Presidência da República deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.80. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.80.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.80.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.80.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Presidência da República poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.81. A empresa contratada autoriza a Presidência da República a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.82. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Presidência da República com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à empresa contratada.

4.83. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.84. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Assinatura da Ata de Registro de Preço

5.1.1. Após o julgamento da proposta, a adjudicação do objeto e a homologação do resultado pela instância competente, o adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preço específica visando a execução do objeto da licitação nos termos da minuta que integrará o edital do certame.

5.1.1.1. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora durante o transcurso do prazo da notificação de convocação e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Secretaria de Administração da Presidência da República.

5.1.1.2. A assinatura da Ata de Registro de Preço estará condicionada à comprovação das condições de habilitação prevista no edital do certame.

5.1.1.3. No caso de serviços a serem realizados fora da jurisdição da empresa vencedora, a assinatura da Ata de Registro de Preço fica condicionada à comprovação de visto no CREA/CAU do local onde serão prestados os serviços, isto é, CREA/CAU do Distrito Federal.

5.1.1.4. Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preço, a empresa contratada deverá disponibilizar obrigatoriamente canais de comunicação como endereço de correio eletrônico, WhatsApp e número do telefone celular. Esses canais servirão para envio de documentos, notificações e abertura de chamados, sem eliminar a necessidade de fornecer número de telefone que deverá receber, nos casos de emergência, acionamentos por ordem de serviço durante toda a vigência da contratação.

5.1.2. A empresa vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preço, no prazo estipulado da notificação de convocação, sob pena de sofrer as penalidades previstas no edital do certame.

5.1.3. Quando a empresa vencedora não atender a notificação de convocação acima, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preço, poderá ser convocado outra empresa, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar a ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital do certame.

5.1.4. A existência de preço registrado na Ata de Registro de Preço não obriga a Presidência da República a firmar contratações, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igual condição.

Celebração e execução do(s) contrato(s)

5.1.5. Surgindo necessidade de execução de serviços objeto da contratação em questão, a Secretaria de Administração da Presidência da República notificará convocando a empresa signatária da Ata de Registro de Preço para assinar instrumento de contrato no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação.

5.1.5.1. Poderão ser firmados vários instrumentos contratuais com a empresa signatária da Ata de Registro de Preço para a execução de serviços de engenharia, desde que a soma do valor de todos os instrumentos contratuais seja igual ao valor da contratação registrado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

5.1.5.2. O prazo para assinar o instrumento contratual poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa signatária da Ata de Registro de Preço durante o transcurso do prazo da notificação de convocação e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Secretaria de Administração da Presidência da República.

5.1.5.3. A assinatura do instrumento contratual estará condicionada à comprovação das condições de habilitação prevista no edital do certame.

5.1.5.4. Quando a empresa signatária da Ata de Registro de Preço não atender a notificação de convocação acima, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o instrumento contratual, estará sujeita a aplicação das sanções previstas tanto no edital do certame quanto na legislação pertinente.

5.1.6. O início da execução do objeto contratado na presente licitação se dará a partir da assinatura do primeiro instrumento contratual entre a Secretaria de Administração da Presidência da República e a empresa contratada.

5.1.6.1. Após a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e seu comprovante de recolhimento referente ao(s) responsável(is) técnico(s) pelo contrato num prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Reunião inicial

5.1.7. Após o início da execução do contrato e a formalização de processo SEI, para registro de todas atividades relacionadas ao contrato, antes que ocorra qualquer acionamento por ordem de serviço, a Gestão e Fiscalização do contratado agendará reunião com os representantes da empresa contratada para apresentar:

5.1.7.1. a indicação do(s) gestor(es) e fiscal(is) técnico(s);

5.1.7.2. a indicação por parte da empresa contratada do preposto e representante(s) técnico(s);

5.1.7.3. esclarecimentos gerais acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, do modo de aferição dos resultados, das

sanções aplicáveis e da realização dos serviços, inclusive sobre o modelo da ordem de serviço (OS);

5.1.7.4. formato de acionamento pela ordem de serviço e documentos técnicos anexos que a poderão acompanhá-la, conforme a natureza do(s) serviço(s) demandado(s) de forma obrigatória e/ou facultativa;

5.1.7.5. procedimento de vistoria técnica no(s) local(is) de execução do(s) serviço(s) após o acionamento por ordem de serviço;

5.1.7.6. endereços eletrônicos e telefones do(s) gestor(es) e do(s) fiscal(is) técnico, como como confirmar os canais de comunicação como endereço de correio eletrônico, WhatsApp e número do telefone celular informados pela empresa contratada conforme item 5.1.1.4 deste Termo de Referência. Esses canais servirão para envio de documentos, notificações e abertura de chamados, sem eliminar a necessidade de fornecer número de telefone que deverá receber, nos casos de emergência, acionamentos por ordem de serviço durante toda a vigência da contratação;

5.1.7.7. formulário de identificação dos colaboradores e/ou subcontratados.

5.1.7.8. outros esclarecimentos que a Gestão e Fiscalização do contrato julgar pertinente.

Acionamento por Ordem de Serviço (OS)

5.1.9. Para a execução do(s) serviço(s) a empresa contratada, após a assinatura do(s) instrumento(s) contratual(is), será acionada por ordem de serviço (OS) pela gestão do contrato.

5.1.10. Todas as Ordens de Serviço serão feitas por escrito e em ordem cronológica.

5.1.11. A ordem de serviço (OS) para acionamento do(s) serviço(s) será numerada no formato OS nº NNN/AAAA, onde NNN corresponderá ao número sequencial crescente e AAAA ao ano. Ela será assinada obrigatoriamente pelo Gestor do Contrato e pelo representante legal da empresa contratada, podendo também ser assinada facultativamente por outras pessoas como, por exemplo, fiscal(is) técnico(s), responsável(is) técnico(s) pela execução do(s) serviço(s), engenheiro(s) projetista, orçamentista, calculista dentre outros profissionais.

5.1.12. Na ordem de serviço constará obrigatoriamente, pelo menos, a descrição do(s) serviço(s) demandado(s), o valor total a ser pago para a execução do(s) serviço(s), o prazo para execução, o(s) local(is) de execução do(s) serviço(s), a categoria do serviço(s) - padrão/normal ou emergencial, os dias (úteis, finais de semana e/ou feriados) e horários (matutino, vespertino, noturno) que poderá ocorrer a execução do(s) serviço(s).

5.1.12.1. São considerados categoria de serviços padrão/normal todos aqueles previstos na Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais que não se enquadrem na categoria de serviço(s) emergencial(is).

5.1.12.2. São considerados serviço(s) emergencial(is) todo(s) aquele(s) serviço(s) que, embora esteja(m) previsto(s) na Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais como serviço(s) comum(ns) de engenharia, caso não seja(m) realizado(s) pode(m) causar dano à vida, ao meio ambiente, à produção e ao patrimônio. São serviços vinculados a demandas que surgem em casos inesperados onde a Administração precisa agir de modo célere, num curto prazo

de tempo para evitar que a situação evolua para um status mais gravoso. Em regra, a prioridade de atendimento deve ser imediata pela natureza do defeito e seu impacto no funcionamento do imóvel. A execução precisa ocorrer a qualquer momento, inclusive em horários não comerciais e dias não úteis, pois não podem aguardar para serem executados. Estão incluídas nesta categoria todas as intervenções necessárias ao tratamento de falhas, defeitos ou outras situações anormais que, de alguma forma, possam colocar em risco a integridade física dos servidores e usuários dos imóveis administrativos e/ou residenciais do Complexo da Presidência da República, ou então, que comprometam o patrimônio ou mesmo venham a acarretar prejuízos importantes ao desempenho das atividades profissionais ou de habitação dos imóveis.

5.1.13. Juntamente com a ordem de serviço poderá, conforme a natureza do(s) serviço(s) demandado(s) ser(em) encaminhado(s) o(s) seguinte(s) documento(s) técnico(s) como anexo(s) obrigatório(s) e/ou facultativo(s), não se restringindo à listagem abaixo:

5.1.13.1. Memorial descritivo dos serviço(s) almejado(s), ou então, memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais e/ou insumos, de forma a estabelecer padrões mínimos para a execução do(s) serviço(s);

5.1.13.2. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 correspondendo a orçamento estimado (art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), sintético (art. 23, §§ 5º e 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024) detalhado ou analítico (art. 6, inciso XXV, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

5.1.13.3. Prazo de execução e Cronograma Físico Financeiro por etapas, se necessário;

5.1.13.4. Planta de referências da(s) edificação(ões) se for o caso;

5.1.13.5. Memória de cálculo se for o caso;

5.1.13.6. Memória de quantitativo;

5.1.13.7. Caderno de especificações de materiais e/ou serviços;

5.1.13.8. Projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso;

5.1.13.9. Projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso;

5.1.13.10. Anteprojeto (art. 46, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso; e,

5.1.13.11. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

5.1.13.12. resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; e,

5.1.13.13. outros normativos legais a serem observados na execução do(s) serviço(s)

5.1.14. Em cada Ordem de Serviço haverá o valor total do acionamento vinculado ao orçamento estimado (art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), sintético (art. 23, §§ 5º e 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), detalhado ou analítico (art. 6, inciso XXV, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024) que a acompanhará como anexo, considerando as respectivas composições, o cronograma físico-financeiro, a planilha de BDI, e memória de cálculo, segundo os cálculos, acréscimos e descontos abaixo:

5.1.14.1. Os custos dos serviços e insumos obtidos a partir da aplicação dos quantitativos serão baseados na Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

5.1.14.2. Em relação a tabela SINAPI – DF, ou então, subsidiariamente das tabelas de outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, serão considerados os valores não desonerados do mês vigente na data de acionamento da Ordem de Serviço (OS).

5.1.14.3. No valor total do acionamento da ordem de serviço (OS) já deverá estar acrescido o percentual de 22,23% a título de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

5.1.14.4. O valor total também já deverá considerar o percentual de desconto ofertado pela empresa contratada vencedora no certamente sobre os itens da Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

5.1.14.5. Cabe ressaltar que o percentual aceitável para o item de “Administração local” das planilhas orçamentárias será de até 6,23% , com base no valor médio previsto pelo Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário. Todavia, para os prédios históricos ou tombados, o percentual de administração local poderá ser de 8,87% (3º quartil do Acórdão TCU nº 2.622/2013), ou então, até mesmo superior, desde que devidamente justificado e previsto expressamente na documentação técnica referente a ordem de serviço de acionamento.

5.1.14.6. Em havendo acionamentos por ordem de serviços que impliquem na execução de serviços concomitantes numa mesma localidade, tem-se despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção do canteiro, desde que seja possível o aproveitamento de profissionais e instalações, poderão ser rateadas entre as medições das respectivas ordens serviços concomitantes, ou então, consideradas associadas a uma única ordem de serviço, devendo ser excluídas das demais concomitantes.

5.1.14.7. Serão admitidos no máximo até 3 (três) acionamentos simultâneos por ordem de serviços que impliquem na execução de serviços concomitantes numa mesma localidade ou em locais (edificações) distintas. A limitação não será aplicada quando se trata de acionamento de Ordem de Serviço vinculada a serviço(s) de categoria emergencial, ou então, quando a gestão e fiscalização do contrato apresentar justificativa.

5.1.15. Valor Total da Ordem de Serviços corresponderá a:

Valor Total da OS = Soma de todos os Custos dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 + BDI) X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

Benefícios e Despesas Indiretas – BDI - 22,23 % - conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013

Σ - Notação matemática para Somatória

X - Notação matemática para multiplicação

Valor Total da OS = Σ Custo dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 + 22,23%) X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

Valor Total da OS = 1,2223 X Σ Custo dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

5.1.16. Não haverá atualização do valor total da Ordem de Serviço, ou então, dos valores da tabela SINAPI - DF, ou então, subsidiariamente das tabelas de outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, salvo no caso da execução do(s) serviço(s) exceder o prazo de 1 (um) ano após o acionamento, quando então será aplicado o índice de reajuste previsto no instrumento contratual associado à respectiva ordem de serviço.

5.1.17. As planilhas orçamentárias conterão, pelo menos:

5.1.17.1. número da Ordem de Serviço a que se refere;

5.1.17.2. item ou subitem;

5.1.17.3. código da composição de preço unitário utilizada da tabela SINAPI (Região Centro-Oeste – DF, referente ao mês da data de acionamento);

5.1.17.4. descrição dos serviços;

5.1.17.5. unidade de medida;

5.1.17.6. quantidade do serviço;

5.1.17.7. Valor Unitário da tabela SINAPI (Região Centro-Oeste – DF, referente ao mês da data de acionamento);

5.1.17.8. Valor Unitário (acrescidos do BDI de 22,23%);

5.1.17.9. Valor Unitário (aplicado o desconto oferecido pela empresa contratada no ato da licitação e acrescido do respectivo BDI de 22,23%);

5.1.17.10. assinatura do responsável pela elaboração e sua respectiva Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) conforme Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

5.1.18. O cronograma físico-financeiro deverá apresentar o prazo da execução dos serviços, previsão das datas de início e término da prestação dos serviços, custo total dos serviços.

5.1.19. Durante a vigência tanto da ata de Registro de Preço, quanto do(s) respectivo(s) instrumento(s) contratual(is) poderão ser realizados vários acionamentos por ordem de serviço, podendo, inclusive, algumas destes ocorrerem simultaneamente.

5.1.20. Em havendo a emissão de uma ou mais ordens de serviço simultâneas tem-se que a soma dos valores de todas as ordens de serviços emitidas, já considerando a aplicação do desconto da empresa signatária da ata, não poderá exceder o valor do respectivo instrumento contratual ao qual a(s) ordem(ns) estará(ão) associada(s).

Recebimento do acionamento por Ordem de Serviço

5.1.21. Todas as Ordens de Serviço assinadas gestão do contrato serão enviadas para endereço de correio eletrônico informados pela empresa contratada conforme item 5.1.1.4 deste Termo de Referência, sendo considerada a data de recebimento do acionamento da Ordem de Serviço pela empresa contratada como sendo a data de envio para endereço de correio eletrônico.

Vistoria após o acionamento da Ordem de Serviço e aceitação do(s) serviço(s)

5.1.22. Após o recebimento pela empresa contratada do acionamento por Ordem de Serviço (OS), iniciará o cômputo do prazo para análise da documentação técnica encaminhada juntamente com a Ordem de Serviço (OS) e realização da vistoria técnica no(s) local(is) de execução do(s) serviço(s), que deverá ser agendada e acompanhada obrigatoriamente por pelo menos um fiscal técnico no:

5.1.22.1. Prazo de até 5 (cinco) dias para Ordem de Serviço vinculada a serviço(s) de categoria padrão/normal;

5.1.22.2. Prazo de até 12 (doze) horas ou outro prazo definido pela Presidência da República para Ordem de Serviço vinculada a serviço(s) de categoria emergencial.

5.1.23. Até o final do prazo previsto acima para análise e vistoria, a empresa contratada deverá manifestar concordância formal, ou então, rejeição ou discordância em relação aos quantitativos e serviços estipulados, bem como sobre a documentação técnica encaminhada.

5.1.23.1. Em caso rejeição ou discordância parcial ou total, a empresa contratada deverá apresentar suas alegações devidamente acompanhadas de fundamentação técnica que justifiquem e demonstrem a incompatibilidade e/ou discordância.

5.1.23.2. A equipe técnica da Presidência República analisará as alegações da empresa contratada e, se for o caso corrigir as possíveis omissões ou equívocos na documentação ratificando-a e emitindo uma nova Ordem de Serviço (OS). Não caberá recurso da manifestação da equipe técnica da Presidência da República que resultar em novo acionamento por uma nova Ordem de Serviço (OS) retificando a anterior.

5.1.23.3. Caso a empresa contratada não se manifeste formalmente pela concordância, ou então, pela rejeição ou discordância parcial ou total no prazo previsto acima, estará sujeita a aplicação de multa cujo valor será entre 0,5% e 10% do valor total da presente contratação, a ser definido com base na gravidade e categoria do(s) serviço(s) acionado(s), sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas tanto no instrumento contratual quanto na legislação

pertinente, inclusive, com a possibilidade de cancelamento da Ata de Registro de Preço e à rescisão do(s) contrato(s) dela decorrente(s).

Manifestação formal de concordância da Ordem de Serviço

5.1.24. Será considerada como manifestação formal de concordância do acionamento o recebimento pela Presidência da República da Ordem de Serviço assinada pelo representante legal da empresa contratada.

5.1.24.1. A ordem de serviço (OS) recebida Presidência da República devidamente assinada pelo representante legal da empresa contratada corresponderá ao documento que autoriza o início da execução do(s) serviço(s).

5.1.25. A partir da manifestação formal de concordância, antes do início da execução dos serviços acionados, a empresa contratada deverá entregar os documentos abaixo ao fiscal do contrato, para avaliação das questões de segurança:

5.1.25.1. Planilha com identificação dos colaboradores da empresa contratada que trabalharão no(s) local(is) contendo nome completo, número da carteira de identidade com órgão e data de expedição, CPF, contato telefônico e foto atualizada;

Início da execução do(s) serviço(s)

5.1.25. Quando outro prazo não for estipulado ou acordo com a Presidência da República, o início da execução do(s) serviço(s) deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil subsequente à manifestação formal de concordância do acionamento por parte da empresa contratada.

5.1.26. Os profissionais designados pela empresa contratada para execução dos serviços deverão apresentar-se no(s) local(is) designado(s) para a execução do(s) serviço(s) nos dias e horários de trabalho estipulados na ordem de serviço de acionamento, asseados, trajando uniforme completo e portando crachá de identificação.

5.1.27. Para o início da perfeita execução dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar antecipadamente todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades de modo a viabilizar o início da execução, promovendo sua substituição quando necessário.

5.1.28. Todas as medidas necessárias à realização dos serviços deverão ser conferidas previamente a mobilização no(s) local(is) de execução dos serviços e, ao término, deverá ocorrer a desmobilização de todos os equipamentos e máquinas, bem como dos recursos humanos associados à execução do(s) serviço(s).

5.1.29. A empresa contratada é responsável pelo fornecimento e obrigatoriedade do uso de uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada, bem como, pelos equipamentos de proteção individual (EPI's), de proteção coletiva (EPC's) e outros que possam vir a ser necessário para seus empregados e/ou subcontratados, de acordo com o preconizado na Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho. As áreas de afetadas ou de influência dos serviços acionados deverão estar sinalizadas de forma adequada e segura durante toda a execução dos serviços.

5.1.30. A empresa contratada deverá garantir que a mão de obra empregada seja de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo acabamento e aparência, com tolerâncias,

ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso de acionamento por Ordem de Serviço (OS).

5.1.31. Durante a execução do(s) serviço(s) vinculado(s) a cada Ordem de Serviço, a empresa contratada deverá designar em cada local de execução do(s) serviço(s) o seu colaborador responsável pela condução da equipe, recebimento de materiais, acompanhamento de fornecedores e prestadores de serviço externos (subcontratados) e outras atividades correlatas.

5.1.32. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial, Normas da ABNT, Legislação de acessibilidade, Normas das concessionárias de serviços públicos, Código de Edificações Distrito Federal, bem como os Regulamentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e normativa do Ministério do Trabalho.

5.1.33. De forma excepcional e justificada, em caráter eventual e acessório, para assegurar o atendimento satisfatório da necessidade administrativa, a Presidência da República poderá requisitar outros serviços correlatos àquele(s) acionado(s) pela Ordem de Serviço não inseridos na(s) planilha(s) orçamentária(s) indicada(s) no item 5.1.13.2 e item 5.1.17 deste Termo de Referência, desde que contemplados na tabela referencial de custo adotada para esta contratação, isto é, na tabela SINAPI (DF), aplicando-se o mesmo percentual de desconto sobre os custos destes outros serviços.

5.1.34. Na eventualidade de os serviços exigirem novos itens e/ou quantidades de insumos maiores ou menores que os previstos nas planilhas do orçamento, essas alterações deverão ser justificadas pela empresa contratada, avaliadas e aprovadas pela Fiscalização, procedendo-se a retificação da Ordem de Serviço de acionamento, ou então, na emissão de uma nova ordem de serviço de acionamento complementar.

5.1.35. A Presidência da República recusará toda e qualquer alteração de quantitativo e /ou tipo de serviço realizado sem o prévio consentimento da fiscalização técnica e não prevista na(s) planilha(s) orçamentária(s). A empresa contratada deverá executar e/ou fornecer apenas o que for acionado pela Ordem de Serviço e aprovado pela gestão e fiscalização técnica.

5.1.36. A Presidência da República poderá solicitar ensaios, testes, ou laudos dos serviços e instalações executadas pela contratada, de forma a atestar a qualidade, estanqueidade, rigidez, resistência, segurança, ou qualquer outro aspecto pertinente ao serviço /instalação. O custo ficará a cargo da empresa contratada se qualquer um dos procedimentos listados anteriormente for solicitado pela empresa contratada por livre e espontânea vontade.

Paralisação Injustificada da execução do(s) serviço(s)

5.1.33. Qualquer paralisação de execução dos serviços deve ser comunicada de imediato ao fiscal técnico, ou ao fiscal administrativo do contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.

5.1.34. Na hipótese de ocorrer a paralisação injustificada da execução do(s) serviço(s) por parte da empresa contratada, poderá haver a aplicação de multa cujo valor será entre 0,5% e 10% do valor total da presente contratação, a ser definido com base na gravidade e categoria do(s) serviço(s) acionado(s), sem prejuízo da aplicação de

outras sanções previstas tanto no instrumento contratual quanto na legislação pertinente, inclusive, com a possibilidade de cancelamento da Ata de Registro de Preço e à rescisão do(s) contrato(s) dela decorrente(s).

5.1.34.1 Como o objeto da presente contratação corresponde à prestação de serviços de Engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem prestados no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais, a paralisação da execução motivada por atrasos de até 30 (trinta) dias para a realização de medição de serviços pela fiscalização técnica, ou então, no pagamento associados a valores inferiores à 1% do valor total da presente contratação, será considerada como sendo injustificada.

Cancelamento da Ata de Registro de Preços

5.2. Dará ensejo ao cancelamento da Ata e à rescisão dos contratos dela decorrentes:

5.2.1. Não iniciar ou paralisar a execução dos serviços após a manifestação de concordância;

5.2.2. A atraso da execução dos serviços em relação ao cronograma em vigor, verificada em qualquer etapa da programação, superior a 20% (vinte por cento) do prazo global associado a respectiva ordem de serviço de acionamento.

5.2.3. O cancelamento da Ata e a rescisão contratual poderão, mediante justificativa da empresa contratada admitida pela Presidência da República, ser substituída pela aplicação de sanção multa prevista na legislação pertinente ou no instrumento contratual.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.3. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, referente ao serviço executado sob responsabilidade da empresa contratada.

5.4. Os custos de reparos, assistência técnica e nova execução de serviços para correção de vícios de solidez e segurança decorrentes de execução incorreta dos serviços correrão por conta da empresa contratada.

5.5. A empresa contratada será acionada por meio de Ofício e terá o prazo de no máximo 5 dias úteis para correção de vícios, podendo este prazo ser prorrogado de acordo com a complexidade do serviço e mediante o aceite do Gestor do Contrato.

5.6. Será de inteira responsabilidade da empresa contratada, qualquer dano ocasionado nas instalações e equipamentos da Presidência da República e de terceiros durante a execução dos serviços.

5.7. Na hipótese de falha ou defeito de materiais ou de execução, identificada durante o período de garantia contratual, que implique em refazimento de algum serviço, um novo período de garantia contratual será iniciado para este serviço, contando-se o prazo a partir da aceitação pela Presidência da República da aplicação dos materiais e/ou serviços. Quando a falha ou defeito se configurar em um “vício oculto”, deverão ser aplicados os dispositivos de garantia legal estipulados no Código do Consumidor (Lei 8.078/90).

5.8. Considera-se vício oculto a falha ou defeito não aparente do produto/serviço, que o torna inoperante ou inapto para o fim ao qual se destina, identificado apenas após seu uso contínuo, dentro do período de vida útil do mesmo, resultante de erros de projeto, fabricação ou execução.

5.9. Cabe a empresa contratada, em caso de requisição da Presidência da República, o ônus da prova de que a falha ou defeito apresentado não é resultante de vício oculto.

5.10. O não cumprimento adequado da garantia, como falta de assistência técnica, baixa qualidade na prestação dos serviços ou qualquer outra deficiência, sujeitará à empresa contratada a aplicação das cominações pertinentes.

Procedimento de transição e finalização do contrato

5.11. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Disposições Gerais

5.12. Não será admitida utilização da Ata de Registro de Preços por Órgão ou Entidade não participante da licitação.

5.13. Será sempre empregado o Sistema Internacional de Unidades (SI) em todos os documentos, sejam técnicos, administrativos ou financeiros.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou mesmo de acionamentos específicos por Ordem de Serviço (OS), o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto, exceto se o preposto também estiver acumulando a função de Responsável Técnico.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Verificação da execução do(s) serviço(s) acionado(s), visando prevenir falhas, atrasos ou comprometimento do patrimônio do Complexo da Presidência da República.

6.16.2. Verificação da qualidade e técnica(s) empregada(s) na execução do(s) serviço(s) acionado(s).

6.16.3. A Fiscalização Técnica deverá avaliar constantemente a execução dos serviços e utilizar o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, para a aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18.8. receber e dar encaminhamento imediato:

- 6.18.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;
- 6.18.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto nesta seção.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:
- 7.2.1. não produziu os resultados acordados,
 - 7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará 5 (cinco) indicadores de qualidade.
- 7.4.1. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo:
 - 7.4.1.1 Indicador 1 - Mensurar a pontualidade, apresentação e identificação e o atendimento às exigências relacionadas à segurança do trabalho (fornecimento e uso dos EPI's e EPC's). Na tabela abaixo, para o indicador em questão são apresentadas a finalidade, meta, instrumento de medição, forma de acompanhamento, periodicidade, critério e o mecanismo de cálculo e faixas de pontuação de qualidade.

INDICADOR 1 – Mensurar a pontualidade dos colaboradores da empresa contratada nos dias e horários definidos para execução do(s) serviço(s) acionado(s)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Controlar o acesso dos colaboradores da empresa contratada nos dias e horários definidos com a equipe de segurança
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal das ocorrências
Forma de Acompanhamento	Por intermédio da ação do fiscal de Contrato, mediante lançamentos no livro de ocorrências (registros)
Periodicidade	Diária, com aferição mensal resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa /dia)
Início da	

Vigência	Com o início da execução do serviço da ordem de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Nenhuma ocorrências = 20 Pontos
	Uma ocorrência = 16 Pontos
	Duas ocorrências = 12 Pontos
	Três ocorrências = 8 Pontos
	Quatro ocorrências = 4 Pontos
	Cinco ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanção	verificar item 7.4.8 deste Termo de Referência
Observações	Garantir o controle de acesso nas instalações do Complexo da Presidência da República em horários pré-definidos com a equipe de segurança

7.4.1.2 Indicador 2 - Mensurar a apresentação e identificação. Na tabela abaixo, para o indicador em questão são apresentadas a finalidade, meta, instrumento de medição, forma de acompanhamento, periodicidade, critério e o mecanismo de cálculo e faixas de pontuação de qualidade.

INDICADOR 2 – Mensurar a apresentação e identificação dos colaboradores da empresa contratada nos dias e horários definidos com a equipe de segurança	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Facilitar o controle e acompanhamento dos colaboradores no interior das instalações do Complexo da Presidência da República
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal das ocorrências
Forma de Acompanhamento	Por intermédio da ação do fiscal de Contrato, mediante lançamentos no livro de ocorrências (registros)
Periodicidade	Diária, com aferição mensal resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)
Início da Vigência	Com o início da execução do serviço da ordem de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Nenhuma ocorrências = 20 Pontos
	Uma ocorrência = 16 Pontos
	Duas ocorrências = 12 Pontos
	Três ocorrências = 8 Pontos
	Quatro ocorrências = 4 Pontos
	Cinco ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanção	verificar item 7.4.8 deste Termo de Referência
Observações	Facilitar e identificação e o controle de pessoas no interior das instalações do Complexo da Presidência da República

7.4.1.3 Indicador 3 - Mensurar o atendimento às exigências relacionadas à segurança do trabalho (fornecimento e uso dos EPI's e EPC's). Na tabela abaixo, para o indicador em questão são apresentadas a finalidade, meta, instrumento de medição, forma de acompanhamento, periodicidade, critério e o mecanismo de cálculo e faixas de pontuação de qualidade.

INDICADOR 3 – Mensurar o atendimento às exigências relacionadas à segurança do trabalho (fornecimento e uso dos EPI's e EPC's)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à segurança do trabalho, fornecimento e uso dos EPI's e EPC's

Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal das ocorrências
Forma de Acompanhamento	Por intermédio da ação do fiscal de Contrato, mediante lançamentos no livro de ocorrências (registros)
Periodicidade	Diária, com aferição mensal resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa /dia)
Início da Vigência	Com o início da execução do serviço da ordem de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Nenhuma ocorrências = 20 Pontos
	Uma ocorrência = 16 Pontos
	Duas ocorrências = 12 Pontos
	Três ocorrências = 8 Pontos
	Quatro ocorrências = 4 Pontos
	Cinco ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanção	verificar item 7.4.8 deste Termo de Referência
Observações	Atender aos dispostos da Lei nº 6,514 de 22/12/1977 ou lei que a substituir, além das suas normas reguladoras, tais como: NR 6, NR 10, NR18 dentre outras

7.4.1.4. Indicador 4 - Entrega das etapas previstas no cronograma. Na tabela abaixo, para o indicador em questão são apresentadas a finalidade, meta, instrumento de medição, forma de acompanhamento, periodicidade, critério e o mecanismo de cálculo e faixas de pontuação de qualidade.

INDICADOR 4 – Entrega das etapas previstas no cronograma	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar as ocorrências de atrasos na execução do(s) serviço(s) acionados
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal das ocorrências
Forma de Acompanhamento	Por intermédio da ação do fiscal de Contrato, mediante lançamentos no livro de ocorrências (registros)
Periodicidade	Mensal, nos termos do cronograma de execução do(s) serviço(s)
Mecanismo de Cálculo	Identificação de, pelo menos, uma ocorrência de atraso em dias no final do período de referência, descrito no cronograma de execução. Unidade da ocorrências – Dia de atraso
Início da Vigência	Com o início da execução do serviço da ordem de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências/ nenhum dia de atraso = 20 Pontos
	7 dias de atraso = 16 Pontos
	15 dias de atraso = 12 Pontos
	25 dias de atraso = 8 Pontos
	30 dias de atraso = 4 Pontos
	45 ou mais dias de atraso = 0 pontos
Sanção	verificar item 7.4.8 deste Termo de Referência
Observações	Quando a empresa contratada der causa

7.4.1.5. Indicador 5 - Disponibilização no(s) local(is) de execução dos materiais e insumos necessários para o início e continuidade da prestação do(s) serviço

(s). Na tabela abaixo, para o indicador em questão são apresentadas a finalidade, meta, instrumento de medição, forma de acompanhamento, periodicidade, critério e o mecanismo de cálculo e faixas de pontuação de qualidade.

INDICADOR 5 – Disponibilização no(s) local(is) de execução dos materiais e insumos necessários para o início e continuidade da prestação do(s) serviço(s)	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o nível de fornecimento e abastecimento dos materiais equipamentos utilizados na execução dos serviços da ordem de serviço acionada
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal das ocorrências
Forma de Acompanhamento	Por intermédio da ação do fiscal de Contrato, mediante lançamentos no livro de ocorrências (registros)
Periodicidade	Por evento constatado
Mecanismo de Cálculo	Identificação de pelo menos uma ocorrência de falta de materiais e/ou equipamento no mês de referência
Início da Vigência	Com o início da execução do serviço da ordem de serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem ocorrências = 20 Pontos
	Uma ocorrência = 16 Pontos
	Duas ocorrências = 12 Pontos
	Três ocorrências = 8 pontos
	Quatro ocorrências = 4 pontos
	Cinco ou mais ocorrências = 0 pontos
Sanção	verificar item 7.4.8 deste Termo de Referência
Observações	Falta de materiais e/ou equipamentos que provoquem atraso na execução de serviços, conforme cronograma da obra

7.4.2. Durante o período de medição para pagamento, para cada Indicador, a fiscalização poderá identificar mais de uma ocorrência para o mesmo critério de modo que conste na tabela acima o somatório de todas associadas àquele critério.

7.4.3. A empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ou não ser acatada pela Presidência da República, após a devida análise. Dessa decisão não caberá recurso.

7.4.4. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

7.4.5. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço com qualidade elevada.

7.4.6. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência da medição a ser paga, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

7.4.7. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente a soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

	Pontuação do Indicador 1 + Pontuação do Indicador 2
--	---

Pontuação Total da Medição da Ordem de Serviço a ser Paga	+ Pontuação do Indicador 3 + Pontuação do Indicador 4 + Pontuação do Indicador 5
---	--

7.4.8. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência de medição da ordem de serviço, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixa de Pontuação	Pagamento Devido para a Medição da Ordem de Serviço	Fator de Ajuste
80 a 100	100%	1,00
70 a 79	97%	0,97
60 a 69	95%	0,95
50 a 59	93%	0,93
40 a 49	90%	0,90
Abaixo de 40	90% mais multa	0,90 + avaliar a necessidade de aplicação da multa contratual
Valor devido por ordem de serviço = (Valor mensal previsto) x (Fator de ajuste de nível de serviço)		

7.4.9. A avaliação abaixo de 40 pontos por três vezes poderá ensejar a rescisão do contrato.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.1. Tratando-se de serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.5.2. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.5.3. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerando para fins de faturamento o período mensal, conforme art. 92, § 5º da Lei nº 14133, 1º de abril de 2021.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Ao emitir a Nota Fiscal, a empresa deverá indicar no campo descrição dos serviços, o detalhamento do: valor bruto; valor do desconto BDI; valor da mão de obra; valor do material aplicado; e, o valor total que corresponde ao valor da Nota Fiscal a ser emitida.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.38. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, parcial ou total, conforme o disposto no artigo 145 da Lei 14.133 de 2021.

Reajuste

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais do orçamento associado a Ordem de Serviço (OS) serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste *será realizado por apostilamento*.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação da Presidência da República.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do objeto será de Empreitada por Preço Unitário.

Critérios de aceitabilidade

8.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, sendo adotado o critério de julgamento de maior desconto sobre a Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, o critério de aceitabilidade de desconto mínimo será:

8.3.1. Como valor estimado da contratação é R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), tem-se a seguinte fórmula a ser considerada no certame com referência para fins aplicação do desconto:

Valor Total da Licitação = Soma de todos os Custos dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 + BDI) X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

Benefícios e Despesas Indiretas – BDI - 22,23 % - conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário

Valor Total da Licitação – Corresponde ao valor previsto no PCA 25 (R\$ 25.000.000,00)

Σ - Notação matemática para Somatória

X - Notação matemática para multiplicação

$R\$ 25.000.000,00 = \Sigma \text{ Custo dos Serviços}^{\text{SINAPI-DF}} \times (1 + 25\%) \times (1 - \text{Desconto}^{\text{Proposta do Licitante}})$

$R\$ 25.000.000,00 = 1,2223 \times \Sigma \text{ Custo dos Serviços}^{\text{SINAPI-DF}} \times (1 - \text{Desconto}^{\text{Proposta do Licitante}})$

8.3.2. Para fins de aceitabilidade da proposta, o desconto mínimo de referência na licitação será de 10% (dez por cento).

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

8.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.25.2. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.26. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.*

8.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica - Operacional e Profissional

8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

Qualificação Técnico-Operacional

8.31.1.1. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

8.31.1.1.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ), expedida por qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia (CREA), em nome da pessoa jurídica da empresa licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação. A referida Certidão deverá comprovar que, em seu objetivo social, a empresa licitante está habilitada a exercer atividade relacionada ao objeto deste Termo de Referência;

8.31.1.1.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à empresa licitante como executora dos serviços, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços de engenharia pertinentes e compatíveis em características com:

8.31.1.1.2.1. Qualidade: serviços executados em pelo menos 1 (uma) edificação residencial ou não residencial, detentora de status histórico e/ou cultural como tombamento reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ou então, pelos órgãos estaduais ou municipais, pertencente ao patrimônio de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), independentemente da área da edificação ser da esfera (federal, estadual e municipal);

8.31.1.1.2.2. Especificidade de dias e horários: serviços prestados em finais de semana e/ou feriados, tanto no período diurno quanto noturno (compreendido o intervalo entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte), em pelo menos 1 (uma) edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, independentemente da área da edificação, que indique a realização de pelo menos um dos seguintes serviços, conforme, e não se restringindo à listagem abaixo:

- Serviços de vedação e pintura;
- Serviços hidrossanitários, inclusive instalações, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de rede de distribuição de água potável ou não potável (não inclui redes na via externa), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de armazenamento de água potável ou não potável, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de aproveitamento, reuso e tratamento de água pluvial e águas cinzas;
- Serviços elétricos, inclusive instalação de redes elétricas prediais, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de postes ornamentais, iluminação interna e externa e pontos de energia elétrica, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de revestimentos (Piso e Parede), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de cobertura (telhado), desde que não classificáveis como obra de engenharia;

- Serviços de manutenção, reparo ou instalação de placas de mármore e /ou de granito em ambientes internos ou externos (fachada), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Serviços de impermeabilização de superfície com manta asfáltica elastomérica em poliéster ou manta de PVC reforçada com poliéster;
- Serviços de impermeabilização à base de bicomponente de poliureia e híbrido de poliureia/poliuretano ou a base de poliuretano elastomérico flexível, bicomponente aplicados por equipamentos Airless Spray Plural Componente (mistura automática) de alta pressão;
- Serviços de vidraçaria, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de esquadrias, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Adequações e instalações para acessibilidade, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Manutenção de pavimentação, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Execução e manutenção de calçadas, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Instalação e manutenção de forros de pvc, gesso, madeira e de outros tipos;
- Instalação de isolamento acústico e/ou térmico para ambientes;
- Sinalização horizontal;
- Serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos listados anteriormente.

8.31.1.1.2.3. Quantidade: serviços executados em área igual ou superior a 4.808,33 m² (correspondente a 4% da área total de 120.208,39 m² indicado no tópico 2 - Descrição da necessidade do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência) em edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, que indique a realização de pelo menos um dos seguintes serviços, conforme, e não se restringindo à listagem abaixo:

- Serviços de vedação e pintura;
- Serviços hidrossanitários, inclusive instalações, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de rede de distribuição de água potável ou não potável (não inclui redes na via externa), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de armazenamento de água potável ou não potável, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de aproveitamento, reuso e tratamento de água pluvial e águas cinzas;
- Serviços elétricos, inclusive instalação de redes elétricas prediais, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de postes ornamentais, iluminação interna e externa e pontos de energia elétrica, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de revestimentos (Piso e Parede), desde que não classificáveis como obra de engenharia;

- Serviços de cobertura (telhado), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de manutenção, reparo ou instalação de placas de mármore e /ou de granito em ambientes internos ou externos (fachada), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Serviços de impermeabilização de superfície com manta asfáltica elastomérica em poliéster ou manta de PVC reforçada com poliéster;
- Serviços de impermeabilização à base de bicomponente de poliureia e híbrido de poliureia/poliuretano ou a base de poliuretano elastomérico flexível, bicomponente aplicados por equipamentos Airless Spray Plural Componente (mistura automática) de alta pressão;
- Serviços de vidraçaria, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de esquadrias, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Adequações e instalações para acessibilidade, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Manutenção de pavimentação, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Execução e manutenção de calçadas, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Instalação e manutenção de forros de pvc, gesso, madeira e de outros tipos;
- Instalação de isolamento acústico e/ou térmico para ambientes;
- Sinalização horizontal;
- Serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos listados anteriormente.

8.31.1.1.3. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada por meio do somatório de atestados de execução de serviços concomitantes.

8.31.1.1.4. Caso a área técnica entenda necessário, a empresa licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, projetos e planilhas orçamentárias que deram suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência durante a realização do certame.

Qualificação Técnico-Profissional

8.31.1.2. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, deverão ser apresentados:

8.31.1.2.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF), expedida por qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome do(s) profissional(is) indicado(s) para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação;

8.31.1.2.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, acompanhado da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT emitida(s) pelo CREA e/ou CAU, em nome do(s) profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s), que comprove(m) a experiência e ter sido o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) por serviços de execução, ou de supervisão, ou de fiscalização ou de coordenação, em edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, independentemente da área da edificação, devendo constar, pelo menos 1 (uma) edificação residencial ou não residencial, detentora de status histórico e/ou cultural como tombamento reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ou então, pelos órgãos estaduais ou municipais, pertencente ao patrimônio de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), independentemente da área da edificação ser da esfera (federal, estadual e municipal);

8.31.1.2.3. No caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA e/ou CAU do Distrito Federal, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional, por ocasião da assinatura do instrumento contratual.

8.31.1.2.4. Fica proibida a indicação, por duas ou mais licitantes, do mesmo Responsável Técnico, hipótese na qual todas serão inabilitadas. Essa proibição não vale na hipótese de subcontratação de que trata os itens 4.51 a 4.57 deste Termo de Referência, em observância ao art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.31.1.2.5. Os profissionais indicados pela empresa contratada para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar efetivamente da coordenação dos serviços objeto da Licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Presidência da República, conforme determina, no art. 67, § 6º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.31.1.2.6. Quando o acionamento por ordem de serviço estipular a execução de serviços em edificações do Complexo da Presidência da República com tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a presença de pelo menos um Responsável Técnico será obrigatória durante toda prestação do serviços. Nas demais situações, a participação do(s) Responsável(is) Técnico(s) dar-se-á por meio de:

8.31.1.2.6.1. Visitas técnicas ordinárias, com periodicidade mínima mensal;

8.31.1.2.6.2. Visitas técnicas extraordinárias, sempre que solicitados pela Fiscalização; e

8.31.1.2.3. Assinatura dos relatórios técnicos mensais.

8.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.33. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

8.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

8.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.42.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.42.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.42.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.42.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.42.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.42.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

8.42.6.1. ata de fundação;

8.42.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

8.42.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.42.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

8.42.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

8.42.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

8.42.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 25.000.000,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), conforme esclarecimentos pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

9.1.1 O valor atribuído ao certame é meramente estimativo, tendo em vista que se trata da execução de serviços que não se pode definir no momento, sendo a imprevisibilidade sua principal característica, tanto com relação ao momento de surgimento das necessidades, quanto do quantitativo a ser executado. Tal estimativa está detalhada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

9.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2025, na Unidade Gestora Secretaria de Administração, número de UG 110001 – SA/PR.

10.2. Uma vez que para a presente licitação será adotado o Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11. Obrigações da Contratante

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

11.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

11.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Termo e cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

11.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Termo, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.10. A Administração terá o prazo de 5 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.11. Responder eventuais pedidos informações e/ou esclarecimentos feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 30 dias.

11.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

11.13. Comunicar a CONTRATADA na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.16. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11.17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

11.18. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.19. Previamente à expedição da ordem de serviço de acionamento, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

12. Obrigações da Contratada

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

12.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

12.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

12.4. Alocar os empregados e/ou subcontratados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

12.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.7. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

12.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

12.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.13. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.16. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

12.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

12.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

12.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

12.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados e/ou subcontratados que preencheram as referidas vagas.

12.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento

12.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

12.24. Manter os empregados e ou subcontratados nos horários pré-determinados pelo CONTRATANTE.

12.25. Apresentar os empregados e/ou subcontratados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Coletivo e Individual (EPC e EPI), quando for o caso.

12.26. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

12.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

12.28. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

12.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do CONTRATANTE.

12.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

12.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE.

12.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

12.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

12.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

12.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

12.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

12.37. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.38. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

12.39. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

13. Das Infrações administrativas e sanções

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

13.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

13.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

13.2.4.5. Compensatória, para infração descrita na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor total do contrato.

13.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

13.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

13.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14. Disposições Finais

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE SARAIVA DE PAULA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/05/2025 às 12:58:57.

EDUARDO ANDRADE SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/05/2025 às 13:15:13.

RAILTON LOPES DOS SANTOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/05/2025 às 11:15:27.

FABRICIO DA SILVA GAMA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 28/05/2025 às 10:57:04.

Estudo Técnico Preliminar 58/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 00059.000383/2025-15

2. Descrição da necessidade

Registro de preços para contratação de serviços de engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem prestados no regime de empreitada por preço unitário baseado no **MAIOR DESCONTO** sobre a Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

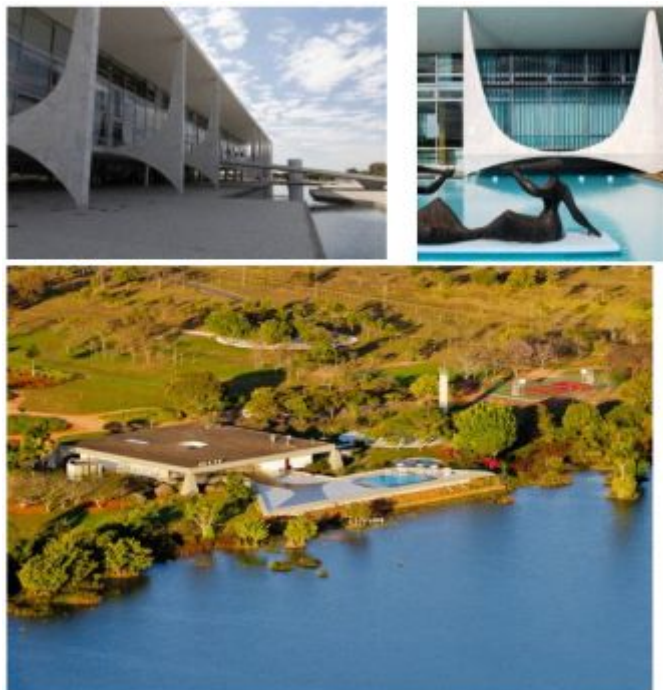
2.1 O objetivo deste estudo é a análise da viabilidade e levantamento dos elementos essenciais para a contratação de empresa para a prestação de serviços a serem executadas nas instalações do Complexo da Presidência da República.

Complexo da Presidência da República

2.2. O complexo da Presidência da República construído no final da década de 1950 é composto de imóveis administrativos localizados na Praça dos Três Poderes e adjacências e, também, por imóveis residenciais (Residência Oficial da Presidência da República - Palácio da Alvorada, Residência Oficial de Campo da Presidência da República - Granja do Torto, Residência Oficial da Vice-Presidência da República - Palácio do Jaburu e, imóveis funcionais).



Indicação dos prédios administrativos da Presidência da República localizados nas proximidades da Praça dos Três Poderes.



Imagens do Palácio do Planalto, Palácio da Alvorada e Palácio do Jaburu.

2.3. Em virtude dos imóveis já terem mais de 60 anos, muitos deles já apresentam desgastes recorrentes e imprevisíveis, o que os torna suscetíveis a constantes e imediatas intervenções de serviços de engenharia.

2.4. O total das áreas do complexo da Presidência da República susceptível a receber os serviços de engenharia sob demanda objeto da contratação ora em avaliação corresponde a aproximadamente de 120.208,39 m² (aproximadamente cento e vinte mil, duzentos e oito metros quadrados), conforme levantamento realizado pelas equipes técnicas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP.

Natureza do Imóvel	Descrição	Área (metros quadrados - m ²)
Administrativa	Palácio do Planalto	42.693,73 m ²
	Edifícios Anexos do Palácio do Planalto	21.874,74 m ²
	Complexo Administrativo de Anexos da Via N2	23.466,60 m ²
	Pavilhão das Metas (Via N1)	1.782,00 m ²
Residencial	Palácio da Alvorada	9.561,00 m ²
	Granja do Torto	4.891,60 m ²
	Palácio Jaburu	3.088,72 m ²
	80 imóveis funcionais	12.850 m ²

Imóveis Tombados que integram o Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial

2.5. É importante observar que alguns desses imóveis institucionais estão vinculados à condição de Patrimônio Cultural Brasileiro.

2.6. O Palácio do Planalto foi tombado individualmente no âmbito do Processo N.º 1550-T-2007, conforme Portaria MinC nº 55, de 06 de junho de 2017. A obra do arquiteto Oscar Niemeyer faz parte do Conjunto Urbanístico de Brasília, inscrito no Livro do Tombo Histórico sob nº 532, em 14 de março de 1990. O tombamento urbanístico foi regulamentado pela Portaria nº 314-IPHAN, de 8 de outubro de 1992, detalhada pela Portaria nº 166-IPHAN, de 11 de maio de 2016 (com as alterações introduzidas pela Portaria nº 421, de 31 de outubro de 2018).

2.7. O Palácio da Alvorada e o Palácio do Jaburu também foram tombados individualmente por meio da Portaria MINC nº 55, de 06 de junho de 2017. Ambos estão inscritos no Livro de Belas Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

2.7.1. O Palácio da Alvorada, residência oficial do Presidente da República, é um projeto de Oscar Niemeyer dos anos 1950. O edifício foi o primeiro palácio a ser construído, sendo inaugurado em 1958. Segundo a certidão de tombamento (2542271), "a poligonal de tombamento inclui o conjunto constituído pelo edifício principal, capela, elementos escultóricos, espelho d'água como elementos integrados ao edifício, além de guarita, o portão e área do jardim conforme desenho esquemático". Além do tombamento individual, ele está inserido no Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e foi inscrito no Livro do Tombo Histórico em 1990. A área ao redor da edificação também está inserida no perímetro tombado do Conjunto Urbanístico de Brasília, inscrita no Livro do Tombo Histórico sob nº 532, em 14 de março de 1990.

2.7.2. O Palácio do Jaburu foi tombado provisoriamente em 2007 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, deflagrando-se assim a sua proteção em nível federal. O tombamento definitivo ocorreu apenas após a homologação em 2017 pela Portaria nº 55, de 6 de junho de 2017. Mais recentemente, em 2021, o Palácio do Jaburu foi inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes sob nº 744, conforme certidão de Tombamento ACI-RJ 2547537 e processo nº 01450.011563 /2008-53.

2.8. Todos os 3 (três) tombamentos mencionados acima são bens representativos do conjunto da obra do arquiteto Oscar Niemeyer. Em relação a eles, é oportuno evidenciar que o objetivo principal da contratação em questão é preservar e prolongar a vida útil das instalações existentes. Não é a finalidade dos serviços de engenharia a serem executados inovar ou alterar significativamente o espaço físico. A ênfase está na conservação e reabilitação do desempenho das estruturas e sistemas existentes, alinhando-se com a definição de serviços comuns de engenharia.

Imóveis Administrativos e Funcionais do Complexo da Presidência da República

2.9. Além dos imóveis tombados mencionados acima, também integram o Complexo da Presidência da República inúmeros imóveis tanto administrativos como funcionais.

2.10. As instalações administrativas estão localizadas no entorno do Palácio do Planalto. Elas correspondem aos Edifícios Anexos do Palácio do Planalto, ao Complexo Administrativo de Anexos da Via N2 e, também, ao Pavilhão de Metas:

2.10.1. Anexos I, II, III e IV do Palácio do Planalto;

2.10.2. Instalações administrativas da Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP;

2.10.3 Edificações e galpões de oficinas da Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE

2.10.4. Instalações administrativas da Coordenação-Geral de Gestão de Projetos de Engenharia - COGPEN;

- 2.10.5. Instalações administrativas da Coordenação-Geral de Patrimônio - CGPAT;
- 2.10.6. Depósitos e instalações administrativas da Coordenação de Patrimônio - COPAT;
- 2.10.7. Instalações administrativas da Coordenação de Materiais - COMAT;
- 2.10.8. Depósito do Almoxarifado Central da Presidência da República;
- 2.10.9. Depósito e oficina de restauração do patrimônio histórico da Diretoria Curatorial dos Palácios Presidenciais - DCPD;
- 2.10.10. Depósito da Diretoria de Tecnologia - DITEC;
- 2.10.11. Instalações administrativas da Coordenação-Geral de Administração Geral - COAGE;
- 2.10.12. Depósito e instalações administrativas da Coordenação de Subsistência - COSUB;
- 2.10.13. Protocolo e instalações administrativas da Coordenação de Documentação - CODOC;
- 2.10.14. Instalações do Centro de Capacitação e Desenvolvimento da Presidência da República - CECAD;
- 2.10.15. Edificações, instalações administrativas e oficinas da Coordenação de Transporte - COTRAN;
- 2.10.16. Prédio da Coordenação de Serviços Gerais - COSEG;
- 2.10.17. Instalações e edifícios da SPR, órgão vinculado ao Gabinete de Segurança Institucional - GSI.
- 2.10.18. Pavilhão de Metas.

2.11. Os imóveis funcionais correspondem aos apartamentos e casas sob responsabilidade da Casa Civil da Presidência da República, localizados em diversas regiões de Brasília/DF e que estão registrados na plataforma de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais - SPIUNET. Estes imóveis de uso especial objetivam atender às necessidades de ocupações associadas aos atos de livre nomeação de servidores para os cargos em comissão da Presidência da República.

2.12. Esses imóveis representam um importante ativo do patrimônio público. Garantir a sua conservação é essencial para assegurar que estejam em condições adequadas de uso por parte dos seus permissionários. Para isso, enquanto os imóveis encontram-se temporariamente desocupados em processo de destinação, faz-se necessária a realização intervenções a fim de evitar o desgaste precoce e a deterioração do Patrimônio.

2.13. Os serviços de engenharia por demanda objeto da presente contratação a serem executados tanto nos imóveis administrativos como funcionais incluem pequenos reparos, adequações ou adaptações de ambientes, não se caracterizam como reforma ou construção. Correspondem a serviços padronizados em instalações elétricas e hidrossanitárias, reparos ou substituições de telhados ou realização de impermeabilização em coberturas, calhas e rufos, pintura de paredes e outros serviços, com fornecimento de mão de obra sem dedicação exclusiva, material e demais insumos necessários e adequados à correta e completa execução.

2.14. Os serviços a serem contratados são serviços de engenharia nos termos definidos do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, e têm como características fundamentais não alterar ou promover alterações significativas nas edificações. Logo, não irão alterar a natureza e não acarretarão em alteração substancial das características originais. Eles são definidos por meio de especificações usuais no mercado e serão executados em período de tempo pré-definido em cronograma de tempo curto ou de médio a serem definidos nos documentos técnicos que acompanharão a(s) ordem(s) de serviço de cada acionamento, quando identificada a demanda pela equipe técnica da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República.

2.15. Sobre este ponto, cabe destacar o entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que “a complexidade do objeto pretendido não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de bem comum, mas, sim, o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Assim, caso o objeto apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e o mercado domine as técnicas de sua realização, esse deverá ser classificado como bem ou serviço comum e ser utilizada de forma cogente a modalidade do pregão eletrônico” (Acórdão nº 2.806 /2014 – 1ª Câmara).

Excepcionalidade dos serviços a serem contratados

2.16. É oportuno distinguir os serviços rotineiros de manutenção (preventivos e corretivos), prestados de forma contínua e com dedicação de mão de obra exclusiva dos serviços objeto da presente contratação que correspondem a serviços a serem acionados sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva.

2.17. Os serviços a serem contratados estão associados a excepcionalidade e imprevisibilidade que certas demandas que podem ocorrer nas instalações do Complexo da Presidência da República. De modo a possibilitar uma maior compreensão da particularidade do acionamento sob demanda destes serviços são apresentados 3 casos, sendo que 2 deles foram amplamente divulgados pelos meios de imprensa.

Destruição de parte da cerca de residência oficial

2.17.1. Este caso está associado a imprevisibilidade e necessidade de uma rápida intervenção de modo a reestabelecer com a maior brevidade possível o status de segurança.

2.17.2. No ano de 2024, foi amplamente divulgado pela mídia que uma motorista embriagada e sem habilitação bateu o carro na cerca do Palácio do Jaburu.



2.17.3. Abaixo são listadas apenas alguns exemplos evidenciando-se que há muitos outros que também poderiam ter sido enumerados:

- Globo - G1 - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2025/02/08/motorista-com-sinais-de-embriaguez-bate-em-cerca-da-residencia-oficial-de-geraldo-alckmin-em-brasilia.ghtml>
- CNN Brasil - <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/motorista-bate-carro-na-cerca-de-residencia-da-vice-presidencia-em-brasilia/>
- Isto é Dinheiro - <https://istoedinheiro.com.br/motorista-embriagada-bate-carro-em-cerca-da-residencia-de-geraldo-alckmin/>
- Band - <https://www.band.uol.com.br/noticias/mulher-com-sinais-de-embriaguez-bate-carro-em-cerca-da-residencia-oficial-de-geraldo-alckmin-202502081531>

2.17.4. Não obstante as consequências jurídicas, seja sob o aspecto criminal e cível para reparação dos danos, não pode a Administração Pública guardar a finalização dos trâmites processuais e o ressarcimento do dano para dar início à execução de reparo da cerca danificada. O conserto precisa ser imediato e, devido a natureza e tipo de dano, não corresponde a serviços de rotineiros de manutenção. Por isso a necessidade da presente contratação que possibilita o acionamento de serviços de engenharia sob demanda.

Goteiras e Infiltrações

2.17.5. Não obstante as ações preventivas nos telhados e coberturas das edificações do Complexo da Presidência da República, as edificações tem apresentado um histórico de problemas com goteiras e infiltrações, especialmente após situações de fortes chuvas depois do período de estiagem que ocorre todos os anos em Brasília, com relatos de problemas pontuais e isolados de goteiras em corredores, como por exemplo.

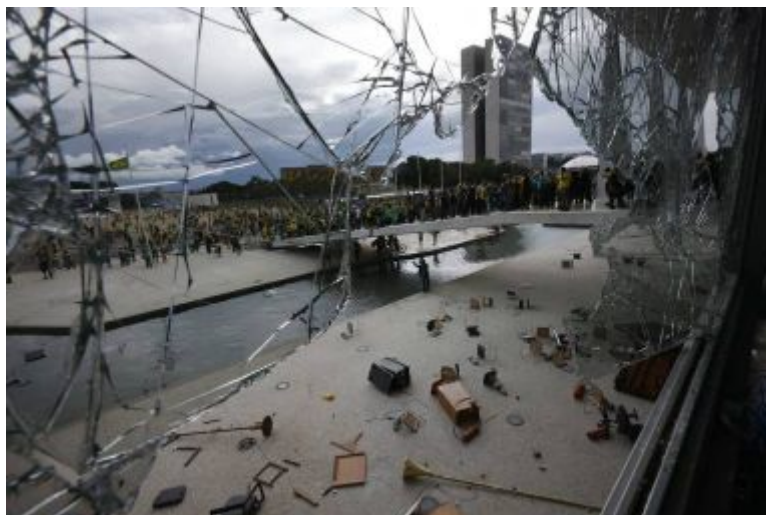


Palácio do Planalto - Vazamento no corredor impossibilitando o funcionamento da iluminação

2.17.6. Mesmo após receber o devido tratamento no âmbito da manutenção preventiva, após o período das chuvas, infiltrações em pontos específicos acabam aparecendo, comprometendo a aparência e a segurança dos espaços internos. De modo a não comprometer as instalações, enquanto não há a realização de uma obra ou reforma mais extensa e de maior vulto, é preciso uma atuação imediata pontual.

Vandalismo e Depredação de Grandes Proporções

2.17.7. Os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, embora se tratem de uma situação atípica que se espera não repetir na história do país, a ocorrência de tais atos acabaram por indicar a necessidade da Administração estar apta para dar uma rápida resposta de mobilização para reestabelecimento da operacionalidade das instalações administrativas da Presidência da República.



2.17.8. A quantificação e o volume de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços de engenharia, sob demanda acionados para reparar os danos extrapolaram as dimensões da contratação relacionada à manutenção corretiva.



2.17.9. O complexo da Presidência da República necessita contar com um mecanismo, ou melhor instrumento ágil de acionamento de serviços comuns de engenharia para situações excepcionais que demandem a prestação de serviços sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva e com fornecimento de materiais, peças, insumos e ferramentas.

2.17.10. A possibilidade da ocorrência de fatos similares no futuro não pode ser ignorada, uma vez que no ano de 2024 ocorreu o ato terrorista em frente ao Supremo Tribunal Federal - STF.



2.17.11. Os quantitativos, locais, forma e tipos de serviços que poderão ser executados serão definidos em cada hipótese específica de acionamento, isto é, em cada ordem de serviço a ser emitida, embora se espera não ser necessário que ocorra.

Atuações simultâneas em Imóveis Funcionais

2.17.12. A dinâmica de ocupações e desocupações dos imóveis funcionais residenciais é, na maior parte das vezes, imprevisível, em especial na ocupação que depende da livre nomeação e exoneração dos cargos em comissão.

2.17.13. Devido a excepcionalidade e imprevisibilidade de ocupações e desocupações, e que os históricos ainda não estão adequados nesta ocasião, visto que a plataforma de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais - SPUnet está em

desenvolvimento para tornar as informações acessíveis e atualizadas, torna difícil a quantificação exata dos serviços que visam a prevenção de danos como forma de manter o valor e prolongar a vida útil.

2.17.14. A partir da desocupação, busca-se realizar o maior número possível de intervenções de serviços comuns de engenharia em cada imóvel funcional nas diferentes necessidades identificadas (instalações elétricas e hidrossanitárias, tubulações de sistemas de ar-condicionado e gás, pinturas, esquadrias dentre outras), como forma de garantir a segurança e condições de habitação.

2.17.15. A atuação simultânea de várias equipes numa mesma unidade extrapola a caracterização e os valores rotineiros de manutenção corretiva. Ademais, quando aciona-se simultaneamente equipes de diferentes disciplinas dos serviços de engenharia espera-se aumentar a eficiência em relação ao tempo de atendimento das necessidades do imóvel funcional como forma de reduzir os custos com pagamento de taxas e outras despesas que a Presidência da República precisar arcar enquanto a unidade não foi disponibilizada a um(a) permissionário(a).



2.17.16. Cabe registrar ainda que alguns imóveis funcionais estão localizados em edifícios onde a maioria das demais unidades habitacionais pertence a particulares ou terceiros que não são órgãos da Administração Pública. Com isso, a agilidade seja no atendimento das demandas, especialmente aquelas que envolvem, ou melhor, afetam outras unidades, como por exemplo, vazamentos e/ou infiltrações, é primordial até mesmo para se evitar ações indenizatórias e/ou de reparação de danos em face da Presidência da República.

Exemplos de serviços emergenciais

2.17.17. A título exemplificativo, alguns serviços comuns de engenharia objeto da presente contratação são facilmente caracterizados como serviços emergenciais:

- Danos físicos que possam comprometer a integridade das edificações;
- Infiltrações em lajes e telhados;
- Problemas decorrentes de fatores naturais como chuva e vento;
- Vazamentos significativos em locais diversos (tubulação, caixa d'água, telhado, aparelho sanitário, etc);
- Interrupção no fornecimento de energia em pontos de consumo;
- Substituição de circuitos elétricos, tomadas, interruptores, luminárias e disjuntores danificados que, pela sua funcionalidade, demandem conserto imediato;
- Verificação de prováveis curtos-circuitos ou outras falhas de instalação elétrica, com respectivo conserto;
- Interrupção no fornecimento de água, com verificação das instalações hidráulicas e respectivo conserto;
- Outras tarefas relevantes e que justifiquem o conserto imediato.

2.17.18. A Segundo a norma ABNT NBR 5674/2012 é inviável, sob o ponto de vista econômico, e inaceitável, sob o ponto de vista ambiental, considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções quando os requisitos de desempenho atingem níveis inferiores àqueles exigidos pela ABNT NBR 15.575/2013 (Desempenho de edificações habitacionais). Isto exige que a segurança e a qualidade de vida dos usuários sejam levadas em conta tão logo as edificações sejam colocadas em uso, sendo intervenções de engenharia essenciais para garantir os níveis de desempenho ao longo de sua vida útil projetada. Suprir a necessidade de intervenções antecipadas, constantes e imediatas para garantir a perfeita conservação e utilização dos imóveis e instalações e proporcionando melhores condições de utilização e conforto aos usuários e aos servidores trata-se de uma das atribuições da Diretoria de Engenharia e Patrimônio da Presidência da República.

Serviços comuns de engenharia, materiais e insumos previstos na tabela SINAPI

2.18. Como já destacado acima, a presente contratação diz respeito a serviços de engenharia padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

2.19. Os quantitativos, locais, forma e tipos de serviços que poderão ser executados serão definidos em cada hipótese específica de acionamento, isto é, em cada ordem de serviço a ser emitida, considerando que o fornecimento de material e mão-de-obra deverá ser baseados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013. Essa uniformidade facilita a transparência e a equidade no processo licitatório. No anexo I do presente Estudo Técnico Preliminar, juntou-se a tabela SINAPI referente ao mês de Março de 2025 como forma de exemplificar as composições e completude de itens que poderão de acionados no âmbito da presente contratação.

2.20. A legislação atinente as licitações já estipula expressamente o uso da Tabela SINAPI para tais serviços. Ela é elaborada pelo governo federal em parceria com os estados e municípios, o que confere uma credibilidade e confiabilidade. Esta abordagem garante a precisão e a transparência dos orçamentos, promovendo a conformidade das contratações com a legislação vigente e estimulando boas práticas de governança e gestão nas organizações públicas.

2.21. Excepcionalmente, devido as características de certas edificações existentes no Complexo da Presidência da República, especialmente aquelas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, no acionamento pela ordem de serviço, poderão ser previstas situações particulares.

2.22. O Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 também estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência dos serviços de engenharia a serem contratados e executados pela Administração Pública Federal. No caso de orçamentos estimado, sintético, detalhado ou analítico, nas composições dos preços utilizados para sua formação devem ser adotadas as produtividades e os consumos utilizados pelos sistemas referenciais oficiais de custos. Todavia, a execução de serviços de engenharia em prédios históricos ou tombados, nem sempre estará contemplada na Tabela SINAPI. Logo, para tais excepcionalidades, o Decreto nº 7.983 traz expressamente nos seus artigos 6º e 8º as seguintes disposições:

Art. 6º Em caso de inviabilidade da definição dos custos conforme o disposto nos arts. 3º, 4º e 5º, a estimativa de custo global poderá ser apurada por meio da utilização de dados contidos em tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal em publicações técnicas especializadas, em sistema específico instituído para o setor ou em pesquisa de mercado.

(...)

Art. 8º Na elaboração dos orçamentos de referência, os órgãos e entidades da administração pública federal poderão adotar especificidades locais ou de projeto na elaboração das respectivas composições de custo unitário, desde que demonstrada a pertinência dos ajustes para a obra ou serviço de engenharia a ser orçado em relatório técnico elaborado por profissional habilitado.

Parágrafo único. Os custos unitários de referência da administração pública poderão, somente em condições especiais justificadas em relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, exceder os seus correspondentes do sistema de referência adotado na forma deste Decreto, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle, dispensada a compensação em qualquer outro serviço do orçamento de referência.

2.23. É oportuno repisar que a regra geral é o uso da Tabela SINAPI, sendo a elaboração de orçamentos baseados noutros sistemas referenciais oficiais de custos (por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estas) apenas para os casos excepcionais, isto é, as exceções como, por exemplo, demandas de materiais específicos a serem empregados em prédios tombados (mármore ou granitos de tipos e tamanhos específicos, tintas de cor e textura definidas, dentre outras características a serem observadas para atendimento e garantia do tombamento histórico do patrimônio nacional).

Local, dias e horário de execução dos serviços

2.24. A execução dos serviços acionados por ordem de serviço ocorrerá nas edificações do Complexo da Presidência da República sem comprometer, na medida do possível, o modo e horário de funcionamento normal.

2.25. Os serviços serão executados em sua maioria entre o intervalo de 7:00 h as 18:00 h em dias úteis (de segunda-feira a sexta-feira). Todavia, em havendo necessidade e previsão expressa na ordem de serviço de acionamento, poderão ocorrer a execução nos finais de semana (sábados e/ou domingos) e/ou feriados, bem como no horário noturno (intervalo compreendido entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte).

2.25.1. A título de exemplo, cumpre destacar as intervenções realizadas no ano de 2022 no 4º andar do Palácio do Planalto (na Casa Civil, Secretaria de Governo, Gabinete de Segurança Institucional e Secretaria-Geral da Presidência), que ocorreram no horário noturno, no intervalo compreendido entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte conforme divulgado pela mídia:

Globo - G1 - <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/03/18/obras-interditam-4-andar-do-palacio-do-planalto-a-partir-de-segunda-feira.ghml>.

Record - <https://noticias.r7.com/brasil/presidencia-anuncia-reforma-de-r-14-milhao-no-palacio-do-planalto-29062022/>

Gazeta do Povo - <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/palacio-do-planalto-passara-por-obras-de-modernizacao-na-proxima-semana/>



2.26. Especificamente sobre os trabalhos executados em finais de semana, feriados e no período noturno, quando necessários e estipulados na ordem de serviço, frisa-se que os custos estarão previstos no orçamento estimado, sintético ou detalhado analítico, podendo também serem compensados por meio de banco de horas. Em havendo compensação, não haverá o pagamento dos custos extras por parte da Presidência da República.

Prorrogação do prazo de execução dos serviços devido a impedimento, paralisação ou sustação por parte da Presidência da República

2.27. Cumpre destacar também que devido a particularidades de determinadas edificações do Complexo da Presidência da República, durante a execução dos serviços a serem contratados, haverá casos de impedimento, paralisação ou sustação devido solicitação expressa da gestão ou fiscalização do contrato, ou então, a pedido da equipe de segurança e/ou equipe do cerimonial (presença de autoridades nacionais ou internacionais no Palácio do Planalto ou nas residências oficiais, realização de eventos ou solenidades como a apresentação de cartas credenciais ao Presidente da República pelos novos embaixadores de países estrangeiros com representação no Brasil, ou então, solenidades de lançamento de programas ou promulgação de leis ou decretos dentre outros). Quando ocorrer tais hipóteses, haverá a prorrogação automática por igual tempo do cronograma de execução.

2.28. Caso a natureza do serviço possa afetar o desenvolvimento das atividades normais do órgão, os serviços deverão ser previamente autorizados e programados, sem ônus para a Presidência da República. Na hipótese de ocorrência em desacordo com os padrões estipulados, o(s) responsável (is) da Presidência da República pela administração da edificação poderá(ão) reportar o problema de imediato à empresa contratada, que deverá adotar as providências necessárias à sua cessação e comunicar à gestão e fiscalização do contrato. Quando ocorrer tais casos, haverá a prorrogação automática por igual tempo do cronograma de execução.



Adequações de Acessibilidade

2.29. Necessidade de que os serviços de engenharia sejam executados de modo a não comprometer o acesso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Dessa forma, durante a prestação dos serviços deverão ser considerados os padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296, de 2004 e da NBR 9050/ABNT,

bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 2009.

Necessidade de Atendimento aos Critérios de Sustentabilidade

2.30. A observância dos diplomas legais de natureza ambiental e de sustentabilidade, bem como do Programa de Sustentabilidade da Presidência da República, o PR Sustentável vinculado ao Plano Diretor de Logística Sustentável, previsto na Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021, são relevantes uma vez que o Brasil é reconhecido internacionalmente como um dos principais países defensores do meio ambiente, seja por possuir a maior floresta tropical do mundo (Floresta Amazônica), como também, pela diplomacia brasileira atuar significativamente nas negociações de acordos e tratados desta temática. Este reconhecimento internacional resultou na indicação do Brasil para sediar em 2025 a 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-30).

2.31. A contratação dos serviços de engenharia precisa estar em conformidade com a ação governamental que busca criar condições para uma gestão e governança pública sustentável alinhada com compromissos internacionais, promovendo todas as dimensões da sustentabilidade em prol do desenvolvimento do País (<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/inovacao-governamental/consultoria-executiva/sustentabilidade>).



Necessidade de Compatibilização com o Plano Anual de Contratações (PCA-2025) da Presidência da República

2.32. Salienta-se que os serviços a serem contratados devem manter compatibilidade com a previsão existente no Plano de Contratação Anual 2025 - PCA/2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000005/2025

II) Data de publicação no PNCP: 23/12/2024

III) Id do item no PCA: 1

IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

V) Identificador da Futura Contratação: 110001-303/2025 está prevista no Plano de Contratação Anual.

2.33. Por fim, frisa-se que a presente contratação é de grande importância e urgência de modo que seja possível ainda a contratação e a realização dos serviços de engenharia ainda no 1º semestre de 2025, uma vez que, como já indicado acima há áreas críticas tanto em prédios administrativos como nas residências oficiais da Presidência da República

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Engenharia e Patrimônio	Erica Carvalho de Almeida

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Por se tratar de serviços que visam a assegurar a disponibilidade e confiabilidade dos prédios administrativos e das residências oficiais que integram o Complexo da Presidência da República onde os órgãos exercem suas atividades cotidianas, necessário é que a execução dos serviços seja realizada com:

4.1.1 qualidade tanto em relação aos materiais, peças e equipamentos a serem empregados;

4.1.2. qualificação profissional, observando as normas técnicas e trabalhistas vigentes e documentos complementares;

4.1.3. atendimento das necessidades indicadas nos documentos técnicos mencionados no art. 18, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 como:

4.1.3.1. projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.1.3.2 projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024); ou então

4.1.3.3. anteprojeto (art. 46, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024).

4.1.4. observância de especificações, dos valores e prazos estipulados no(a):

4.1.4.1 caderno de especificações;

4.1.4.2. planilha de orçamento estimado, sintético, detalhado ou analítico, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

4.1.4.3. cronograma físico-financeiro;

4.1.4.4. normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

4.1.4.5. resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; e,

4.1.4.6. outros normativos legais aplicáveis a execução de serviços de engenharia.

4.2. Os serviços de engenharia a serem executados, como soluções para os problemas a serem indicados nas ordens de serviço de acionamento, deverão levar em consideração a diversidade de tipo de estruturas, as suas localizações e situações topográficas e, principalmente, os graus de relevância histórico-culturais das edificações, como por exemplo, tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

4.3. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações e termos ora fornecidos não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a empresa contratada cobrar serviços extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.

Requisitos Específicos

4.4. Frente a definição prevista no art. 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, por força de lei, a empresa deverá comprovar estar devidamente registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU ou no Conselho Regional de Engenharia - CREA para participar do certame e durante todo o período de vigência da contratação.

4.5. A empresa contratada também deverá comprovar que possui em seu quadro profissionais com qualificação compatível com os serviços de engenharia a serem contratados, uma vez que os serviços são privativos das profissões de arquitetura, engenharia ou técnico especializado.

Qualificação Técnica

4.6. Assim, na data prevista para entrega da proposta, para a comprovação da capacidade técnica serão exigidos:

Qualificação Técnico-Operacional

4.7. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, deverão ser apresentados:

4.7.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica (CRQPJ), expedida por qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia (CREA), em nome da pessoa jurídica da empresa licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação. A referida Certidão deverá comprovar que, em seu objetivo social, a empresa licitante está habilitada a exercer atividade relacionada ao objeto deste Termo de Referência;

4.7.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que faça explícita menção à empresa licitante como executora dos serviços, comprovando a sua aptidão na prestação de serviços de engenharia pertinentes e compatíveis em características com:

4.7.2.1. Qualidade: serviços executados em pelo menos 1 (uma) edificação residencial ou não residencial, detentora de status histórico e/ou cultural como tombamento reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ou então, pelos órgãos estaduais ou municipais, pertencente ao patrimônio de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), independentemente da área da edificação ser da esfera (federal, estadual e municipal);

4.7.2.2. Especificidade de dias e horários: serviços prestados em finais de semana e/ou feriados, tanto no período diurno quanto noturno (compreendido o intervalo entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte), em pelo menos 1 (uma) edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, independentemente da área da edificação, que indique a realização de pelo menos um dos seguintes serviços, conforme, e não se restringindo à listagem abaixo:

- Serviços de vedação e pintura;
- Serviços hidrossanitários, inclusive instalações, desde que não classificáveis como obra de engenharia;

- Serviços de rede de distribuição de água potável ou não potável (não inclui redes na via externa), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de armazenamento de água potável ou não potável, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de aproveitamento, reuso e tratamento de água pluvial e águas cinzas;
- Serviços elétricos, inclusive instalação de redes elétricas prediais, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de postes ornamentais, iluminação interna e externa e pontos de energia elétrica, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de revestimentos (Piso e Parede), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de cobertura (telhado), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de manutenção, reparo ou instalação de placas de mármore e/ou de granito em ambientes internos ou externos (fachada), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Serviços de impermeabilização de superfície com manta asfáltica elastomérica em poliéster ou manta de PVC reforçada com poliéster;
- Serviços de impermeabilização à base de bicomponente de poliureia e híbrido de poliureia/poliuretano ou a base de poliuretano elastomérico flexível, bicomponente aplicados por equipamentos Airless Spray Plural Componente (mistura automática) de alta pressão;
- Serviços de vidraçaria, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de esquadrias, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Adequações e instalações para acessibilidade, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Manutenção de pavimentação, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Execução e manutenção de calçadas, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Instalação e manutenção de forros de pvc, gesso, madeira e de outros tipos;
- Instalação de isolamento acústico e/ou térmico para ambientes;
- Sinalização horizontal;
- Serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos listados anteriormente.

4.7.2.3. Quantidade: serviços executados em área igual ou superior a 4.808,33 m² (correspondente a 4% da área total de 120.208,39 m² indicado no tópico 2 - Descrição da necessidade do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de

Referência) em edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, que indique a realização de pelo menos um dos seguintes serviços, conforme, e não se restringindo à listagem abaixo:

- Serviços de vedação e pintura;
- Serviços hidrossanitários, inclusive instalações, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de rede de distribuição de água potável ou não potável (não inclui redes na via externa), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de armazenamento de água potável ou não potável, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de aproveitamento, reuso e tratamento de água pluvial e águas cinzas;
- Serviços elétricos, inclusive instalação de redes elétricas prediais, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de postes ornamentais, iluminação interna e externa e pontos de energia elétrica, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de revestimentos (Piso e Parede), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de cobertura (telhado), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de manutenção, reparo ou instalação de placas de mármore e/ou de granito em ambientes internos ou externos (fachada), desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Serviços de impermeabilização de superfície com manta asfáltica elastomérica em poliéster ou manta de PVC reforçada com poliéster;
- Serviços de impermeabilização à base de bicomponente de poliureia e híbrido de poliureia/poliuretano ou a base de poliuretano elastomérico flexível, bicomponente aplicados por equipamentos Airless Spray Plural Componente (mistura automática) de alta pressão;
- Serviços de vidraçaria, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Serviços de esquadrias, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Adequações e instalações para acessibilidade, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Manutenção de pavimentação, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Execução e manutenção de calçadas, desde que não classificáveis como obra de engenharia;
- Instalação de divisórias de vidro, drywall e outras não classificáveis como equipamento, mobiliário ou obra de engenharia/arquitetura;
- Instalação e manutenção de forros de pvc, gesso, madeira e de outros tipos;
- Instalação de isolamento acústico e/ou térmico para ambientes;
- Sinalização horizontal;
- Serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos listados anteriormente.

4.7.3. Como os acionamentos por ordem de serviço consistirão no fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, levando-se em conta os valores da Tabela SINAPI-DF, a parcela de maior relevância e valor significativo estabelecida acima como requisito de qualificação técnica da licitação é compatível com o disposto no art. 67, §1º e 2º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que está sendo apurada com base no somatório das áreas de 120.208,39 m², indicado no tópico 2 - Descrição da necessidade do Estudo Técnico Preliminar. Corresponde ao mínimo a ser exigido dos licitantes para demonstrar capacidade de satisfazer a necessidade pública correlata ao objeto da contratação. Frisa-se que também que foram observadas as disposições do Acórdão TCU nº 1.153/2024 – Plenário para o estabelecimento dos requisitos acima.

4.7.4. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada por meio do somatório de atestados de execução de serviços concomitantes.

4.7.5. Caso a área técnica entenda necessário, a empresa licitante deverá disponibilizar todas as informações essenciais à comprovação da legitimidade dos atestados (declarações), à ratificação das informações neles inseridas ou do efetivo atendimento aos requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato, projetos e planilhas orçamentárias que deram suporte à contratação, e os respectivos Termos Aditivos, Notas Fiscais/Faturas, Notas de Empenho, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, sendo que estas e outras informações complementares poderão ser requeridas mediante diligência durante a realização do certame.

Qualificação Técnico-Profissional

4.8. Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, deverão ser apresentados:

4.8.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF), expedida por qualquer uma das regiões do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em nome do(s) profissional(is) indicado(s) para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação;

4.8.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA e/ou CAU, acompanhado da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT emitida(s) pelo CREA e/ou CAU, em nome do(s) profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s), que comprove(m) a experiência e ter sido o(s) profissional(is) responsável(is) técnico(s) por serviços de execução, ou de supervisão, ou de fiscalização ou de coordenação, em edificação pública, comercial, industrial ou não residencial, independentemente da área da edificação, devendo constar, pelo menos 1 (uma) edificação residencial ou não residencial, detentora de status histórico e/ou cultural como tombamento reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, ou então, pelos órgãos estaduais ou municipais, pertencente ao patrimônio de qualquer um dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), independentemente da área da edificação ser da esfera (federal, estadual e municipal);

4.8.3. No caso de o profissional não ser registrado ou inscrito no CREA e/ou CAU do Distrito Federal, deverá ser providenciado o respectivo visto deste órgão regional, por ocasião da assinatura do instrumento contratual.

4.8.4. Fica proibida a indicação, por duas ou mais licitantes, do mesmo Responsável Técnico, hipótese na qual todas serão inabilitadas. Essa proibição não vale na hipótese de subcontratação de que trata os itens 4.51 a 4.57 deste Termo de Referência, em observância ao art. 67, §9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.8.5. Os profissionais indicados pela empresa contratada para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar efetivamente da coordenação dos serviços objeto da Licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Presidência da República, conforme determina, no art. 67, § 6º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.8.6. Quando o acionamento por ordem de serviço estipular a execução de serviços em edificações do Complexo da Presidência da República com tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, a presença de pelo menos um Responsável Técnico será obrigatória durante toda prestação do serviços. Nas demais situações, a participação do(s) Responsável(is) Técnico(s) dar-se-á por meio de:

4.8.6.1. Visitas técnicas ordinárias, com periodicidade mínima mensal;

4.8.6.2. Visitas técnicas extraordinárias, sempre que solicitados pela Fiscalização; e

4.8.6.3. Assinatura dos relatórios técnicos mensais.

4.9 Tanto os requisitos de qualificação técnica quanto a exigência de permanência de profissional qualificado durante a execução dos serviços são indispensáveis para assegurar a qualidade e segurança execução dos serviços demandados, não obstante o objeto da presente contratação consistir em serviços padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, conforme art. 6º, inciso XXI, alínea "a" da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. Ademais, a imposição destes requisitos não causam quaisquer prejuízos ao caráter competitivo, pois, visam garantir o caráter histórico das edificações, bem como, a segurança durante a execução dos serviços, especialmente devido a circulação diária nos prédios administrativos de cidadãos, de profissionais da imprensa como repórteres, jornalistas e radialistas, autoridades nacionais e internacionais, além dos respectivos servidores da Presidência da República.

Normas e Dispositivos Legais relacionados à Execução dos Serviços de Engenharia

4.10 Os serviços acionados por ordem de serviço serão executados sob demanda, de forma não contínua e sem dedicação de mão de obra exclusiva obedecendo rigorosamente às instruções contidas nas especificações constantes neste instrumento e na respectiva documentação técnica anexa à ordem de serviço, bem como à legislação vigente, determinações de órgãos fiscalizadores e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, conforme relação exemplificativa abaixo.

4.10.1. Disposições legais federais e distritais;

4.10.2. Disposições legais e normas do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;

4.10.3. Recomendações expressas na Lei n. 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NRs) relativas à Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, aprovadas pela Portaria n. 3.214, de 8 de junho de 1978, em especial as seguintes:

- 4.10.3.1. NR-1: Disposições Gerais;
- 4.10.3.2. NR-4: Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;
- 4.10.3.3. NR-5: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA;
- 4.10.3.4. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
- 4.10.3.5. NR-7: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
- 4.10.3.6. NR-8: Edificações;
- 4.10.3.7. NR-9: Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA;
- 4.10.3.8. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 4.10.3.9. NR-15: Insalubridade;
- 4.10.3.10. NR-16: Periculosidade;
- 4.10.3.11. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- 4.10.3.12. NR-23: Proteção Contra Incêndios;
- 4.10.3.13. NR-24: Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho;
- 4.10.3.14. NR-26: Sinalização de Segurança;
- 4.10.3.15. NR-33: Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;
- 4.10.3.16. NR-35: Trabalho em Altura;
- 4.10.4. Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
- 4.10.5. Normas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel);
- 4.10.6. Normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) e suas regulamentações;
- 4.10.7. Regulamentos das empresas concessionárias de água, esgoto, energia elétrica e de telecomunicações;
- 4.10.8. Portaria MARE n. 2.296, de 23 de julho de 1997 e atualizações – Estabelece as Práticas de Projetos e Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, a cargo dos órgãos e entidades integrantes de SISG;
- 4.10.9. Disposições do Manual de Obras Públicas – Edificações - Práticas SEAPE – Manutenção;
- 4.10.10. Disposições da Resolução CONFEA n. 425 de 1998;
- 4.10.11. Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 04 de junho de 2014 e disposições do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL para Edifícios Públicos Federais (Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001 - Lei da Eficiência Energética; Decreto nº 4.059, de 19 de dezembro de 2001, que regulamenta a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia; Diretrizes Gerais para promover a Etiquetagem PBE edifica em edificações públicas com base no RTQ-C, versão de 26

de junho de 2013; Diretrizes para a etiquetagem de eficiência energética de edificações públicas novas ou com retrofit com base na INI-C, versão de dezembro de 2024);

4.10.12. As seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a serem observadas, não se restringindo à listagem abaixo:

- 4.10.12.1. ABNT NBR 5382:1985 - Verificação de iluminância de interiores;
- 4.10.12.2. ABNT NBR 5410:2004 - Versão Corrigida: 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- 4.10.12.3. ABNT NBR 5413:1992 - Versão Corrigida: 1992 - Iluminância de interiores;
- 4.10.12.4. ABNT NBR 5419:2005 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas;
- 4.10.12.5. ABNT NBR 5444:1989 – Símbolos gráficos para instalações elétricas prediais;
- 4.10.12.6. ABNT NBR 5626:1998 - Instalação predial de água fria;
- 4.10.12.7. ABNT NBR 5671:1990 - Versão Corrigida: 1991 - Participação dos intervenientes em serviços e obras de engenharia e arquitetura;
- 4.10.12.8. ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de edificações — Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
- 4.10.12.9. ABNT NBR 6118:2007 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;
- 4.10.12.10. ABNT NBR 6125:1992 - Chuveiros automáticos para extinção de incêndio - Método de ensaio;
- 4.10.12.11. ABNT NBR 6492:1994 - Representação de projetos de arquitetura;
- 4.10.12.12. ABNT NBR 6493:1994 - Emprego de cores para identificação de tubulações;
- 4.10.12.13. ABNT NBR 7198:1993 - Projeto e execução de instalações prediais de água quente;
- 4.10.12.14. ABNT NBR 7286:2000 - Emenda 1:2001 - Cabos de potência com isolamento extrudada de borracha etilenopropileno (EPR) para tensões de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho;
- 4.10.12.15. ABNT NBR 7287:2009 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de polietileno reticulado (XLPE) para tensões de isolamento de 1 kV a 35 kV - Requisitos de desempenho;
- 4.10.12.16. ABNT NBR 7288:1994 - Cabos de potência com isolamento sólida extrudada de cloreto de polivinila (PVC) ou polietileno (PE) para tensões de 1 kV a 6 kV;
- 4.10.12.17. ABNT NBR 7480:2007 - Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado – especificação;

- 4.10.12.18. ABNT NBR 7481:1990 - Tela de aço soldada - Armadura para concreto;
- 4.10.12.19. ABNT NBR 7482:2008 - Fios de aço para estruturas de concreto protendido – especificação;
- 4.10.12.20. ABNT NBR 7583:1986 - Execução de pavimentos de concreto simples por meio mecânico;
- 4.10.12.21. ABNT NBR 8160:1999 - Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução;
- 4.10.12.22. ABNT NBR 8182:2011 - Cabos de potência multiplexados autossustentados com isolamento extrudado de PE ou XLPE, para tensões até 0,6/1 kV — Requisitos de desempenho;
- 4.10.12.23. ABNT NBR 8548:1984 - Barras de aço destinadas a armaduras para concreto armado com emenda mecânica ou por solda - Determinação da resistência à tração - Método de ensaio;
- 4.10.12.24. ABNT NBR 8674:2005 - Execução de sistemas fixos automáticos de proteção contra incêndio, com água nebulizada para transformadores e reatores de potência;
- 4.10.12.25. ABNT NBR 8800:2008 - Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios;
- 4.10.12.26. ABNT NBR 9050:2004 - Versão Corrigida: 2005 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- 4.10.12.27. ABNT NBR 9062:2006 - Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado;
- 4.10.12.28. ABNT NBR 9077:2001 - Saídas de emergência em edifícios;
- 4.10.12.29. ABNT NBR 9574:2008 - Execução de impermeabilização;
- 4.10.12.30. ABNT NBR 10131:1987 - Bombas hidráulicas de fluxo – Terminologia;
- 4.10.12.31. ABNT NBR 10152:1987 - Níveis de ruído para conforto acústico – Procedimento;
- 4.10.12.32. ABNT NBR 10839:1989 - Execução de obras de arte especiais em concreto armado e concreto protendido – Procedimento;
- 4.10.12.33. ABNT NBR 10844:1989 - Instalações prediais de águas pluviais – Procedimento;
- 4.10.12.34. ABNT NBR 10897:2007 - Errata 1:2008. Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos – Requisitos;
- 4.10.12.35. ABNT NBR 10898:2013 - Sistema de iluminação de emergência;
- 4.10.12.36. ABNT NBR 11711:2003 - Portas e vedadores corta-fogo com núcleo de madeira para isolamento de riscos em ambientes comerciais e industriais;

- 4.10.12.37. ABNT NBR 11720:2010 - Conexões para união de tubos de cobre por soldagem ou brasagem capilar — Requisitos;
- 4.10.12.38. ABNT NBR 11742:2003 - Porta corta-fogo para saída de emergência;
- 4.10.12.39. ABNT NBR 11785:1997 - Barra antipânico – Requisitos;
- 4.10.12.40. ABNT NBR 11836:1992 - Versão Corrigida: 1992 – Detectores automáticos de fumaça para proteção contra incêndio;
- 4.10.12.41. ABNT NBR 12313:2000 - Sistema de combustão - controle e segurança para utilização de gases combustíveis em processos de baixa e alta temperatura;
- 4.10.12.42. ABNT NBR 12693:2010 - Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
- 4.10.12.43. ABNT NBR 12712:2002 - Projeto de sistemas de transmissão e distribuição de gás combustível;
- 4.10.12.44. ABNT NBR 12912:1993 - Versão Corrigida: 1995 - Rosca NPT para tubos - Dimensões – Padronização;
- 4.10.12.45. ABNT NBR 13206:2010 - Tubo de cobre leve, médio e pesado, sem costura, para condução de fluidos – Requisitos;
- 4.10.12.46. ABNT NBR 13248:2000 - Cabos de potência e controle e condutores isolados sem cobertura, com isolamento extrudada e com baixa emissão de fumaça para tensões até 1 kV - Requisitos de desempenho;
- 4.10.12.47. ABNT NBR 13418:1995 - Cabos resistentes ao fogo para instalações de segurança – Especificação;
- 4.10.12.48. ABNT NBR 13434-1:2004 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico. Parte 1: Princípios de projeto;
- 4.10.12.49. ABNT NBR 13434-2:2004 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico. Parte 2: Símbolos e suas formas, dimensões e cores;
- 4.10.12.50. ABNT NBR 13570:1996 - Instalações elétricas em locais de afluência de público - Requisitos específicos;
- 4.10.12.51. ABNT NBR 13714:2000 - Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
- 4.10.12.52. ABNT NBR 13969:1997 - Tanques sépticos - Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos - Projeto, construção e operação;
- 4.10.12.53. ABNT NBR 13971:1997 - Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação - Manutenção programada;
- 4.10.12.54. ABNT NBR 14024:2006 - Central de gás liquefeito de petróleo (GLP) - Sistema de abastecimento a granel - Procedimento operacional;

- 4.10.12.55. ABNT NBR 14037:2011 - Diretrizes para elaboração de manuais de uso, operação e manutenção das edificações — Requisitos para elaboração e apresentação dos conteúdos;
- 4.10.12.56. ABNT NBR 14039:2005 - Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV;
- 4.10.12.57. ABNT NBR 14306:1999 - Proteção elétrica e compatibilidade eletromagnética em redes internas de telecomunicações em edificações – Projeto;
- 4.10.12.58. ABNT NBR 14432:2000 - Emenda 1:2001 - Exigências de resistência a fogo de elementos construtivos de edificações – Procedimento;
- 4.10.12.59. ABNT NBR 14461:2000 - Sistemas para distribuição de gás combustível para redes enterradas - Tubos e conexões de polietileno PE 80 e PE 100 - Instalação em obra por método destrutivo (vala a céu aberto);
- 4.10.12.60. ABNT NBR 14518:2000 - Sistemas de ventilação para cozinhas profissionais;
- 4.10.12.61. ABNT NBR 14565:2012 - Cabeamento estruturado para edifícios comerciais e data centers;
- 4.10.12.62. ABNT NBR 14679:2012 - Sistemas de condicionamento de ar e ventilação — Execução de serviços de higienização;
- 4.10.12.63. ABNT NBR 14712:2001 - Elevadores elétricos - Elevadores de carga, monta-cargas e elevadores; de maca - Requisitos de segurança para projeto, fabricação e instalação;
- 4.10.12.64. ABNT NBR 14788:2001 - Válvulas de esfera – Requisitos;
- 4.10.12.65. ABNT NBR 14827:2002 - Chumbadores instalados em elementos de concreto ou alvenaria - Determinação de resistência à tração e ao cisalhamento;
- 4.10.12.66. ABNT NBR 14861:2011 - Lajes alveolares pré-moldadas de concreto protendido — Requisitos e procedimentos;
- 4.10.12.67. ABNT NBR 14862:2002 - Armaduras treliçadas eletrossoldadas – Requisitos;
- 4.10.12.68. ABNT NBR 14918:2002 - Chumbadores mecânicos pós-instalados em concreto - Avaliação do desempenho;
- 4.10.12.69. ABNT NBR 14931:2004 - Execução de estruturas de concreto – Procedimento;
- 4.10.12.70. ABNT NBR 15526:2012 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - Projeto e execução;
- 4.10.12.71. ABNT NBR 15526:2012 - Redes de distribuição interna para gases combustíveis em instalações residenciais e comerciais - Projeto e execução;

- 4.10.12.72. ABNT NBR 15530:2007 - Fibras de aço para concreto – Especificações;
- 4.10.12.73. ABNT NBR 15.575:2013 - Desempenho de edificações habitacionais
- 4.10.12.74. ABNT NBR 15645:2008 - Execução de obras de esgoto sanitário e drenagem de águas pluviais utilizando-se tubos e aduelas de concreto;
- 4.10.12.75. ABNT NBR 15696:2009 - Fôrmas e escoramentos para estruturas de concreto - Projeto, dimensionamento e procedimentos executivos;
- 4.10.12.76. ABNT NBR 15848:2010 - Sistemas de ar condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI);
- 4.10.12.77. ABNT NBR 15961-1:2011 - Alvenaria estrutural — Blocos de concreto. Parte 1: Projeto;
- 4.10.12.78. ABNT NBR 15961-2:2011 - Alvenaria estrutural — Blocos de concreto. Parte 2: Execução e controle de obras;
- 4.10.12.79. ABNT NBR 16384:2020 - Segurança em eletricidade — Recomendações e orientações para trabalho seguro em serviços com eletricidade
- 4.10.12.80. ABNT NBR 16401-1:2008 - Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários. Parte 1: Projetos das instalações;
- 4.10.12.81. ABNT NBR 16401-2:2008 - Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários. Parte 2: Parâmetros de conforto térmico;
- 4.10.12.82. ABNT NBR 16401-3:2008 - Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários. Parte 3: Qualidade do ar interior;
- 4.10.12.83. ABNT NBR 17240:2010 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos;
- 4.10.12.84. ABNT NBR IEC 60269-3-1:2003 - Dispositivos-fusíveis de baixa tensão. Parte 3-1: Requisitos suplementares para dispositivos- fusíveis para uso por pessoas não qualificadas (dispositivos-fusíveis para uso principalmente doméstico e similares) - Seções I a IV;
- 4.10.12.85. ABNT NBR IEC 60529:2005 - Graus de proteção para invólucros de equipamentos elétricos (código IP);
- 4.10.12.86. ABNT NBR IEC 60947-2:1998 - Dispositivos de manobra e comando de baixa tensão. Parte 2: Disjuntores;
- 4.10.12.87. ABNT NBR ISO 6393:2001 - Acústica - Medição de ruído externo emitido por máquinas rodoviárias - Condições de ensaio estático;
- 4.10.12.88. ABNT NBR ISO 7240-1:2008 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio. Parte 1: Generalidades e definições;
- 4.10.12.89. ABNT ISO/TR 7240-14:2009 - Sistemas de detecção e alarme de incêndio. Parte 14: Diretrizes para esboçar códigos de prática para

projeto, instalação e uso de sistemas de detecção e alarme de incêndios em e ao redor de edificações;

4.10.12.90. ABNT NBR NM 60898:2004 - Disjuntores para proteção de sobrecorrentes para instalações domésticas e similares (IEC 60898:1995,MOD);

4.10.12.91. Aos seguintes normativos técnicos específicos e suas atualizações:

4.10.12.92. Norma EIA/TIA/ANSI 568 - Padrões mínimos de performance dos componentes de cabeamento;

4.10.12.93. Norma EIA/TIA/ANSI 568 - Cabeamento de Prédios Comerciais;

4.10.12.94. Norma EIA/TIA/ANSI 569 – Infraestrutura, encaminhamento para Telecomunicações e Espaços;

4.10.12.95. Norma EIA/TIA/ANSI 606 – Identificação e Administração do Cabeamento e da Instalação;

4.10.12.96. Norma EIA/TIA/ANSI 607 – Especificações de Aterramento e Links dos Sistemas de Cabeamento Estruturado.

4.10.13. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas acima;

4.10.14. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos, insumos e materiais a serem empregados na execução dos serviços.

Critérios e Práticas de Sustentabilidade

4.11. Considera-se oportuno trazer à baila os critérios e práticas de sustentabilidade previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União, em observância ao Parecer nº 01/2021/CNA/CGU/AGU, no Programa de Sustentabilidade da Presidência da República, o PR Sustentável vinculado ao Plano Diretor de Logística Sustentável, previsto na Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021 e, também na Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional. Especificamente sobre os critérios em questão, é oportuno reproduzir o teor dos artigos 2º e 5º da Instrução Normativa IN SLTI-MPOG nº 01:

Art. 2º Para o cumprimento do disposto nesta Instrução Normativa, o instrumento convocatório deverá formular as exigências de natureza ambiental de forma a não frustrar a competitividade.

(...)

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade

Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.12. Nesse contexto, cabe destacar a adoção do uso de documentação em formato eletrônico, visando minimizar o uso de papel e, portanto, a produção de resíduos de serviços gráficos.

4.13. Quanto ao requisito associados a(s) embalagem(ns), descrito no inciso III do art. 5º da Instrução Normativa nº 01 SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, entende-se que a empresa contratada deve utilizá-lo como referência para adoção das ações previstas nas especificações dos produtos, materiais, peças, insumos ou ferramentas a serem empregados nos serviços de engenharia a serem executados no âmbito da presente contratação.

4.14. Em atendimento à Instrução Normativa nº 01 SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010, em especial o disposto nos artigos 2º e 5º, na execução dos serviços acionados por ordem de serviço deverão ser atendidos os critérios descritos acima.

4.15. Também deverão ser observados os seguintes requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União):

4.15.1. Considerando a gestão de resíduos, conforme previsto no item 8.1 (páginas 54 e 55) e, como a execução de serviços de engenharia geram resíduos e rejeitos, na documentação técnica que acompanhará cada ordem de serviço constarão medidas para a minimizar sua geração e prever sua destinação ambiental que deverão ser observadas pela empresa contratada;

4.15.2. Devido a coleta seletiva citada mencionada nas páginas 155 a 156 e, também, prevista tanto no Programa de Sustentabilidade da Presidência da República, o PR Sustentável vinculado ao Plano Diretor de Logística Sustentável, previsto na Portaria nº 8.678, de 19 de julho de 2021, como nos artigos 40 a 43 do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que instituiu a separação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis pelos órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta e a sua destinação prioritária às associações e às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, sugere-se à empresa contratada, se possível, viabilizar a destinação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis para cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis, devido a aplicação por analogia da alínea "j", do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.15.3. Na hipótese da execução de serviços que envolvam a substituição de lâmpadas fluorescentes de vapor de sódio e mercúrio e, de luz mista, conforme páginas 181 a 187, somente serão admitidas a instalação de:

4.15.3.1. lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia - ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 17, de 14 de janeiro de 2022, que aprova os Requisitos de

Avaliação da Conformidade - RAC do produtor que trata da etiquetagem compulsória; ou

4.15.3.2. lâmpada fluorescente compacta com reator integrado à base que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, nos termos da Portaria INMETRO nº 69, de 16 de fevereiro de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.

4.15.4. Em relação ao uso de pilhas e baterias durante a execução dos serviços, conforme páginas 214 a 220, tem-se:

4.15.4.1. As pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.15.4.2. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de bateria chumbo-ácido (componente automotivo) que possua o Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da certificação compulsória.

4.15.5. Em havendo o uso de produtos ou subprodutos florestais, segundo páginas 221 a 230, a empresa contratada deverá:

4.15.5.1. utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; florestas plantadas; e outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

4.15.5.2. comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

b) Comprovantes de registro regular do fornecedor (comércio atacadista ou varejista) e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;

b.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;

c) Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.

c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

d) Caso os produtos ou subprodutos florestais sejam exóticos/não nativos (p. ex. eucalipto, pinus, teca), e caso o estado da federação não exija esse documento mesmo em se tratando de espécie exótica, a Contratada deverá apresentar declaração de que é isenta de DOF, por não se tratar de madeira nativa.

4.16. Ressaltamos que não foram identificados outros critérios de sustentabilidade aplicáveis.

Programa de Resíduos da Construção Civil

4.17. A empresa licitante vencedora deverá, com base no art. 45 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, também conforme estipulado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especificamente na página 55 e nas páginas 201 a 205, observar as normas relativas aos resíduos sólidos gerados pela execução dos serviços de engenharia, especialmente as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

4.18. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

4.19. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a empresa licitante vencedora deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

4.19.1. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a áreas de aterros de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.19.2. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

4.19.3. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

4.19.4. Resíduos Classe D (aqueles perigosos oriundos do processo de construção ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados,

transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

4.20. Em nenhuma hipótese a empresa licitante vencedora poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

4.21. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a empresa licitante vencedora comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT:

4.21.1. NBR 11174: Armazenamento de resíduos classes (não inertes) e III (inertes)

4.21.2. NBR 12235: Armazenamento de resíduos sólidos perigosos

4.21.3. NBR 15112: Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de Transbordo e Triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.21.4. NBR 15113: Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.21.5. NBR 15114: Resíduos sólidos da construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação

4.21.6. NBR 15115: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil - Execução de camadas de pavimentação - Procedimentos

4.21.7. NBR 15116: Agregados reciclados para uso em argamassas e concretos de cimento Portland - Requisitos e métodos de ensaios;

4.22. Considerando as disposições do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especificamente no tocante as páginas 181 a 187, a empresa contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte das lâmpadas fluorescentes de Vapor de Sódio e Mercúrio e de Luz Mista originárias da contratação, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 33, inciso V, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, art. 14 do Decreto nº 10.936/2022, e legislação correlata.

4.23. Ainda com base nas páginas 247 a 250 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), como as empresas de construção civil e de prestação de serviços de engenharia estão sujeitas à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

4.24. Caso a empresa contratada se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, ao elaborar o plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente deverá constar expressamente e de forma detalhada no plano de gerenciamento de resíduos sólidos a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, com a designação do responsável técnico devidamente habilitado.

4.25. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- 4.25.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- 4.25.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 4.25.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 4.25.5. outras formas vedadas pelo poder público

4.26. No que tange a gestão de resíduos perigosos, conforme páginas 251 a 255 do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da execução dos serviços atinentes à presente contratação, deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, especialmente em relação a:

- 4.26.1. estar a empresa contratada regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;
- 4.26.2. possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;
- 4.26.3. possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

4.27. A empresa contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

- 4.27.1. elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.
- 4.27.2. adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;
- 4.27.3. informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

4.28. Caberá, ainda, à empresa contratada, a adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e as precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, respondendo diretamente, independentemente de culpa, perante os órgãos e representantes do Poder Público, por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, sócios, não-sócios, prestadores de serviços, prepostos e/ou subcontratados.

4.29. Também cabe à empresa contratada utilizar produtos, equipamentos e empregando técnicas de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pela execução dos serviços sem excluir a sua responsabilidade, se for o caso, pela mitigação ou adoção de condicionantes e compensação ambiental.

Requisitos de Acessibilidade

4.30. Durante a execução dos serviços acionados por ordem de serviço, a empresa contratada deverá atentar para os requisitos de acessibilidade, possibilitando que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, frequentem os espaços e prédios públicos e possam usar de forma segura e autônoma ou seus equipamentos e instalações, em atendimento as disposições da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 e, também do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª ed.; Brasil. Advocacia-Geral da União. Consultoria-Geral da União), especialmente no tocante às páginas 56 e 57 e, também, páginas 101 e 102.

4.31. Durante a execução dos serviços a empresa contratada deverá possibilitar que as edificações se tornem acessíveis a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, considerando :

4.31.1 se a execução do(s) serviço(s) acionado pela ordem de serviço está(ão) de acordo com o desenho universal, que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população;

4.31.2. se está adequado aos padrões de acessibilidade constantes da Lei nº 10.098, de 2000, da Lei nº 13.146, de 2015, do Decreto nº 5.296/2004 e da NBR 9050/ABNT, bem como sinalização em braille e em formatos de fácil leitura e compreensão nos termos do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

Autorizações e/ou licenças de caráter ambiental e de proteção do patrimônio histórico ou cultural

4.32. Quando necessário, caberá a empresa licitante vencedora providenciar e arcar com os custos de licenças, taxas, alvarás e outras exigências legais de caráter ambiental, de proteção do patrimônio histórico ou cultural, observando as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, em especial o art. 45, inciso V.

4.33. A avaliação do impacto sobre o patrimônio histórico e cultural, após o acionamento da respectiva ordem de serviço para a execução dos serviços, caso necessário, ocorrerá juntamente com o procedimento de licenciamento ambiental, quando deverão ser avaliadas possíveis interferências de influência direta dos serviços sobre os bens históricos e culturais, para que possa reduzir os potenciais impactos.

Local, dias e horário de execução dos serviços

4.34. A execução dos serviços acionados por ordem de serviço ocorrerá nas edificações do Complexo da Presidência da República sem comprometer, na medida do possível, o modo e horário de funcionamento normal.

4.35. Os serviços serão executados em sua maioria entre o intervalo de 7:00 h as 18:00 h em dias úteis (de segunda-feira a sexta-feira). Todavia, em havendo necessidade e previsão expressa na ordem de serviço de acionamento, poderão ocorrer a execução nos finais de semana (sábados e/ou domingos) e/ou feriados, bem como no horário noturno (intervalo compreendido entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte).

4.36. Especificamente sobre os trabalhos executados em finais de semana, feriados e no período noturno, quando necessários e estipulados na ordem de serviço, frisa-se que os custos estarão previstos no orçamento estimado, sintético ou detalhado analítico, podendo também serem compensados por meio de banco de horas. Em havendo compensação, não haverá o pagamento dos custos extras por parte da Presidência da República.

Prorrogação do prazo de execução dos serviços devido a impedimento, paralisação ou sustação por parte da Presidência da República

4.37. Cumpre destacar também que devido a particularidades de determinadas edificações do Complexo da Presidência da República, durante a execução dos serviços a serem contratados, haverá casos de impedimento, paralisação ou sustação devido solicitação expressa da gestão ou fiscalização do contrato, ou então, a pedido da equipe de segurança e/ou equipe do cerimonial (presença de autoridades nacionais ou internacionais no Palácio do Planalto ou nas residências oficiais, realização de eventos ou solenidades como a apresentação de cartas credenciais ao Presidente da República pelos novos embaixadores de países estrangeiros com representação no Brasil, ou então, solenidades de lançamento de programas ou promulgação de leis ou decretos dentre outros). Quando ocorrer tais hipóteses, haverá a prorrogação automática por igual tempo do cronograma de execução.

4.38. Caso a natureza do serviço possa afetar o desenvolvimento das atividades normais do órgão, os serviços deverão ser previamente autorizados e programados, sem ônus para a Presidência da República. Na hipótese de ocorrência em desacordo com os padrões estipulados, o(s) responsável(is) da Presidência da República pela administração da edificação poderá(ão) reportar o problema de imediato à empresa contratada, que deverá adotar as providências necessárias à sua cessação e comunicar à gestão e fiscalização do contrato. Quando ocorrer tais casos, haverá a prorrogação automática por igual tempo do cronograma de execução.

Regime de Execução dos Serviços de Engenharia

4.39. Os quantitativos de serviços, materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, serão baseados na Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

4.40. A execução dos serviços de engenharia da presente contratação será pelo regime de empreitada por preço unitário, uma vez que as particularidades dos prédios históricos e tombados do Complexo da Presidência da República não possibilitam uma quantificação absolutamente acurada dos exatos quantitativos e materiais a serem empregados na execução dos serviços.

4.40.1. A adoção do regime de empreitada por preço unitário é inclusive apontada no Acórdão TCU nº 1977/2013 - Plenário quando as características da edificação não possibilita uma quantificação absolutamente acurada dos exatos quantitativos e materiais a serem empregados na execução dos serviços como é o caso, por exemplo, da execução de serviços de engenharia em prédios históricos ou tombados:

"(...) Existem certos tipos de obras e sistemas construtivos que, por suas características, não possibilitam uma quantificação absolutamente acurada dos exatos volumes a executar. Há uma imprecisão nata nesses afazeres.

(...)

Idêntica afirmativa pode ser imposta em contratos de reforma de edificação. Não há como prever o exato estado das tubulações no interior dos pisos e paredes, sem antes demoli-las. Em restaurações de prédios históricos, igualmente tortuoso identificar, com antecedência, a perfeita quantidade de pisos, portas, esquadrias e janelas a serem totalmente substituídos e quais serão recuperados. Obras urbanas, que intuem interferências diversas, possuirão mesma peculiaridade. Alguns tipos de fundações, principalmente as cravadas, também. Recuperações estruturais e manutenção rodoviária são outro exemplo. Existe uma gama de outras situações.

(...)

Caso utilizada uma empreitada por preço global nesses tipos de objetos, as medições serão realizadas por etapas; não por quantitativos medidos. Resultado: os construtores irão alocar uma parcela muito alta de risco para adimplir, com segurança, o objeto licitado. Na verdade, essa segurança não existirá, porque o imponderável é muito alto. A melhor proposta para a administração mais se voltará para a aleatoriedade que propriamente a uma boa oferta licitatória.

Por esse motivo, nesses empreendimentos eivados de imprecisão congênita, é preferível a utilização de empreitadas por preço unitário, pelas características próprias do sistema de medição.

4.41. A ordem de serviço indicará os padrões de desempenho e qualidade compatíveis com o nível de detalhamento e almejados para atendimento da demanda, conforme especificação constantes nos documentos técnicos mencionados no art. 18, inciso II da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, indicados abaixo, e não se restringindo tão somente a eles:

4.41.1. projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.41.2. projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.41.3. anteprojeto (art. 46, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.41.4. Memorial descritivo dos serviço(s) almejado(s), ou então, memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais e/ou insumos, de forma a estabelecer padrões mínimos para a execução do(s) serviço(s);

4.41.5. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 correspondendo a orçamento estimado (art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), sintético (art. 23, §§ 5º e 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024) detalhado ou analítico (art. 6, inciso XXV, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

4.41.6. Prazo de execução e Cronograma Físico Financeiro por etapas, se necessário;

4.41.7. Planta de referências da(s) edificação(ões) se for o caso;

4.41.8. Memória de cálculo se for o caso;

4.41.9. Memória de quantitativo;

4.41.10. Caderno de especificações de materiais e/ou serviços;

4.41.11. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

4.41.12. Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; e,

4.41.13. outros normativos legais a serem observados na execução do(s) serviço(s).

Materiais, Equipamentos e Ferramentas

4.42. A empresa contratada responsabilizar-se-á pelo planejamento, controle e transporte de materiais e equipamentos próprios a serem utilizados na execução dos serviços contratados, de forma a cumprir os prazos fixados na ordem de serviço de acionamento.

4.43. Todos os materiais fornecidos pela empresa contratada, a serem empregados na execução dos serviços, deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estarem de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da Fiscalização.

4.44. A empresa contratada deverá dispor no(s) local(is), antes de iniciar a execução do(s) serviço(s), de todos os materiais e equipamentos necessários para atender a demanda que gerou a ordem de serviço de acionamento.

4.45. A empresa contratada não poderá deixar de executar nenhuma ordem serviço acionada por alegação de falta de ferramenta, instrumento ou equipamento de trabalho, tendo em vista ser requisitos básicos para operação de qualquer empresa que desempenhe serviços comuns de engenharia deter tais meios, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

4.46. Os materiais, insumos, ferramentas e equipamentos fornecidos pela empresa contratada deverão ser aprovados pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO e estar de acordo com as demais legislações vigentes relacionadas ao material ou equipamento específico.

Vistoria Técnica Prévia e Após os Acionamentos por Ordem de Serviço

4.47. Considerando que a presente contratação prevê a realização de acionamento por meio de ordem de serviço com orçamentos e custos dos serviços, insumos e materiais baseados na tabela SINAPI – DF, não será exigida vistoria técnica prévia à realização do certame.

Vistoria Após Acionamento da Ordem de Serviço

4.48. Após a homologação do certame, sempre que houver o acionamento por meio de ordem de serviço, a empresa licitante vencedora deverá vistoriar o local de execução dos serviços de engenharia previamente ao início das atividades, visando, em conjunto com as equipes técnicas da Presidência da República (planejamento, projetistas e de fiscalização), certificar os quantitativos e serviços a serem executados.

4.49. A empresa contratada deverá realizar vistoria no(s) local(is) de execução do(s) serviço(s) de modo obter conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias para mobilização, instalação de contêiner(es) e/ou caçamba(s) de entulho, acesso de colaboradores e maquinários dentre outros aspectos relacionados ao acionamento da ordem de serviço, de modo a comunicar imediatamente à gestão e fiscalização do contrato qualquer desacordo ou incongruência quanto a quantidade, qualidade ou prazo.

4.50. A vistoria deverá ser agendada junto ao(s) fiscal(is) técnico(s), devendo acontecer preferencialmente em dias úteis, no horário entre 7h e 18h.

4.50.1. Em caso de necessidade e disponibilidade da Presidência da República, poderão ser disponibilizados data e horário diferentes, como, por exemplo, finais de semana e feriados, ou então, no horário noturno (intervalo compreendido entre as 22:00 h e as 5:00 h do dia seguinte).

4.51. A empresa contratada deverá declarar formalmente que realizou a vistoria e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, isto é, para a execução dos serviços de engenharia objeto da presente contratação.

4.52. É vedada a substituição da vistoria presencial por uma declaração de assunção de responsabilidade pela não realização do procedimento.

4.53. Para a vistoria, o representante legal da empresa contratada ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.54. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do(s) local(is) da prestação do(s) serviço(s) acionado, devendo a empresa contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.55. Com vistas a proteger o interesse da administração na fase de execução dos serviços, são de inteira responsabilidade da empresa contratada os levantamentos e a quantificação dos materiais e serviços necessários à execução dos serviços de engenharia após o acionamento pela respectiva ordem de serviço e da realização da vistoria técnica após o acionamento no(s) local(s) do(s) serviço(s).

Subcontratação

4.56. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do instrumento contratual, nos termos do art. 67, § 9º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

4.57. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da empresa contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante a Presidência da República pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.58. A subcontratação depende de autorização prévia da Presidência da República, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.59. A empresa contratada apresentará à Presidência da República documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.60. A empresa contratada responsabiliza-se pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação.

4.61. A(s) subcontratada(s) também devem comprovar, perante a Presidência da República, que estão em situação regular, fiscal e trabalhista e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam servidores, empregados ou ocupantes de cargo comissionado da Presidência da República.

4.62. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Uso de Uniforme

4.63. Todos os colaboradores da empresa contratada, seja empregados ou subcontratados deverão estar devidamente uniformizados e credenciados junto à área de segurança da Presidência da República.

Fornecimento de As Built

4.64. Elaborar, sempre que previsto na ordem de serviço de acionamento, ou então, solicitado pela Fiscalização Técnica, projeto as built das alterações feitas nas instalações do Complexo da Presidência da República, decorrentes dos serviços objeto desta contratação.

4.64.1. A documentação as built deverá conter, no mínimo, o levantamento prévio e posterior das instalações sujeitas as intervenções de engenharia, com elaboração do respectivo projeto arquitetônico gráfico (plantas baixas e detalhamentos) do tipo, contendo a locação e características "as built" de todas as instalações existentes nas edificações onde houve a execução de serviço(s) acionado(s) pela respectiva ordem de serviço.

4.64.2. A documentação as built deverá ser entregue para a Presidência da República em formato digital (plataformas BIM - Building Information Modelling - BIM ou CAD - Computer-Aided Design), no prazo de 60 (sessenta) dias da conclusão do(s) serviço(s) acionado(s) pela respectiva ordem de serviço.

Inexistência de Vínculo

4.65. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da empresa contratada e/ou subcontratada com a Presidência da República, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

Adesão à Ata de Registro de Preços

4.66. Considerando o disposto no inc. XI do art. 7º do Decreto 11462, de 31 de março de 2023, não será permitida a adesão posterior à Ata de Registro de Preços a órgãos não participantes, visto que a Diretoria de Engenharia e Patrimônio não dispõe de capacidade e recursos humanos suficientes para gerenciamento posterior de atas, nos termos do inc. I do art. 7º, do Decreto 11462, de 31 de março de 2023.

Garantia da Contratação

4.67. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a empresa contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em condições e valor ou percentual descritos nas cláusulas do contrato.

4.68. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.68.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a empresa contratada não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.68.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.68.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.68.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da

apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.68.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Presidência da República, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.69. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela empresa contratada, deverá ser efetuada em favor da Presidência da República, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.70. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.71. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.72. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.72.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à Presidência da República juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.73. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.73.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.73.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Presidência da República à empresa contratada; e

4.73.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela empresa contratada.

4.74. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência da empresa contratada, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.75. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.76. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Presidência da República, a empresa contratada ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.77. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a empresa contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Presidência da República, contados da data em que for notificada.

4.78. A Presidência da República executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.78.1. O emitente da garantia ofertada pela empresa contratada deverá ser notificado pela Presidência da República quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.78.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.79. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da Presidência da República, mediante termo circunstanciado, de que a empresa contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.79.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.79.2. A Presidência da República deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.80. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.80.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa contratada pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

4.80.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

4.80.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Presidência da República poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

4.81. A empresa contratada autoriza a Presidência da República a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.82. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Presidência da República com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à empresa contratada.

4.83. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

4.84. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Levantamento de Mercado

Análise comparativa de práticas e/ou soluções para a necessidade

5.1. Para viabilizar a necessidade da Presidência da República em dispor de equipe de engenharia capaz de atender as demandas excepcionais e imprevisíveis de serviços comuns de engenharia que não podem ser prestadas pelos contratos de manutenção preventivos e corretivos rotineiros, foram levantadas 03 (três) possibilidades:

5.1.1. Execução Direta – O número de edificações do Complexo da Presidência da República a serem atendidos pelos serviços de engenharia demandaria uma grande quantidade de mão de obra fixa e com expertise extremamente variada, além de estoque de material de manutenção sempre à disposição. Esta alternativa é inviável, pois não há profissionais específicos para a demanda de mão de obra que pode ser demandada no quadro de servidores da Presidência da República. Frisa-se inclusive que não há um quadro permanente, pois os servidores são requisitados de órgãos da Administração Pública, ou então, de empresas públicas na grande maioria, além daqueles que são nomeados para os cargos comissionados de livre nomeação.

5.1.2. Contratação indireta de mão de obra específica - A contratação indireta de mão de obra específica acarretaria um incremento exponencial do custo para manter terceirizados de forma perene, além de uma logística permanente de aquisição de todos os materiais necessários, sendo que sequer se sabe a priori quais serviços de engenharia poderão ser demandas tanto nas edificações administrativas quanto nos imóveis funcionais.

5.1.3. Terceirização completa para execução do(s) serviço(s) comum(ns) de engenharia - O(s) serviço(s) serão acionado(s) sob demanda, de forma não contínua, sem dedicação de mão de obra exclusiva. A empresa contratada deve disponibilizar, quando acionada por ordem de serviço, mão de obra qualificada, material e equipamentos. Consequentemente, evita-se a necessidade de pessoal permanente e atribui à empresa contratada toda a logística de aquisição dos materiais necessários, tanto em quantidade como em diversidade. Esta opção mostra-se como a melhor para atender as necessidades urgentes, bem como, aquelas que exigem a utilização de equipamentos específicos, desonerando de sobremaneira a Administração.

5.2. A contratação desses serviços por execução indireta justifica-se em razão de que os serviços demandados tratam de atividades acessórias ou complementares aos assuntos que constituem a área de competência legal da Presidência da República, órgão máximo do Poder Executivo

Federal, e não se enquadram em atividades inerentes às diferentes categorias profissionais, uma vez que não há quadro específico vinculado à Presidência da República, conforme dispõem o Decreto-Lei nº 200/1967, o Decreto nº 9.507/2018 e a Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES /MPDG.

5.3. Cumpre evidenciar também que os serviços a serem contratados encontram-se no rol de atividades elencadas na Portaria nº 443/2018 MPOG, a qual estabelece que os serviços devem ser preferencialmente objeto de execução indireta:

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis".

5.4. Registra-se ainda que a necessidade de prestação de serviços comuns de engenharia no âmbito do Complexo da Presidência da República pode ser atendida por diversas empresas do segmento no país. Os serviços não demandam de especializações incomuns e os preços de referência estão definidos pela Tabela SINAPI. O mercado é historicamente consolidado e tem plenas condições de atender a necessidade de contratação como, aliás, já ocorreu na contratação anterior do ano de 2024.

5.5. Dessa forma, buscou-se informações em processos licitatórios de outros órgãos que também realizaram a contratação de serviços de engenharia. Durante o levantamento no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos segundo os artigos 54 e 94 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, considerando as contratações por serviços comuns de engenharia tanto do ano de 2024 quanto do início de 2025.

5.6. Após uma análise das contratações, foram identificadas 7 (sete) contratações similares àquela que a Secretaria de Administração da Presidência da República pretende realizar, segundo tabela abaixo. Ressalta-se que uma das contratações consideradas corresponde a contratação realizada pela Presidência da República no ano de 2024:

Dados da UASG /Órgão	Descrição	ID PNCP	Valor da Contratação
153036-UNIV. FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	Objeto: Formação de Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia especializada para, sob demanda, prestar serviços de manutenção, reparo e adequações da infraestrutura física da UFVJM, com fornecimento de materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de	Edital nº 90039/2024 Id contratação PNCP: 16888315000157-1-000076/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28/11/2024 Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	R\$ 6.038.553,00

	serviços e insumos diversos descritos na Tabela SINAPI / M G , subsidiariamente nas Tabelas da SICRO e SEINFRA.	Local: Diamantina/MG	
160086-GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITO-MEX-DF	Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada, para sob demanda, executar serviços comuns de engenharia inerentes a manutenção predial com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI, para atender às necessidades do Gabinete do Comandante do Exército.	Edital nº 90009/2024 Id contratação PNCP: 00394452000103-1-017811/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 10/10/2024 Órgão: COMANDO DO EXERCITO Local: Brasília/DF	R\$ 3.999.893,00
193108-IBAMA - GERÊNCIA EXECUTIVA EM GOIÁS	Objeto: Contratação de licitação por meio de Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia de forma continuada, por demanda, para execução de manutenção predial preventiva e corretiva, adequação, adaptação, reparação e/ou	Edital nº 90003/2024 Id contratação PNCP: 03659166001931-1-000345/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 14/11/2024 Órgão: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA	R\$ 2.775.662,50

	revitalização de infraestruturas de bens imóveis a se realizar nos prédios públicos do IBAMA no estado de Goiás.	Local: Goiânia/GO	
533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	Objeto: Registro de preço para futura contratação de empresa de engenharia para, sob demanda, realizar obra, reforma, recuperação, ampliação, demolição, adaptação e manutenção predial (pequenas reformas) e , com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços com insumos diversos descritos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominado SINAPI.	Edital nº 90007/2024 Id contratação PNCP: 09203665000177-1-000028/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 27/11/2024 Órgão: SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM Local: Belém/PA	R\$ 82.637.657,50
740015 - MARINHA DO BRASIL - BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS	Objeto: Registro de Preços para contratação de serviço comum de engenharia, sob demanda, inerente à manutenção e reparo dos edifícios e infraestruturas que compõem o Complexo Naval da Ilha das Cobras (CNIC).	Edital nº 90003/2025 Id contratação PNCP: 00394502000144-1-000442/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28/01/2025 Órgão: COMANDO DA MARINHA Local: Rio de Janeiro/RJ	R\$ 10.399.996,86
110001-	Objeto: Contratação de serviços de engenharia , constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da	Edital nº 90005/2024 Id contratação PNCP: 00394411000109-1-000034/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	Construção Civil SINAPI - DF , sob demanda , com fornecimento de materiais e mão de obra por meio do Sistema de Registros de Preços	Última Atualização: 29/02/2024 Órgão: PRESIDENCIA DA REPUBLICA Local: Brasília/DF	R\$ 20.000.000,00
170011- SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO	Objeto: Registro de Preços para contratação de serviços de engenharia, contínuos, de MANUTENÇÃO PREDIAL, SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, SOB DEMANDA, de forma preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), para os imóveis sob responsabilidade da SPU no Distrito Federal (DF).	Edital nº 90007/2025 Id contratação PNCP: 00489828000155-1-000120/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 25/03/2025 Órgão: MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS Local: Brasília/DF	R\$ 1.079.045,00

Modalidade de processo licitatório a ser adotado

5.7. Considerando o disposto no art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, buscou-se avaliar como se dará o processo licitatório em questão frente ao que ocorre nos demais órgãos públicos.

5.8. A primeira opção seria a adesão a ata de registro de preço vigente e com demonstrada vantagem para a Administração, por meio de pesquisa de preço.

5.9. Constatou-se que não havia opções que atendessem adequadamente às demandas do Complexo da Presidência da República já elencadas no tópico 2 (Descrição da necessidade) deste estudo. As Atas de Registro de Preço - ARP não abrangiam todos os serviços necessários conforme as especificações exigidas para as intervenções a serem realizadas. Além disso, algumas ARPs não aceitam a adesão.

5.10. A segunda opção para atendimento da necessidade seria através da busca de alguma Intenção de Registro de Preço - IRP aberta no Sistema SIASgnet (sistema de compras do

governo), de forma que a Secretaria Administrativa da Presidência da República pudesse através da citada ferramenta, analisar se algum outro órgão da esfera do Poder Executivo Federal, estaria realizando aquisição desse mesmo objeto. Nessa situação, economizar-se-ia parte da fase interna já supostamente já teria sido realizada pelo outro órgão gerenciador como, por exemplo, pesquisa de preço, estudo técnico preliminar, termo de referência e dentre outros documentos. Ocorre que não foram verificadas intenções de registro de preços que pudesse atender a demanda da Presidência da República em tempo hábil frente a necessidade.

5.11. A terceira e última opção se constitui na realização de processo licitatório próprio para a aquisição dos serviços almejados.

5.12. Conforme disposto no art. 75, caput, inciso I c/c art. 182 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o previsto no Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, não é possível realizar a presente aquisição pela modalidade de dispensa, uma vez que o valor máximo de aquisições em que é possível a dispensa é de R\$ 125.451,15.

5.13. Durante o levantamento, foi constatado que alguns órgãos da Administração Pública Federal optam por contratações com escopo de serviços já delimitado (concorrência), enquanto outros adotam o sistema de registro de preços.

5.14. Considerou-se também a possibilidade de destrinchar a contratação em várias licitações específicas, isto é, em concorrência. No entanto, essa abordagem foi avaliada como desvantajosa. A divisão dos serviços em múltiplas licitações resultaria em um aumento significativo de processos licitatórios e de fiscalização, aumentando o custo processual e dificultando o gerenciamento das diversas contratações e potencializando o risco de descoordenação e atrasos na execução dos serviços.

5.15. Diante disso, a elaboração de uma Ata de Registro de Preços própria da Presidência da República, como já ocorreu anteriormente, foi considerada a alternativa mais viável. Essa estratégia permitirá a realização de uma única licitação, que servirá como base para várias contratações futuras, de acordo com a demanda específica da instituição. Essa abordagem não apenas facilita o gerenciamento e a execução dos serviços, mas também assegura uma maior agilidade na resposta às necessidades emergenciais, garantindo que os serviços sejam realizados de forma integrada e eficiente.

5.16. Ao centralizar os serviços em uma única Ata de Registro de Preços - ARP, a Secretaria de Administração da Presidência da República poderá negociar condições mais favoráveis e obter descontos mais significativos, aproveitando a economia de escala e a eficiência operacional.

5.17. A adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP encontra respaldo nos art. 78 e 85 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, estabelece que o SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III – quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV – quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II – necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

5.18. As características do objeto da presente contratação se enquadram nas hipóteses citadas nos incisos acima.

5.19. Como citado no tópico “Descrição da Necessidade” deste estudo, tendo em vista a idade avançada, o ambiente desfavorável em que elas estão inseridas e o uso constante para fins administrativos e residenciais, as infraestruturas necessitam, constantemente, de intervenções e manutenções que surgem, por vezes, de forma aleatória e imprevisíveis. Assim sendo, haveria a necessidade de contratações frequentes o que pode ser evitado com a existência de uma Ata de Registro de Preço que possibilite o acionamento por ordem de serviço, como se pretende realizar com a presente contratação.

5.20. A necessidade de manutenção e conservação dos bens imóveis da União é comum a diversos órgãos da Administração Pública. Conforme pesquisa de mercado e contratações realizadas por outros órgãos da Administração, é possível constatar que há demanda semelhante, conforme levantamento apontado na tabela acima junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

5.21. Com relação ao atendimento dos requisitos citados no parágrafo único do art. 3º para “contratação de execução de obras e serviços de engenharia”: O objeto foi classificado como serviço comum de engenharia, pois, a execução dos serviços têm características padronizadas e amplamente reconhecidas dentro do mercado da engenharia.

5.22. Os serviços a serem demandados não exigem conhecimento técnico de grandes complexidades ou especialização significativa, sendo passíveis de serem executados por profissionais devidamente habilitados da engenharia, sem a necessidade de conhecimentos ou técnicas específicas. Assim, o objeto deve ser licitado na modalidade pregão, tendo em vista característica de serviço comum de engenharia.

5.23. De acordo com o art. 29, caput e parágrafo único da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, o pregão é modalidade de licitação obrigatória para, no caso em tela, realizar o registro de preço para contratação de serviços comuns de engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços.

Critério de Julgamento

5.24. Em sendo o pregão a modalidade obrigatória a ser adotada na presente contratação tem-se que, por conseguinte, o critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

5.25. Na contratação anterior realizada pela Presidência da República no ano de 2024, foi adotado o critério de maior desconto.

5.26. Da mesma forma que o menor preço, o maior desconto também é um critério de julgamento previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024. Este leva em consideração o menor dispêndio para a Administração Pública, uma vez que estarão incluídos os custos indiretos objetivamente mensuráveis. Entretanto, na contratação que se pretende realizar, a proposta vencedora será aquela que oferecer o maior desconto em relação ao preço de referência do instrumento convocatório, margem (desconto) que deve ser estendida aos eventuais termos aditivos.

5.27. O desconto a ser ofertada pela empresa licitante deverá incidir linearmente sobre todos os custos da tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI) – Distrito Federal. A possibilidade de uso do critério maior desconto aplicado sobre a tabela de preços é uma prática comum no mercado, especialmente quando se adota o sistema de registro de preço nas contratações dos órgãos da Administração Pública, além de estar prevista no art. 82, inciso V da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024.

5.28. O desconto linear sobre todos os itens traz vantagem e segurança à Administração, principalmente quando houver efetivação de aditivos contratuais. Esse critério visa afastar possibilidade de uso de “jogo de planilha”, diminuindo a margem para qualquer manipulação (a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária).

5.29. Ainda sobre a adoção do maior desconto como critério de julgamento, é importante destacar manifestação do TCU em documento no qual cita as vantagens do maior desconto: 5ª edição das Orientações e Jurisprudências do TCU – LICITAÇÕES E CONTRATOS, na página 170 que diz: “A principal vantagem do critério de julgamento pelo maior desconto é que ele evita o jogo de planilha e o jogo de cronograma. Além disso, proporciona celeridade ao processamento da licitação, pois torna mais simples as análises de exequibilidade e economicidade das propostas.”

5.30. O desconto percentual deverá conter duas casas decimais, e já deverão estar previstas e inclusas todas as despesas relativas a impostos, taxas, frete e demais encargos pertinentes ao escopo desta contratação.

Utilização da Tabela SINAPI

5.31. Ao se utilizar como referência percentual de desconto linear praticado sobre toda a tabela SINAPI, entende-se que, devido sua confiabilidade, ampla utilização e aceitação na administração pública, se estará dando maior segurança jurídica tanto para a Presidência da República, como também, para a empresa a ser contratada.

5.32. As tabelas SINAPI são atualizadas regularmente e refletem os preços médios praticados no mercado de construção civil, o que permite a padronização dos preços dos serviços em cada região do país. Essa uniformidade facilita a transparência e a equidade no processo licitatório. Além disso, as tabelas SINAPI são elaboradas pelo governo federal em parceria com os estados e municípios, o que confere a elas uma credibilidade e confiabilidade reconhecidas, reduzindo o risco de distorções nos preços estimados.

5.33. A utilização da tabela SINAPI como parâmetro para a pesquisa de mercado garante que os valores utilizados nos orçamentos sejam representativos do mercado atual. No anexo I do presente Estudo Técnico Preliminar, juntou-se a tabela SINAPI referente ao mês de Março de 2025 como forma de exemplificar as composições e completude de itens que poderão de acionados no âmbito da presente contratação.

5.34. A prática de utilizar a tabela SINAPI como parâmetro para a pesquisa de mercado está em conformidade com as orientações descritas na página 399 da 5ª edição do manual "Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU" e com a Lei 14.133/2021. Esta abordagem garante a precisão e a transparência dos orçamentos, promovendo a conformidade das contratações com a legislação vigente e estimulando boas práticas de governança e gestão nas organizações públicas.

5.35. Em outro julgado congênere, a Egrégia Corte de Contas assim manifestou no Acórdão nº. 719 /2018 - TCU - Plenário:

"9.2.3. as regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública, estão estabelecidos no Decreto 7.983/2013 – no caso de certames fundamentados na Lei 8.666/1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União –,bem como nos arts. 8º, §§ 3º, 4º e 5º, da Lei 12.462/2011, e 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016, ou seja,devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi e Sicro);

9.2.4. os sistemas referenciais Sicro e Sinapi, utilizados para fundamentar o orçamento estimativo das contratações de obras e serviços de engenharia pelo Poder Público, consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra;

9.2.5. as disposições existentes na Instrução Normativa MPOG nº 02/2008, que foi revogada pela IN-Seges/MPDG 5/2017, são aplicáveis às contratações de serviços pela Administração Pública, não 1.197/2007 versando tais atos normativos sobre a contratação de obras públicas;".

5.36. Portanto, não é necessária a pesquisa de mercado, restando perfeitamente válido o uso de desconto linear incidente sobre toda a tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI e subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos no art. 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

Regime de Execução dos Serviços

5.37. Outro aspecto que merece atenção diz respeito ao regime de execução dos serviços de engenharia a serem contratados. Especificamente sobre os possíveis regimes a serem adotados na presente contratação, traz-se à baila o item 23 do Acórdão TCU nº 1.977/2013 - Plenário:

23. Os quadros a seguir, extraídos e adaptados do Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU, aprovado pela Portaria SEGECEX n. 38, de 08/11 /2011, demonstram resumidamente, as vantagens, desvantagens e indicação de utilização do regime de empreitada por preço global e de empreitada por preço unitário:

Empreitada por Preço Unitário		
VANTAGENS	DESVANTAGENS	INDICADA PARA
		Contratação de serviços de gerenciamento e

<p>Pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Apresenta menor risco para o construtor, na medida em que ele não assume risco quanto aos quantitativos de serviços (riscos geológicos do construtor são minimizados); e · A obra pode ser licitada com um projeto com grau de detalhamento inferior ao exigido para uma empreitada por preço global ou integral. 	<p>Exige rigor nas medições dos serviços;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Maior custo da Administração para acompanhamento da obra; · Favorece o jogo de planilha; · Necessidade frequente de aditivos, para inclusão de novos serviços ou alteração dos quantitativos dos serviços contratuais; · O preço final do contrato é incerto, pois é baseado em estimativa de quantitativos que podem variar durante a execução da obra; · Exige que as partes renegociem preços unitários quando ocorrem alterações relevantes dos quantitativos contratados; e · Não incentiva o cumprimento de prazos, pois o contratado recebe por tudo o que fez, mesmo atrasado. 	<p>supervisão de obras;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Obras executadas "abaixo da terra" ou que apresentam incertezas intrínsecas nas estimativas de quantitativos, a exemplo de: - Execução de fundações, serviços de terraplanagem, desmontes de rocha, etc.; - Implantação, pavimentação, duplicação e restauração de rodovias; - Canais, barragens, adutoras, perímetros de irrigação, obras de saneamento; - Infraestrutura urbana; - Obras portuárias, dragagem e derrocamento; - Reforma de edificações; - Poço artesiano.
Empreitada por Preço Global		
VANTAGENS	DESVANTAGENS	INDICADA PARA
<p>Simplicidade nas medições (medições por etapa concluída);</p> <ul style="list-style-type: none"> · Menor custo para a Administração Pública na fiscalização da obra; 	<p>Como o construtor assume os riscos associados aos quantitativos de serviços, o valor global da proposta tende a ser superior se comparado com o regime de preços unitários;</p>	<p>Contratação de estudos e projetos;</p> <ul style="list-style-type: none"> · Elaboração de pareceres e laudos técnicos;

<ul style="list-style-type: none"> · Valor final do contrato é, em princípio, fixo; · Restringe os pleitos do construtor e a assinatura de aditivos; · Dificulta o jogo de planilha; e · Incentiva o cumprimento de prazo, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa. 	<ul style="list-style-type: none"> · Tendência de haver maior percentual de riscos e imprevistos no BDI do construtor; e · A licitação e contratação exige projeto básico com elevado grau de detalhamento dos serviços (art. 47 da Lei 8.666/1993). 	<ul style="list-style-type: none"> · Obras e serviços executados "acima da terra" que apresentam boa precisão na estimativa de quantitativos, a exemplo de: <ul style="list-style-type: none"> - Construção de edificações; e - Linhas de Transmissão.
--	--	--

5.38. Não obstante na contratação anterior a Presidência da República ter optado pelo regime de empreitada por preço unitário, para a escolha do regime a ser adotado na presente contratação realizou-se também um levantamento dos regimes adotados nas 7 (sete) contratações similares já indicadas acima que foram consideradas neste estudo:

Dados da UASG/Órgão	Estado da UASG /Órgão	ID PNCP	Regime de Execução dos Serviços
153036-UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	MG	<p>Edital nº 90039/2024</p> <p>Id contratação PNCP: 16888315000157-1-000076/2024</p> <p>Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico</p> <p>Última Atualização: 28 /11/2024</p> <p>Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI</p> <p>Local: Diamantina/MG</p>	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
160086-GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITOMEX- DF	DF	<p>Edital nº 90009/2024</p> <p>Id contratação PNCP: 00394452000103-1-017811/2024</p> <p>Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico</p>	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

		Última Atualização: 10 /10/2024 Órgão: COMANDO DO EXERCITO Local: Brasília/DF	
193108-IBAMA - GERÊNCIA EXECUTIVA EM GOIÁS	GO	Edital nº 90003/2024 Id contratação PNCP: 03659166001931-1- 000345/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 14 /11/2024 Órgão: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA Local: Goiânia/GO	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMEN TO DA AMAZONIA	AM	Edital nº 90007/2024 Id contratação PNCP: 09203665000177-1- 000028/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 27 /11/2024 Órgão: SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM Local: Belém/PA	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
		Edital nº 90003/2025 Id contratação PNCP: 00394502000144-1- 000442/2025	

740015 - MARINHA DO BRASIL - BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS	RJ	Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28 /01/2025 Órgão: COMANDO DA MARINHA Local: Rio de Janeiro/RJ	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	DF	Edital nº 90005/2024 Id contratação PNCP: 00394411000109-1- 000034/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 29 /02/2024 Órgão: PRESIDENCIA DA REPUBLICA Local: Brasília/DF	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
170011-SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO	DF	Edital nº 90007/2025 Id contratação PNCP: 00489828000155-1- 000120/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 25 /03/2025 Órgão: MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS Local: Brasília/DF	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO

5.38. Logo, verifica-se que a opção da Presidência da República no passado e, a ser repetida na presente contratação, isto é, adoção do regime de empreitada por preço unitário, mostra-se compatível com o regime que os demais órgãos da Administração Pública Federal tem adotado.

Percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI a ser adotado na contratação

5.39. Na contratação anterior realizada pela Presidência da República, foi adotada a taxa de Benefício e Despesas Indiretas - BDI no valor de 24,24% obtida a partir da média das contratações similares identificadas na época.

5.40. Para as 7 (sete) contratações similares indicadas como referência na presente contratação, tem-se os seguintes valores de Benefício e Despesas Indiretas - BDI:

Dados da UASG/Órgão	Estado da UASG /Órgão	ID PNCP	Valor do BDI em %
153036-UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	MG	Edital nº 90039/2024 Id contratação PNCP: 16888315000157-1-000076/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28 /11/2024 Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI Local: Diamantina/MG	23,99%
160086-GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITOMEX- DF	DF	Edital nº 90009/2024 Id contratação PNCP: 00394452000103-1-017811/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 10 /10/2024 Órgão: COMANDO DO EXERCITO Local: Brasília/DF	26,93%
193108-IBAMA - GERÊNCIA EXECUTIVA EM GOIÁS	GO	Edital nº 90003/2024 Id contratação PNCP: 03659166001931-1-000345/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 14 /11/2024	32,78%

		Órgão: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA Local: Goiânia/GO	
533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMEN TO DA AMAZONIA	AM	Edital nº 90007/2024 Id contratação PNCP: 09203665000177-1- 000028/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 27 /11/2024 Órgão: SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM Local: Belém/PA	25%
740015 - MARINHA DO BRASIL - BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS	RJ	Edital nº 90003/2025 Id contratação PNCP: 00394502000144-1- 000442/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28 /01/2025 Órgão: COMANDO DA MARINHA Local: Rio de Janeiro/RJ	29,79%
110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	DF	Edital nº 90005/2024 Id contratação PNCP: 00394411000109-1- 000034/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 29 /02/2024	24,24%

		Órgão: PRESIDENCIA DA REPUBLICA Local: Brasília/DF	
170011-SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO	DF	Editais nº 90007/2025 Id contratação PNCP: 00489828000155-1-000120/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 25/03/2025 Órgão: MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS Local: Brasília/DF	27,07%

5.41. Assim, avaliando os valores acima é possível calcular a média como sendo 28,11%.

5.42. Este valor calculado a partir da média se mostra desvantajoso para Presidência da República uma vez que ele está acima tanto do valor médio como do valor do 3º quartil de Benefício e Despesas Indiretas - BDI apontados no Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário que são: 22,12% e 25%, respectivamente.

5.43. Todavia, antes de se definir o percentual de Benefício e Despesas Indiretas - BDI que será considerado na presente contratação, é oportuno avaliar também junto as 7 (sete) contratações similares já indicadas acima, qual foi o regime tributário adotado em cada uma delas (desonerado ou não desonerado), bem como se houve ou não o acréscimo do percentual de 4,5% (quatro e meio por cento) da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta - CPRB.

Dados da UASG/Órgão	Estado da UASG/Órgão	ID PNCP	Regime Tributário	Acréscimo do Percentual de 4,5% da CPRB
153036-UNIV.FED. DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	MG	Editais nº 90039/2024 Id contratação PNCP: 16888315000157-1-000076/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28/11/2024 Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS	O órgão poderá adotar planilhas orçamentárias desoneradas e não desoneradas. Será eleito para efeito do valor estimado a planilha mais vantajosa para a Administração Pública	Não considerado e não mencionado

		VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI Local: Diamantina/MG		
160086-GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITOMEX- DF	DF	Edital nº 90009/2024 Id contratação PNCP: 00394452000103-1- 017811/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 10 /10/2024 Órgão: COMANDO DO EXERCITO Local: Brasília/DF	Não Desonerado	Não considerado e não mencionado
193108-IBAMA - GERÊNCIA EXECUTIVA EM GOIÁS	GO	Edital nº 90003/2024 Id contratação PNCP: 03659166001931-1- 000345/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 14 /11/2024 Órgão: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA Local: Goiânia/GO	Desonerado	Incluído
533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMEN TO DA AMAZONIA	AM	Edital nº 90007/2024 Id contratação PNCP: 09203665000177-1- 000028/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 27 /11/2024 Órgão: SUPERINTENDENCIA	Não Desonerado	Não considerado e não mencionado

		DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM Local: Belém/PA		
740015 - MARINHA DO BRASIL - BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS	RJ	Edital nº 90003/2025 Id contratação PNCP: 00394502000144-1- 000442/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28 /01/2025 Órgão: COMANDO DA MARINHA Local: Rio de Janeiro/RJ	Não Desonerado	Não considerado e não mencionado
110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	DF	Edital nº 90005/2024 Id contratação PNCP: 00394411000109-1- 000034/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 29 /02/2024 Órgão: PRESIDENCIA DA REPUBLICA Local: Brasília/DF	Não Desonerado	Não considerado e não mencionado
170011-SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO	DF	Edital nº 90007/2025 Id contratação PNCP: 00489828000155-1- 000120/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 25 /03/2025 Órgão: MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS	Não Desonerado	Não considerado e não mencionado

		Local: Brasília/DF		
--	--	--------------------	--	--

5.44. Cabe destacar que na contratação anterior da Presidência da República, no ano de 2024, foi considerado o regime tributário não desonerado.

5.45. No documento Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia elaborado pela Advocacia-Geral da União juntamente com o Ministério da Gestão e Inovação - MGI (ano 2023), na página 84, para identificar qual o cenário mais vantajoso para a Administração Pública, "recomenda-se simular os dois modelos de orçamento, extraindo os custos diretos das tabelas desoneradas do SINAPI e incluindo a CPRB da composição do BDI ou extraindo os custos diretos das tabelas não desoneradas do SINAPI e excluindo a CPRB da composição:

Regime de Tributação	Fontes de Custos Diretos	Composição do BDI
Desoneração	Tabelas desoneradas do SINAPI	Com CPRB
Não Desoneração	Tabelas não desoneradas do SINAPI	Sem CPRB

5.46. Dessa forma, considerando os parâmetros indicados no Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário e, também seguidos por outros órgãos da Administração Pública que trabalham com serviços de engenharia, foram calculados os valores de Benefício e Despesas Indiretas - BDI para o regime de desoneração e de não (sem) desoneração:

Planilha de Composição de Benefício e Despesas Indiretas - BDI				
Serviços de Engenharia				
Composição do BDI de acordo com o Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário				
Descrição		Com Encargos Sociais Não Desonerados		Com Encargos Sociais Desonerados
				Janeiro a Dezembro (2025)
Grupo	A	Despesas Indiretas		
	A.1	Administração Central (AC)	4,00%	4,00%
	A.2	Seguros (S) + Garantia (G)	0,80%	0,80%
	A.3	Risco (R)	1,27%	1,27%
	Total do Grupo A		6,07%	6,07%
Grupo	B	Benefícios (Bonificação)		
	B.1	Lucro (L)	7,40%	7,40%
	Total do Grupo B		7,40%	7,40%
	C	Impostos (I)		

Grupo	C.1	PIS	0,65%	0,65%
	C.2	COFINS	3,00%	3,00%
	C.3	ISSQN	2,00%	2,00%
	C.4	Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (INSS)	0,00%	3,60%
Total do Grupo C			5,65%	9,25%
Grupo	D	Despesas Financeiras (DF)		
	D.1	Despesas Financeiras	1,23%	1,23%
Total do Grupo D			1,23%	1,23%
Benefício (Bonificação) e Despesas Indiretas - BDI			22,23%	27,07%
Para o cálculo do BDI considera-se a seguinte fórmula:				
$\text{BDI (\%)} = ((1 + (\text{AC} + \text{S} + \text{R} + \text{G})) \times (1 + \text{DF}) \times (1 + \text{L})) - 1 / (1 - \text{I})$				
onde: AC = taxa de rateio da Administração Central DF = taxa das despesas financeiras S = taxa de seguro G = taxa de garantia R = taxa de risco I = taxa de tributos L = taxa de lucro				
Memória de Cálculo para o Imposto sobre Serviços (ISS)				Percentual (%)
Alíquota para ISSQN (Acórdão 2622/2013, Decreto Nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005; Decreto nº 45.111, de 26 de outubro de 2023; manual do substituto / responsável tributário do imposto sobre serviços - ISS do Governo do Distrito Federal de novembro / 2024)				2,00

Observações:

- Os valores em percentuais para a composição analítica do BDI deverão atender ao Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário.
- As despesas relativas aos tributos IRPJ e CSL não deverão ser incluídas no BDI, visto que, conforme entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União), são tributos personalíssimos, de ônus exclusivo da proponente, os quais não devem ser repassados à Presidência da República.
- Para este cálculo, foi considerando o percentual de CPRB de 3,60% de acordo com a manutenção da desoneração da folha de pagamentos vigente no período de 01 de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2025, conforme a LEI Nº 14.973, DE 16 DE SETEMBRO DE 2024 que reduz gradativamente do CPRB e eleva gradualmente o INSS (encargos sociais) até o ano de 2027.
- Salienta-se que este BDI está dentro da faixa de referência para Construção de Edifício, constantes do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário, com o acréscimo de (CPRB) vigente.

5. Ressalta-se que, de acordo com regime de transição descrito na LEI Nº 14.973, DE 16 DE SETEMBRO DE 2024, sobre a redução gradativa das alíquotas incidentes sobre a receita bruta, será utilizado no cálculo do B.D.I.: para o ano de 2026 (o CPRB para 2,7%, e uma elevação gradual das alíquotas de contribuição patronal sobre a folha de pagamento, em 10,0% (INSS)), e para o ano de 2027 (o CPRB para 1,8%, e uma elevação gradual das alíquotas de contribuição patronal sobre a folha de pagamento, em 15,0% (INSS)).

5.47. Para efeitos comparativos, conforme cálculos acima com base no conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013 –Plenário, será considerado o percentual de BDI Máximo de 22,23% (vinte e dois inteiros e vinte e três centésimo por cento) com encargos sociais para o regime não desonerados e o percentual de BDI máximo de 27,07% (vinte e sete inteiros e sete centésimos por cento) com encargos sociais para o regime desonerado.

5.48. Aplicando-se os percentuais na comparação da página 84 do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação de Obras e Serviços de Engenharia elaborado pela Advocacia-Geral da União juntamente com o Ministério da Gestão e Inovação - MGI (ano 2023):

Regime de Tributação	Fontes de Custos Diretos	Composição do BDI	Percentual de BDI
Desoneração	Tabelas desoneradas do SINAPI	Com CPRB	27,07%
Não (Sem) Desoneração	Tabelas não desoneradas do SINAPI	Sem CPRB	22,23%

5.49. Dessa forma, na presente contratação, será adotado o regime não (sem) desoneração e o percentual máximo de 22,23% (vinte e dois inteiros e vinte e três centésimo por cento).

5.50. Cabe registrar que o percentual do BDI calculado e adotado para a presente contratação (22,23%) é um pouco acima do valor médio constante do Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário (22,12%). Todavia, é importante evidenciar que o valor apontado no acórdão é referente ao ano de 2013 enquanto o valor adotado na presente contratação foi calculado em 2025, mostrando-se totalmente compatível com a realidade do atual do país.

Percentual de Administração máximo a ser adotado na contratação

5.51. Cabe ressaltar que o percentual aceitável para o item de “Administração local” das planilhas orçamentárias será de até 6,23% , com base no valor médio previsto pelo Acórdão TCU nº 2.622 /2013 – Plenário. Todavia, para os prédios históricos ou tombados, o percentual de administração local poderá ser de 8,87% (3º quartil do Acórdão TCU nº 2.622/2013), ou então, até mesmo superior, desde que devidamente justificado e previsto expressamente na documentação técnica referente a ordem de serviço de acionamento.

5.52. Em havendo acionamentos por ordem de serviços que impliquem na execução de serviços concomitantes numa mesma localidade, tem-se despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção do canteiro, desde que seja possível o aproveitamento de profissionais e instalações, poderão ser rateadas entre as medições das respectivas ordens serviços concomitantes, ou então, consideradas associadas a uma única ordem de serviço, devendo ser excluídas das demais concomitantes.

Percentual Mínimo de Desconta a ser considerado para fins de aceitabilidade de proposta

5.53. Registra-se que na contratação anterior realizada pela Presidência da República no ano de 2024, para fins de aceitabilidade da proposta, foi adotado o percentual mínimo de 10% (dez por cento) a ser aplicado sobre o referência da licitação.

5.54. Objetivando verificar como o mercado tem se comportado, recorreu-se mais uma vez ao levantamento dos descontos aplicados nas 7 (sete) contratações similares indicadas como referência na presente contratação:

Dados da UASG/Órgão	Estado da UASG /Órgão	ID PNCP	Valor do Desconto para cada Item da Licitação
153036-UNIV.FED.DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI	MG	Edital nº 90039/2024 Id contratação PNCP: 16888315000157-1-000076/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28 /11/2024 Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI Local: Diamantina/MG	13,5% 14,5% 19,5% 5,5% 2,5%
160086-GABINETE DO MINISTRO DO EXERCITOMEX- DF	DF	Edital nº 90009/2024 Id contratação PNCP: 00394452000103-1-017811/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 10 /10/2024 Órgão: COMANDO DO EXERCITO Local: Brasília/DF	29%
		Edital nº 90003/2024 Id contratação PNCP: 03659166001931-1-000345/2024	

193108-IBAMA - GERÊNCIA EXECUTIVA EM GOIÁS	GO	Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 14 /11/2024 Órgão: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS-IBAMA Local: Goiânia/GO	25%
533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA	AM	Edital nº 90007/2024 Id contratação PNCP: 09203665000177-1-000028/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 27 /11/2024 Órgão: SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA - SUDAM Local: Belém/PA	Não informado no PNCP
740015 - MARINHA DO BRASIL - BASE NAVAL DA ILHA DAS COBRAS	RJ	Edital nº 90003/2025 Id contratação PNCP: 00394502000144-1-000442/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 28 /01/2025 Órgão: COMANDO DA MARINHA Local: Rio de Janeiro/RJ	36% 36%
		Edital nº 90005/2024	

110001-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	DF	Id contratação PNCP: 00394411000109-1-000034/2024 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 29/02/2024 Órgão: PRESIDENCIA DA REPUBLICA Local: Brasília/DF	37,01%
170011-SECRETARIA DO PATRIMONIO DA UNIAO	DF	Edital nº 90007/2025 Id contratação PNCP: 00489828000155-1-000120/2025 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 25/03/2025 Órgão: MINISTERIO DA GESTAO E DA INOVACAO EM SERVICOS PUBLICOS Local: Brasília/DF	Não informado no PNCP

5.55. Considerando a diversidade de valores acima e, também, como forma de se evitar qualquer restrição à competitividade, entende-se que manter o percentual mínimo de 10% (dez por cento) a ser aplicado sobre o referência da licitação é a melhor opção no certame em questão.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução de contratação apresentada neste estudo pretende viabilizar a contratação mediante registro de preços para contratação de serviços de engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem prestados no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

6.2. A descrição da solução como um todo abrange a prestação de "serviços comuns de engenharia" constante na Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, referente a "ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens".

6.3. Após o julgamento da proposta, a adjudicação do objeto e a homologação do resultado pela instância competente, a execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

Assinatura da Ata de Registro de Preço

6.3.1. Após o julgamento da proposta, a adjudicação do objeto e a homologação do resultado pela instância competente, o adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preço específica visando a execução do objeto da licitação nos termos da minuta que integrará o edital do certame.

6.3.1.1. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preço poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa vencedora durante o transcurso do prazo da notificação de convocação e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Secretaria de Administração da Presidência da República.

6.3.1.2. A assinatura da Ata de Registro de Preço estará condicionada à comprovação das condições de habilitação prevista no edital do certame.

6.3.1.3. No caso de serviços a serem realizados fora da jurisdição da empresa vencedora, a assinatura da Ata de Registro de Preço fica condicionada à comprovação de visto no CREA/CAU do local onde serão prestados os serviços, isto é, CREA/CAU do Distrito Federal.

6.3.1.4. Por ocasião da assinatura da Ata de Registro de Preço, a empresa contratada deverá disponibilizar obrigatoriamente canais de comunicação como endereço de correio eletrônico, WhatsApp e número do telefone celular. Esses canais servirão para envio de documentos, notificações e abertura de chamados, sem eliminar a necessidade de fornecer número de telefone que deverá receber, nos casos de emergência, acionamentos por ordem de serviço durante toda a vigência da contratação.

6.3.2. A empresa vencedora deverá assinar a Ata de Registro de Preço, no prazo estipulado da notificação de convocação, sob pena de sofrer as penalidades previstas no edital do certame.

6.3.3. Quando a empresa vencedora não atender a notificação de convocação acima, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preço, poderá ser convocado outra empresa, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, assinar a ata, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital do certame.

6.3.4. A existência de preço registrado na Ata de Registro de Preço não obriga a Presidência da República a firmar contratações, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igual condição.

Celebração e execução do(s) contrato(s)

6.3.5. Surgindo necessidade de execução de serviços objeto da contratação em questão, a Secretaria de Administração da Presidência da República notificará convocando a empresa signatária da Ata de Registro de Preço para assinar instrumento de contrato no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação.

6.3.6.3. Poderão ser firmados vários instrumentos contratuais com a empresa signatária da Ata de Registro de Preço para a execução de serviços de engenharia, desde que a soma do valor de todos os instrumentos contratuais seja igual ao valor da contratação registrado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

6.3.5.2. O prazo para assinar o instrumento contratual poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela empresa signatária da Ata de Registro de Preço durante o transcurso do prazo da notificação de convocação e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Secretaria de Administração da Presidência da República.

6.3.5.3. A assinatura do instrumento contratual estará condicionada à comprovação das condições de habilitação prevista no edital do certame.

6.3.5.4. Quando a empresa signatária da Ata de Registro de Preço não atender a notificação de convocação acima, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o instrumento contratual, estará sujeita a aplicação das sanções previstas tanto no edital do certame quanto na legislação pertinente.

6.3.6. O início da execução do objeto contratado na presente licitação se dará a partir da assinatura do primeiro instrumento contratual entre a Secretaria de Administração da Presidência da República e a empresa contratada.

6.3.6.1. Após a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) e seu comprovante de recolhimento referente ao(s) responsável(is) técnico(s) pelo contrato num prazo máximo de 5 (cinco) dias.

Reunião inicial

6.3.7. Após o início da execução do contrato e a formalização de processo SEI, para registro de todas atividades relacionadas ao contrato, antes que ocorra qualquer acionamento por ordem de serviço, a Gestão e Fiscalização do contratado agendará reunião com os representantes da empresa contratada para apresentar:

6.3.7.1. a indicação do(s) gestor(es) e fiscal(is) técnico(s);

6.3.7.2. a indicação por parte da empresa contratada do preposto e representante(s) técnico(s);

6.3.7.3. esclarecimentos gerais acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, do modo de aferição dos resultados, das sanções aplicáveis e da realização dos serviços, inclusive sobre o modelo da ordem de serviço (OS);

6.3.7.4. formato de acionamento pela ordem de serviço e documentos técnicos anexos que a poderão acompanhá-la, conforme a natureza do(s) serviço(s) demandado(s) de forma obrigatória e/ou facultativa;

6.3.7.5. procedimento de vistoria técnica no(s) local(is) de execução do(s) serviço(s) após o acionamento por ordem de serviço;

6.3.7.6. endereços eletrônicos e telefones do(s) gestor(es) e do(s) fiscal(is) técnico, como como confirmar os canais de comunicação como endereço de correio eletrônico, WhatsApp e número do telefone celular informados pela empresa contratada conforme item 6.3.1.4 deste Termo de Referência. Esses canais servirão para envio de documentos, notificações e abertura de chamados, sem eliminar a necessidade de fornecer número de telefone que deverá receber, nos casos de emergência, acionamentos por ordem de serviço durante toda a vigência da contratação;

6.3.7.7. formulário de identificação dos colaboradores e/ou subcontratados.

6.3.7.8. outros esclarecimentos que a Gestão e Fiscalização do contrato julgar pertinente.

Acionamento por Ordem de Serviço (OS)

6.3.9. Para a execução do(s) serviço(s) a empresa contratada, após a assinatura do(s) instrumento(s) contratual(is), será acionada por ordem de serviço (OS) pela gestão do contrato.

6.3.10. Todas as Ordens de Serviço serão feitas por escrito e em ordem cronológica.

6.3.11. A ordem de serviço (OS) para acionamento do(s) serviço(s) será numerada no formato OS nº NNN/AAAA, onde NNN corresponderá ao número sequencial crescente e AAAA ao ano. Ela será assinada obrigatoriamente pelo Gestor do Contrato e pelo representante legal da empresa contratada, podendo também ser assinada facultativamente por outras pessoas como, por exemplo, fiscal(is) técnico(s), responsável(is) técnico(s) pela execução do(s) serviço(s), engenheiro(s) projetista, orçamentista, calculista dentre outros profissionais.

6.3.12. Na ordem de serviço constará obrigatoriamente, pelo menos, a descrição do(s) serviço(s) demandado(s), o valor total a ser pago para a execução do(s) serviço(s), o prazo para execução, o(s) local(is) de execução do(s) serviço(s), a categoria do serviço(s) - padrão/normal ou emergencial, os dias (úteis, finais de semana e/ou feriados) e horários (matutino, vespertino, noturno) que poderá ocorrer a execução do(s) serviço(s).

6.3.12.1. São considerados categoria de serviços padrão/normal todos aqueles previstos na Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais que não se enquadrem na categoria de serviço(s) emergencial(is).

6.3.12.2. São considerados serviço(s) emergencial(is) todo(s) aquele(s) serviço(s) que, embora esteja(m) previsto(s) na Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais como serviço(s) comum(ns) de engenharia, caso não seja(m) realizado(s) pode(m) causar dano à vida, ao meio ambiente, à produção e ao patrimônio. São serviços vinculados a demandas que surgem em casos inesperados onde a Administração precisa agir de modo célere, num curto prazo de tempo para evitar que a situação evolua para um status mais gravoso. Em regra, a prioridade de atendimento deve ser imediata pela natureza do defeito e seu impacto no funcionamento do imóvel. A execução precisa ocorrer a qualquer momento, inclusive em horários não comerciais e dias não úteis, pois não podem aguardar para serem executados. Estão incluídas nesta categoria todas as intervenções necessárias ao tratamento de falhas, defeitos ou outras situações anormais que, de alguma forma, possam colocar em risco a integridade física dos servidores e usuários dos imóveis administrativos e/ou residenciais do Complexo da Presidência da República, ou então, que comprometam o patrimônio ou mesmo venham a acarretar prejuízos importantes ao desempenho das atividades profissionais ou de habitação dos imóveis.

6.3.13. Juntamente com a ordem de serviço poderá, conforme a natureza do(s) serviço(s) demandado(s) ser(em) encaminhado(s) o(s) seguinte(s) documento(s) técnico(s) como anexo(s) obrigatório(s) e /ou facultativo(s), não se restringindo à listagem abaixo:

6.3.13.1. Memorial descritivo dos serviço(s) almejado(s), ou então, memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais e/ou insumos, de forma a estabelecer padrões mínimos para a execução do(s) serviço(s);

6.3.13.2. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 correspondendo a orçamento estimado (art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), sintético (art. 23, §§ 5º e 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024) detalhado ou analítico (art. 6, inciso XXV, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

6.3.13.3. Prazo de execução e Cronograma Físico Financeiro por etapas, se necessário;

6.3.13.4. Planta de referências da(s) edificação(ões) se for o caso;

6.3.13.5. Memória de cálculo se for o caso;

6.3.13.6. Memória de quantitativo;

6.3.13.7. Caderno de especificações de materiais e/ou serviços;

6.3.13.8. Projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso;

6.3.13.9. Projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso;

6.3.13.10. Anteprojeto (art. 46, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso; e,

6.3.13.11. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

6.3.13.12. resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e /ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; e,

6.3.13.13. outros normativos legais a serem observados na execução do(s) serviço(s)

6.3.14. Em cada Ordem de Serviço haverá o valor total do acionamento vinculado ao orçamento estimado (art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), sintético (art. 23, §§ 5º e 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), detalhado ou analítico (art. 6, inciso XXV, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024) que a acompanhará como anexo, considerando as respectivas composições, o cronograma físico-financeiro, a planilha de BDI, e memória de cálculo, segundo os cálculos, acréscimos e descontos abaixo:

6.3.14.1. Os custos dos serviços e insumos obtidos a partir da aplicação dos quantitativos serão baseados na Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

6.3.14.2. Em relação a tabela SINAPI – DF, ou então, subsidiariamente das tabelas de outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, serão considerados os valores não desonerados do mês vigente na data de acionamento da Ordem de Serviço (OS).

6.3.14.3. No valor total do acionamento da ordem de serviço (OS) já deverá estar acrescido o percentual de 22,23% a título de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

6.3.14.4. O valor total também já deverá considerar o percentual de desconto ofertado pela empresa contratada vencedora no certamente sobre os itens da Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

6.3.14.5. Cabe ressaltar que o percentual aceitável para o item de “Administração local” das planilhas orçamentárias será de até 6,23% , com base no valor médio previsto pelo Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário. Todavia, para os prédios históricos ou tombados, o percentual de administração local poderá ser de 8,87% (3º quartil do Acórdão TCU nº 2.622/2013), ou então, até mesmo superior, desde que devidamente justificado e previsto expressamente na documentação técnica referente a ordem de serviço de acionamento.

6.3.14.6. Em havendo acionamentos por ordem de serviços que impliquem na execução de serviços concomitantes numa mesma localidade, tem-se despesas relativas à administração local de obras, mobilização e desmobilização, instalação e manutenção do canteiro, desde que seja possível o aproveitamento de profissionais e instalações, poderão ser rateadas entre as medições das respectivas ordens serviços concomitantes, ou então, consideradas associadas a uma única ordem de serviço, devendo ser excluídas das demais concomitantes.

6.3.14.7. Serão admitidos no máximo até 3 (três) acionamentos simultâneos por ordem de serviços que impliquem na execução de serviços concomitantes numa mesma localidade ou em locais (edificações) distintas. A limitação não será aplicada quando se trata de acionamento de Ordem de Serviço vinculada a serviço(s) de categoria emergencial, ou então, quando a gestão e fiscalização do contrato apresentar justificativa.

6.3.15. Valor Total da Ordem de Serviços corresponderá a:

Valor Total da OS = Soma de todos os Custos dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 + BDI) X (1 – Desconto Proposta do Licitante)

Benefícios e Despesas Indiretas – BDI - 22,23 % - conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013

Σ - Notação matemática para Somatória

X - Notação matemática para multiplicação

Valor Total da OS = Σ Custo dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 + 22,23%) X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

Valor Total da OS = 1,2223 X Σ Custo dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

6.3.16. Não haverá atualização do valor total da Ordem de Serviço, ou então, dos valores da tabela SINAPI - DF, ou então, subsidiariamente das tabelas de outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, salvo no caso da execução do(s) serviço(s) exceder o prazo de 1 (um) ano após o acionamento, quando então será aplicado o índice de reajuste previsto no instrumento contratual associado à respectiva ordem de serviço.

6.3.17. As planilhas orçamentárias conterão, pelo menos:

6.3.17.1. número da Ordem de Serviço a que se refere;

6.3.17.2. item ou subitem;

6.3.17.3. código da composição de preço unitário utilizada da tabela SINAPI (Região Centro-Oeste – DF, referente ao mês da data de acionamento);

6.3.17.4. descrição dos serviços;

6.3.17.5. unidade de medida;

6.3.17.6. quantidade do serviço;

6.3.17.7. Valor Unitário da tabela SINAPI (Região Centro-Oeste – DF, referente ao mês da data de acionamento);

6.3.17.8. Valor Unitário (acrescidos do BDI de 22,23%);

6.3.17.9. Valor Unitário (aplicado o desconto oferecido pela empresa contratada no ato da licitação e acrescido do respectivo BDI de 22,23%);

6.3.17.10. assinatura do responsável pela elaboração e sua respectiva Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) conforme Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

6.3.18. O cronograma físico-financeiro deverá apresentar o prazo da execução dos serviços, previsão das datas de início e término da prestação dos serviços, custo total dos serviços.

6.3.19. Durante a vigência tanto da ata de Registro de Preço, quanto do(s) respectivo(s) instrumento(s) contratual(is) poderão ser realizados vários acionamentos por ordem de serviço, podendo, inclusive, algumas destes ocorrerem simultaneamente.

6.3.20. Em havendo a emissão de uma ou mais ordens de serviço simultâneas tem-se que a soma dos valores de todas as ordens de serviços emitidas, já considerando a aplicação do desconto da empresa signatária da ata, não poderá exceder o valor do respectivo instrumento contratual ao qual a(s) ordem(ns) estará(ão) associada(s).

Recebimento do acionamento por Ordem de Serviço

6.3.21. Todas as Ordens de Serviço assinadas gestão do contrato serão enviadas para endereço de correio eletrônico informados pela empresa contratada conforme item 6.3.1.4 deste Termo de Referência, sendo considerada a data de recebimento do acionamento da Ordem de Serviço pela empresa contratada como sendo a data de envio para endereço de correio eletrônico.

Vistoria após o acionamento da Ordem de Serviço e aceitação do(s) serviço(s)

6.3.22. Após o recebimento pela empresa contratada do acionamento por Ordem de Serviço (OS), iniciará o cômputo do prazo para análise da documentação técnica encaminhada juntamente com a Ordem de Serviço (OS) e realização da vistoria técnica no(s) local(is) de execução do(s) serviço(s), que deverá ser agendada e acompanhada obrigatoriamente por pelo menos um fiscal técnico no:

6.3.22.1. Prazo de até 5 (cinco) dias para Ordem de Serviço vinculada a serviço(s) de categoria padrão/normal;

6.3.22.2. Prazo de até 12 (doze) horas ou outro prazo definido pela Presidência da República para Ordem de Serviço vinculada a serviço(s) de categoria emergencial.

6.3.23. Até o final do prazo previsto acima para análise e vistoria, a empresa contratada deverá manifestar concordância formal, ou então, rejeição ou discordância em relação aos quantitativos e serviços estipulados, bem como sobre a documentação técnica encaminhada.

6.3.23.1. Em caso rejeição ou discordância parcial ou total, a empresa contratada deverá apresentar suas alegações devidamente acompanhadas de fundamentação técnica que justifiquem e demonstrem a incompatibilidade e/ou discordância.

6.3.23.2. A equipe técnica da Presidência República analisará as alegações da empresa contratada e, se for o caso corrigir as possíveis omissões ou equívocos na documentação ratificando-a e emitindo uma nova Ordem de Serviço (OS). Não caberá recurso da manifestação da equipe técnica da Presidência da República que resultar em novo acionamento por uma nova Ordem de Serviço (OS) retificando a anterior.

6.3.23.3. Caso a empresa contratada não se manifeste formalmente pela concordância, ou então, pela rejeição ou discordância parcial ou total no prazo previsto acima, estará sujeita a aplicação de multa cujo valor será entre 0,5% e 10% do valor total da presente contratação (R\$ 20.000.000,00 - vinte milhões), a ser definido com base na gravidade e categoria do(s) serviço(s) acionado(s), sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas tanto no instrumento contratual quanto na legislação pertinente, inclusive, com a possibilidade de cancelamento da Ata de Registro de Preço e à rescisão do(s) contrato(s) dela decorrente(s).

Manifestação formal de concordância da Ordem de Serviço

6.3.24. Será considerada como manifestação formal de concordância do acionamento o recebimento pela Presidência da República da Ordem de Serviço assinada pelo representante legal da empresa contratada.

6.3.24.1. A ordem de serviço (OS) recebida Presidência da República devidamente assinada pelo representante legal da empresa contratada corresponderá ao documento que autoriza o início da execução do(s) serviço(s).

6.3.25. A partir da manifestação formal de concordância, antes do início da execução dos serviços acionados, a empresa contratada deverá entregar os documentos abaixo ao fiscal do contrato, para avaliação das questões de segurança:

6.3.26.3. Planilha com identificação dos colaboradores da empresa contratada que trabalharão no (s) local(is) contendo nome completo, número da carteira de identidade com órgão e data de expedição, CPF, contato telefônico e foto atualizada;

Início da execução do(s) serviço(s)

6.3.25. Quando outro prazo não for estipulado ou acordo com a Presidência da República, o início da execução do(s) serviço(s) deverá ocorrer no 1º (primeiro) dia útil subsequente à manifestação formal de concordância do acionamento por parte da empresa contratada.

6.3.26. Os profissionais designados pela empresa contratada para execução dos serviços deverão apresentar-se no(s) local(is) designado(s) para a execução do(s) serviço(s) nos dias e horários de trabalho estipulados na ordem de serviço de acionamento, asseados, trajando uniforme completo e portando crachá de identificação.

6.3.27. Para o início da perfeita execução dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar antecipadamente todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades de modo a viabilizar o início da execução, promovendo sua substituição quando necessário.

6.3.28. Todas as medidas necessárias à realização dos serviços deverão ser conferidas previamente a mobilização no(s) local(is) de execução dos serviços e, ao término, deverá ocorrer a desmobilização de todos os equipamentos e máquinas, bem como dos recursos humanos associados à execução do(s) serviço(s).

6.3.29. A empresa contratada é responsável pelo fornecimento e obrigatoriedade do uso de uniformes condizentes com a atividade a ser desempenhada, bem como, pelos equipamentos de proteção individual (EPI's), de proteção coletiva (EPC's) e outros que possam vir a ser necessário para seus empregados e/ou subcontratados, de acordo com o preconizado na Lei n.º 6.514, de 22 de dezembro de 1977 e Normas Regulamentadoras (NR's) do Ministério do Trabalho. As áreas de afetadas ou de influência dos serviços acionados deverão estar sinalizadas de forma adequada e segura durante toda a execução dos serviços.

6.3.30. A empresa contratada deverá garantir que a mão de obra empregada seja de primeira qualidade, conduzindo a um ótimo acabamento e aparência, com tolerâncias, ajustes e métodos de execução compatíveis com as melhores práticas modernas aplicáveis a cada caso de acionamento por Ordem de Serviço (OS).

6.3.31. Durante a execução do(s) serviço(s) vinculado(s) a cada Ordem de Serviço, a empresa contratada deverá designar em cada local de execução do(s) serviço(s) o seu colaborador responsável pela condução da equipe, recebimento de materiais, acompanhamento de fornecedores e prestadores de serviço externos (subcontratados) e outras atividades correlatas.

6.3.32. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial, Normas da ABNT, Legislação de acessibilidade, Normas das concessionárias de serviços públicos, Código de Edificações Distrito Federal, bem como os Regulamentos do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e normativa do Ministério do Trabalho.

6.3.33. De forma excepcional e justificada, em caráter eventual e acessório, para assegurar o atendimento satisfatório da necessidade administrativa, a Presidência da República poderá requisitar outros serviços correlatos àquele(s) acionado(s) pela Ordem de Serviço não inseridos na(s) planilha(s) orçamentária(s) indicada(s) no item 6.3.13.2 e item 6.3.17 deste Termo de Referência, desde que contemplados na tabela referencial de custo adotada para esta contratação, isto é, na tabela SINAPI (DF), aplicando-se o mesmo percentual de desconto sobre os custos destes outros serviços.

6.3.34. Na eventualidade de os serviços exigirem novos itens e/ou quantidades de insumos maiores ou menores que os previstos nas planilhas do orçamento, essas alterações deverão ser justificadas pela empresa contratada, avaliadas e aprovadas pela Fiscalização, procedendo-se a retificação da Ordem de Serviço de acionamento, ou então, na emissão de uma nova ordem de serviço de acionamento complementar.

6.3.35. A Presidência da República recusará toda e qualquer alteração de quantitativo e/ou tipo de serviço realizado sem o prévio consentimento da fiscalização técnica e não prevista na(s) planilha(s) orçamentária(s). A empresa contratada deverá executar e/ou fornecer apenas o que for acionado pela Ordem de Serviço e aprovado pela gestão e fiscalização técnica.

6.3.36. A Presidência da República poderá solicitar ensaios, testes, ou laudos dos serviços e instalações executadas pela contratada, de forma a atestar a qualidade, estanqueidade, rigidez, resistência, segurança, ou qualquer outro aspecto pertinente ao serviço /instalação. O custo ficará a cargo da empresa contratada se qualquer um dos procedimentos listados anteriormente for solicitado pela empresa contratada por livre e espontânea vontade.

Paralisação Injustificada da execução do(s) serviço(s)

6.3.33. Qualquer paralisação de execução dos serviços deve ser comunicada de imediato ao fiscal técnico, ou ao fiscal administrativo do contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.

6.3.34. Na hipótese de ocorrer a paralisação injustificada da execução do(s) serviço(s) por parte da empresa contratada, poderá haver a aplicação de multa cujo valor será entre 0,5% e 10% do valor total da presente contratação (R\$ 20.000.000,00 - vinte milhões), a ser definido com base na gravidade e categoria do(s) serviço(s) acionado(s), sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas tanto no instrumento contratual quanto na legislação pertinente, inclusive, com a possibilidade de cancelamento da Ata de Registro de Preço e à rescisão do(s) contrato(s) dela decorrente(s).

6.3.34.1 Como o objeto da presente contratação corresponde à prestação de serviços de Engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, com fornecimento de materiais, peças, insumos, ferramentas e mão de obra, enfim todos os recursos necessários e adequados à correta e completa execução dos serviços, a serem prestados no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais, a paralisação da execução motivada por atrasos de até 30 (trinta) dias para a realização de medição de serviços pela fiscalização técnica, ou então, no pagamento associados a valores inferiores à 1% do valor total da presente contratação (R\$ 20.000.000,00 - vinte milhões), será considerada como sendo injustificada.

Cancelamento da Ata de Registro de Preços

6.4. Dará ensejo ao cancelamento da Ata e à rescisão dos contratos dela decorrentes:

6.4.1. Não iniciar ou paralisar a execução dos serviços após a manifestação de concordância;

6.4.2. Atraso da execução dos serviços em relação ao cronograma em vigor, verificada em qualquer etapa da programação, superior a 20% (vinte por cento) do prazo global associado a respectiva ordem de serviço de acionamento.

6.4.3. O cancelamento da Ata e a rescisão contratual poderão, mediante justificativa da empresa contratada admitida pela Presidência da República, ser substituída pela aplicação de sanção multa prevista na legislação pertinente ou no instrumento contratual.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.5. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, referente ao serviço executado sob responsabilidade da empresa contratada.

6.6. Os custos de reparos, assistência técnica e nova execução de serviços para correção de vícios de solidez e segurança decorrentes de execução incorreta dos serviços correrão por conta da empresa contratada.

6.7. A empresa contratada será acionada por meio de Ofício e terá o prazo de no máximo 5 dias úteis para correção de vícios, podendo este prazo ser prorrogado de acordo com a complexidade do serviço e mediante o aceite do Gestor do Contrato.

6.8. Será de inteira responsabilidade da empresa contratada, qualquer dano ocasionado nas instalações e equipamentos da Presidência da República e de terceiros durante a execução dos serviços.

6.9. Na hipótese de falha ou defeito de materiais ou de execução, identificada durante o período de garantia contratual, que implique em refazimento de algum serviço, um novo período de garantia contratual será iniciado para este serviço, contando-se o prazo a partir da aceitação pela Presidência da República da aplicação dos materiais e/ou serviços. Quando a falha ou defeito se configurar em um "vício oculto", deverão ser aplicados os dispositivos de garantia legal estipulados no Código do Consumidor (Lei 8.078/90).

6.10. Considera-se vício oculto a falha ou defeito não aparente do produto/serviço, que o torna inoperante ou inapto para o fim ao qual se destina, identificado apenas após seu uso contínuo, dentro do período de vida útil do mesmo, resultante de erros de projeto, fabricação ou execução.

6.11. Cabe a empresa contratada, em caso de requisição da Presidência da República, o ônus da prova de que a falha ou defeito apresentado não é resultante de vício oculto.

6.12. O não cumprimento adequado da garantia, como falta de assistência técnica, baixa qualidade na prestação dos serviços ou qualquer outra deficiência, sujeitará à empresa contratada a aplicação das cominações pertinentes.

Procedimento de transição e finalização do contrato

6.13. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Disposições Gerais

6.14. Não será admitida utilização da Ata de Registro de Preços por Órgão ou Entidade não participante da licitação.

6.15. Será sempre empregado o Sistema Internacional de Unidades (SI) em todos os documentos, sejam técnicos, administrativos ou financeiros.

Modelo de Gestão do Contrato

6.16. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.17. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.18. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.19. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.20. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou mesmo de acionamentos específicos por Ordem de Serviço (OS), o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.21. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.22. A Contratada não está obrigada a manter preposto da empresa no local da execução do objeto, exceto se o preposto também estiver acumulando a função de Responsável Técnico.

6.23. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.24. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.25. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.26. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.27. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.28. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.29. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.30 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.30.1. Verificação da execução do(s) serviço(s) acionado(s), visando prevenir falhas, atrasos ou comprometimento do patrimônio do Complexo da Presidência da República.

6.30.2. Verificação da qualidade e técnica(s) empregada(s) na execução do(s) serviço(s) acionado(s).

6.30.3. A Fiscalização Técnica deverá avaliar constantemente a execução dos serviços e utilizar o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, para a aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.31. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.32. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.33. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.34. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.35. Cabe ao gestor do contrato:

6.35.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.35.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.35.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.35.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.35.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.35.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.35.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.35.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.35.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.35.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Dada a natureza da contratação em tela, prestação de serviços de engenharia, sob demanda, não contínuos, sem dedicação de mão de obra exclusiva, a serem executadas nas instalações do Complexo da Presidência da República, com fornecimento de insumos diversos e mão de obra e executado no regime de empreitada por preço unitário baseado no MAIOR DESCONTO sobre a Tabela SINAPI-DF, ou então, noutras tabelas oficiais ou critérios dispostos segundo o § 2º do art. 23 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024 e os artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado.

7.2. Apenas quando houver o acionamento por meio de ordem de serviço devidamente acompanhada da planilha orçamentária detalhando os custos das composições e insumos

descritos no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, fundamentada em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente, é que se saberá os quantitativos.

7.3. A divisão do objeto a ser contratado embora viável tecnicamente para fins de definição das composições de custos dos itens da Tabela SINAPI, não é desvantajosa sob a ótica econômica separar o fornecimento de serviços e materiais, representando uma perda de escala. A segregação entre serviços e materiais acarretaria num incremento exponencial de gastos para a Administração Pública, pois, teria que arcar com os custos realizar a contratação de mão de obra terceirizada sempre que houvesse a necessidade de serviços de engenharia e, também, manter uma equipe de logística permanente para realizar certames de aquisição dos respectivos materiais necessários para a execução dos serviços demandados.

7.4. Os serviços não demandam de especializações incomuns e os preços de referência estão definidos pela Tabela SINAPI. O mercado é historicamente consolidado e tem plenas condições de atender a necessidade de contratação como, aliás, já ocorreu na contratação anterior do ano de 2024.

7.5. Cumpre destacar que a contratação baseada no maior desconto sobre uma determinada referência de preços, que no caso em tela é a tabela SINAPI, embora não possibilite a priori a especificação de um quantitativo, ela é vantajosa para a Administração Pública uma vez que evita o jogo de planilha, conforme posicionamento já explicitado pelo TCU na 5ª edição das Orientações e Jurisprudências do TCU – LICITAÇÕES E CONTRATOS, na página 170 que diz: "A principal vantagem do critério de julgamento pelo maior desconto é que ele evita o jogo de planilha e o jogo de cronograma. Além disso, proporciona celeridade ao processamento da licitação, pois torna mais simples as análises de exequibilidade e economicidade das propostas".

7.6. Ademais, as ordens de serviços poderão ser objeto de acréscimo ou redução, de acordo com a necessidade real apresentada durante a execução dos serviços. No decorrer da execução é possível aparecerem novas necessidades que não foram previstas no momento da emissão da ordem de serviços. Neste caso, eventuais acréscimos deverão ser objeto de ordens de serviços complementares, também baseadas na Tabela SINAPI.

7.7. Sobre a possibilidade de equívocos ou erros quanto aos valores ou quantitativos estimados dos serviços tem-se, com base no Acórdão TCU nº 1.977/2013 – Plenário, que "em exemplo, os contratos podem, com simplicidade, objetivar que erros unitários de quantidade de até 10% não sejam objeto de qualquer revisão. Menos que isso, esses erros acidentais serão álea ordinária da contratada. Para que não haja incontáveis pedidos de reequilíbrio decorrentes de serviços de pequena monta, pode-se, ainda, definir que somente serviços de materialidade relevante na curva ABC do empreendimento incorrerão como tarja de "erro relevante". Assim, para sanar erros que se enquadrem na situação acima, com base na jurisprudência do TCU, não se verifica qualquer impedimento para que ocorra a emissão de ordens de serviços complementares para acréscimo ou redução, de acordo com a necessidade real apresentada durante a execução dos serviços.

7.8. No caso de prorrogação da ata de registros de preços, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, combinado com o art. 22 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, como a contratação é baseada no critério maior desconto sobre tabela de preços SINAPI, considerando que haverá a possibilidade de renovação integral do valor da contratação, também deverá ocorrer a renovação integral do quantitativo, mesmo este sendo incerto pelos razões já apontadas acima. Ademais, frisa-se que a prorrogação somente será admitida desde que ocorra dentro do prazo de vigência e que seja comprovado o preço vantajoso para a Administração Pública. Também deverá existir a previsão orçamentária no Plano de Contratação Anual - PCA referente ao ano de 2026 segundo PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 25.000.000,00

8.1. O valor máximo da presente contratação foi dimensionado considerando o histórico da contratação anterior (processo nº 00059.000165/2024-91) realizada pela Presidência da República, nos termos dos incisos I e III e parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

8.2. O custo estimado da contratação será de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais). Este valor é consistente com as disposições do item 6 do Ofício nº 616/2021/SA/SG/PR de 29 de novembro de 2021 (documento SEI 3037948 do Processo 00140.000988/2021-45), que prevê a possibilidade de ser considerada a variação de até 25%, para maior, entre o valor unitário estimado registrado no Plano, isto é, o Plano de Contratações Anuais – PCA 2025 da Secretaria de Administração de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

8.3. O valor foi construído com base nas necessidades de adequações e revitalizações de todo o complexo de infraestrutura da Presidência da República. As demandas de intervenções (sejam elas qualitativas ou quantitativas) são constantes e imprevisíveis.

8.4. Além da imprevisibilidade gerada pelos fatores intrínsecos à idade avançada das infraestruturas, as características dos serviços de intervenção em elementos existentes, dentro de um ambiente desfavorável (edificações tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), também tem contribuição significativa no desafio de estimar os valores a serem contratados.

8.5. É comum, neste tipo de serviço, haver alterações e acréscimos durante a execução, tendo em vista que, por mais profundo que seja o levantamento e o projeto básico, os imprevistos e as interferências ocultas em edificações antigas, resultam em ampliações, complementações ou adaptações no serviço previsto. Por mais diligente que sejam as previsões, nem sempre é possível aferir, com precisão exata, todos os elementos de forma qualitativa e quantitativa, envolvendo todo o escopo do serviço. As demandas têm ocorrências aleatórias seja no tempo, local ou tipo da demanda, principalmente nos serviços de manutenção corretiva de patologias causadas por fenômenos naturais.

8.6. Os estudos realizados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estima o custo anual para manutenção em função dos custos iniciais (custo de construção ou valor do bem), conforme trecho citado na versão passada da ABNT NBR 5674:1999 (que continua válida para nortear planejamento das manutenções):

A manutenção de edificações é um tema cuja importância tem crescido no setor da construção civil, superando, gradualmente, a cultura de se pensar o processo de construção limitado até o momento quando a edificação é entregue e entra em uso. As edificações são o suporte físico para a realização direta ou indireta de todas atividades produtivas, e possuem, portanto, um valor social fundamental.

Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais.

É inviável, sob o ponto de vista econômico, e inaceitável, sob o ponto de vista ambiental, considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis de simples substituição por novas construções quando seu desempenho atinge níveis inferiores ao exigido pelos seus usuários. Isto exige que se tenha em conta a manutenção das edificações existentes, e mesmo as novas edificações construídas, tão logo colocadas em uso, entrem no rol de edificações a ser mantido em condições adequadas para atender as exigências dos seus usuários.

Estudos realizados em diversos países, para diferentes tipos de edificações, demonstram que os custos anuais envolvidos na operação e manutenção das edificações em uso variam entre 1% e 2% do seu custo inicial.

A omissão em relação à necessária atenção para a manutenção das edificações pode ser constatada nos frequentes casos de edificações retiradas de serviço muito antes de cumprida a sua vida útil projetada (pontes, viadutos, escolas), causando muitos transtornos aos seus usuários e um sobrecusto em intensivos serviços de recuperação ou construção de novas edificações. Seguramente, pior é a obrigatória tolerância, por falta de alternativas, ao uso de edificações cujo desempenho atingiu níveis inferiores ao mínimo recomendável para um uso saudável, higiênico ou seguro. Tudo isto possui um custo social que não é contabilizado, mas se reflete na qualidade de vida das pessoas.

Economicamente relevante no custo global das edificações, a manutenção não pode ser feita de modo improvisado e casual. Ela deve ser entendida como um serviço técnico, cuja responsabilidade exige capacitação apurada. Para se atingir maior eficiência na administração de uma edificação ou de um conjunto de edificações, é necessária uma abordagem fundamentada em procedimentos organizados em um sistema de manutenção, segundo uma lógica de controle de custos e maximização da satisfação dos usuários com as condições oferecidas pelas edificações.

8.7. Todavia, não há no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (SPIUnet), a soma do valor total dos bens imóveis que compõem o Complexo da Presidência da República. Logo, não é possível se adotar o percentual de 1% (um por cento) ou 2% (dois por cento), conforme estudo da ABNT supracitado.

8.8. A Instrução Normativa (IN) nº 1.700, de 14 de março de 2017, da Receita Federal do Brasil (RFB), em seu anexo III, prevê uma depreciação linear ao longo de 25 anos para atingir o esgotamento da vida útil de um imóvel, o que corresponde à uma taxa de 4% a.a. (quatro por cento ao ano).

8.9. Desta forma, em tese, para se manter o valor do imóvel constante deveria ser aplicado um gasto de manutenção e atualização anual com taxa correspondente. No entanto, este raciocínio não é totalmente correto, pois a depreciação não se resume a degradação do imóvel pela não manutenção ao longo do tempo, mas também pela obsolescência e das inovações tecnológicas em materiais e equipamentos.

8.10 Ressalte-se que vários fatores interferem na depreciação do imóvel, a exemplo do modo de vida da sociedade que é dinâmico e mutável ao longo do tempo, principalmente quando se trabalha com prazos mais longos, como é o caso do Complexo da Presidência da República.

8.11. Diante da complexidade apontada acima, e, considerando que as edificações do Complexo da Presidência da República já contam com mais de 60 anos, além do histórico de intervenções que já ocorreram no passado e, principalmente, que várias edificações são tombadas pela IPHAN, será adotado na presente contratação o percentual aproximado de 8% (oito por cento) para depreciação da área total das edificações do Complexo da Presidência da República que poderão

estar sujeitas a intervenções, isto é, aos serviços de engenharia que poderão acionados sob demanda.

8.12. Este percentual de depreciação busca contemplar o amplo rol de serviços e insumos que poderão ser empregados nos serviços de engenharia de adequação da infraestrutura, frente a impossibilidade de prever a priori as intervenções que serão necessárias.

8.13 É oportuno repisar que nas composições referenciadas na base de dados do SINAPI a serem utilizadas nos acionamento por ordem de serviço, deverão utilizar o regime de encargos não (sem) desoneração na composição dos custos, uma vez que este se mostra mais vantajoso para a administração pública, uma vez que os custos de mão de obra não incluem os encargos sociais, como o INSS.

8.14. Outro aspecto a ser considerado na estimativa do valor se refere à margem de erro decorrente da impossibilidade de se estimar com exatidão cada uma das variáveis que irão compor os serviços de engenharia que serão acionados em virtude da presente contratação. A título de exemplificação, sabe-se que durante a execução dos serviços algumas variáveis poderão sofrer elevações de custos e/ou reduções, em função de fatores exógenos. Como resultado dessas variações, deve haver uma compensação da maior parte dos erros da estimativa de custos, o que irá minimizar o erro geral do processo de cálculo como um todo.

8.15. Na literatura técnica especializada (Engenharia de Custos: Novo Conceito de BDI; Paulo Roberto Vilela Dias - 6ª ed. 2024 pp. 44 a), especificamente no capítulo 15 ao tratar da precisão dos orçamentos, aponta-se:

"Na ausência de um estudo sobre Margem de Erro em Estimativa de Custos de Engenharia no Brasil, consideram-se os resultados obtidos na pesquisa realizada pelo ICEC – International Cost Engineering Council (www.icoste.org), conforme tabela abaixo:

Origem de Estimativa	Margem de Erro
Projeto Básico	+5%
Projeto Executivo	+10% a 15%
Anteprojeto	+15% a 20%
Projeto Esquemático	+20% a 25%
Viabilidade Econômica	+25% a 30%
Ordem de Grandeza	> 30%

Por sua vez, o IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas propõe na OT-IBR 004-2012 (acessada em jan/15 em www.ibraop.org.br) que se adote margem de erro de 10% para Estimativa de Custos detalhadas, elaborado com base em Projeto Básico e de 5% quando dispuser de Projeto Executivo e de Preços de insumos negociados para a obra.

Tipo de orçamento	Fase de projeto	Cálculo do preço	Faixa de Precisão
Estimativa de custo	Estudos preliminares	Área de construção multiplicada por um indicador	30%*
		Quantitativos de	

Preliminar	Anteprojeto	serviços apurados no projeto ou estimados por meio de índices médios, e custos de serviços tomados em tabelas referenciais	20%
Detalhado ou analítico (orçamento base da licitação)	Projeto básico	Quantitativos de serviços apurados no projeto, e custos obtidos em composições de custos unitários com preços de insumos oriundos de tabelas referenciais ou de pesquisa de mercado relacionados ao mercado local, levando-se em conta o local, o porte e as peculiaridades de cada obra	10%
Detalhado ou analítico definitivo	Projeto executivo	Quantitativos apurados no projeto e custos de serviços obtidos em composições de custos unitários com preços de insumos negociados, ou seja, advindos de cotações de preços reais feitas para a própria obra ou para outra obra similar ou, ainda, estimados por meio de método de custo real específico	5%

*Para obras de edificações, a faixa de precisão esperada da estimativa de custo é de até 30%, podendo ser superior em outras tipologias de obras"

8.16. Para a contratação em questão, como ainda não se sabe com precisão quais serão os serviços acionados nas ordens de serviço, entende-se que ainda se está na fase de viabilidade

econômica segundo a ICEC (+25% a 30%), ou então, estimativa de custos conforme IBRAOP (30%). Para fins de cálculo da estimativa do valor da contratação, será adotado o percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

8.17. Ademais, é importante destacar que, não obstante a adoção do percentual de 25% de margem de erro, após o acionamento pela ordem de serviço, não será admitida a referida margem, uma vez que o acionamento estará acompanhado de documentação(ões) técnica(s) obrigatória(s) e/ou facultativo(s), não se restringindo à listagem abaixo:

8.17.1. Memorial descritivo dos serviço(s) almejado(s), ou então, memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais e/ou insumos, de forma a estabelecer padrões mínimos para a execução do(s) serviço(s);

8.17.2. Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024, como, por exemplo SICRO NOVO, ORSE, AGETOP CIVIL, EMOP, SEINFRA, SETOP e IOPES, não se restringindo tão somente a estes, ou então, observando os critérios dispostos nos artigos 6º e 8º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 correspondendo a orçamento estimado (art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), sintético (art. 23, §§ 5º e 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024) detalhado ou analítico (art. 6, inciso XXV, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024);

8.17.3. Prazo de execução e Cronograma Físico Financeiro por etapas, se necessário;

8.17.4. Planta de referências da(s) edificação(ões) se for o caso;

8.17.5. Memória de cálculo se for o caso;

8.17.6. Memória de quantitativo;

8.17.7. Caderno de especificações de materiais e/ou serviços;

8.17.8. Projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso;

8.17.9. Projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso;

8.17.10. Anteprojeto (art. 46, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024), se for o caso;

8.17.11. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT;

8.17.12. resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; e,

8.17.13. outros normativos legais a serem observados na execução do(s) serviço(s)

8.18. Consequentemente, a margem de erro, em cada caso concreto, será inferior a 25%, devendo estar em conformidade com as disposições das tabelas acima da ICEC e IBRAOP.

8.19. Assim, levando-se em consideração o exposto acima, tem-se:

- área total construída dos imóveis do Complexo da Presidência da República indicada no tópico 2 (Descrição da necessidade deste estudo - 120.208,39 m²);

- o custo médio do m² do SINAPI praticado no Distrito Federal referente ao mês de janeiro de 2025 (R\$ 1.834,26 - Custo Médio em R\$/m² - REGIÃO CENTRO-OESTE - DISTRITO FEDERAL - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL - SINAPI - janeiro de 2025 - Desonerado. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9270-sistema-nacional-de-pesquisa-de-custos-e-indices-da-construcao-civil.html?=&t=series-historicas>), uma vez que todos estão localizados em Brasília/DF;
- percentual aproximado de taxa de depreciação/gestão de 8%;
- estimativa de BDI como sendo de 22,23% conforme calculado nos itens 5.46 a 5.49 deste Estudo Técnico Preliminar observando as disposições do ACORDÃO TCU nº 2.622/2013 - Plenário.
- percentual de margem de erro de 25%

8.20. Tem-se o cálculo que resulta no valor de R\$ 26.950.913,35 (vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e treze reais e trinta e cinco centavos).

Estimativa do Valor da Demandas por Serviços de Engenharia	
Descrição	Valor Desonerado
Custo Médio em R\$/m ² - SINAPI - região CENTRO-OESTE - DISTRITO FEDERAL (janeiro de 2025)	R\$ 1.834,26
Área total imóveis (funcionais e administrativos) (m ²)	120.208,39
Percentual de depreciação	8%
SUBTOTAL MÁXIMO (sem B.D.I.) (Área X custo médio por metro quadrado X Depreciação)	R\$ 17.639.475,32
TAXA DE BDI (%) (Conforme com ACORDAO 2622/2013)	22,23%
VALOR MÁXIMO DA DESPESA (com B.D.I.) (Área X custo médio por metro quadrado X Depreciação x BDI)	R\$ 21.560.730,68
Acréscimo devido ao percentual de margem de erro	25%
Valor Final Estimado para a Contratação	R\$ 26.950.913,35

8.21. É oportuno evidenciar que o acréscimo devido ao percentual de margem de erro é compatível com as disposições do item 6 do Ofício nº 616/2021/SA/SG/PR de 29 de novembro de 2021 (documento SEI 3037948 do Processo 00140.000988/2021-45), que prevê a possibilidade de ser considerada a variação de até 25%, para maior, entre o valor unitário estimado registrado no Plano, isto é, o Plano de Contratações Anuais – PCA 2025 da Secretaria de Administração de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

8.22. Considerando o esforço da Secretaria de Administração da Presidência da República em aumentar a eficiência na execução dos serviços, bem como, também buscar a redução de gastos e custos, frente as incertezas econômicas (contingenciamento de orçamento, oscilação cambial diante do cenário internacional, guerras e etc), entre o valor de R\$ 26.950.913,35 (vinte e seis milhões, novecentos e cinquenta mil, novecentos e treze reais e trinta e cinco centavos) calculado acima, e o valor previsto no PCA 2025 acrescido de 25% com base no item 6 do Ofício nº 616/2021/SA/SG/PR de 29 de novembro de 2021 (documento SEI 3037948 do Processo 00140.000988/2021-45), equivalente a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), optou-se por este, isto é, o valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) com respaldo nos incisos I e III e parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

8.23. Frisa-se ainda que o intuito da presente contratação é permitir o uso integral dos recursos orçamentários previstos, isto é, o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Dessa forma, adotar-se-á o valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) acrescido de 25% com base no item 6 do Ofício nº 616/2021/SA/SG/PR de 29 de novembro de 2021 (documento SEI 3037948 do Processo 00140.000988/2021-45) para fins de lançamento no sistema de acompanhamento do certame. Este valor servirá de base na licitação antes da incidência do desconto, uma vez que o empenho deverá considerar o maior percentual de desconto homologado no certame. Ressalta-se que o valor final da Ata de Registro de Preço, bem como do (s) empenho(s) associado(s), já considerando o percentual de desconto acrescido, não poderá (ão) exceder ao valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) previstos como créditos orçamentários.

8.24. Dessa forma, considerando como valor estimado da contratação de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) tem-se a seguinte fórmula a ser considerada no certame:

Valor Total da Licitação = Soma de todos os Custos dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 + BDI) X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

Benefícios e Despesas Indiretas – BDI - 22,23 % - conforme Acórdão TCU nº 2.622/2013 – Plenário

Valor Total da Licitação – Corresponde ao valor previsto no PCA 25 (R\$ 25.000.000,00)

- Notação matemática para Somatória

X - Notação matemática para multiplicação

R\$ 25.000.000,00 = Custo dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 + 22,23%) X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

R\$ 25.000.000,00 = 1,2223 X Custo dos Serviços^{SINAPI-DF} X (1 – Desconto^{Proposta do Licitante})

8.25. A exemplo do ocorrido na contratação anterior da Presidência da República no ano de 2024, para fins de aceitabilidade da proposta, o desconto mínimo de referência na licitação será de 10% (dez por cento).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A contratação do objeto descrito nesse Estudo Técnico Preliminar deverá ser realizada em um único grupo. A redução dos custos administrativos com várias licitações, bem como dos custos gerenciais de vários contratos, representa mais um ponto positivo desse novo modelo de contratação.

9.2 O agrupamento também proporciona maior possibilidade de negociação de preços, com a diminuição do valor estimado da licitação. Outras vantagens se relacionam com a absorção das tecnologias modernas e a eficiência dos equipamentos, a garantia da padronização dos serviços; e o gerenciamento da logística e fiscalização de forma centralizada.

9.3. Outro ponto relevante para a existência de um único grupo, está relacionado ao gerenciamento de uma única empresa, além de ser mais vantajoso para a Presidência da República, também é relevante sob o aspecto da segurança e do canteiro de obras. É mais fácil e recomendável serem os empregados de uma mesma empresa que realizarão todos os serviços, ao invés de empregados de empresas distintas que seriam trocados constantemente, exigindo atualizações constantes dos cadastros de acesso, bem como da verificação de antecedentes criminais de cada um, por exemplo. Também não é admissível montar ao lado dos edifícios da Presidência da República várias contêineres, um de cada empresa (devido a exigência das normas trabalhistas), para que sejam disponibilizados para os empregados

terceirizados as condições higiênicas adequadas. Em sendo uma única empresa, ter-se-á apenas um único canteiro de obra ao invés de vários.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No âmbito da Presidência da República a presente contratação está correlata ou interdependente com a contratação de serviços continuados para a elaboração de estudos, planejamento e desenvolvimento de projetos de arquitetura e engenharia, com fornecimento de mão de obra exclusiva, em tramitação no âmbito do processo nº 00059.000446/2025-25 (Contratação de Serviços - Licitação).

10.2. Como mencionado em vários itens do presente estudo, nos acionamento por Ordem de Serviço, conforme a natureza do(s) serviço(s) a serem demandado(s) poderá(ão) ser encaminhado(s) vários documentos técnicos como, por exemplo: Projeto executivo (art. 46, § 1º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024); Projeto básico (art. 46, § 1º c/c art. 18, § 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024); Anteprojeto (art. 46, §§ 2º e 3º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024); Planilha de orçamento com fontes de custos baseada na Tabela SINAPI-DF, ou então, subsidiariamente em outros sistemas de referencial de custos oficiais previstos no art. 23, §2º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024; orçamento estimado (art. 18, inciso IV da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024); orçamento sintético (art. 23, §§ 5º e 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024); orçamento detalhado ou analítico (art. 6, inciso XXV, alínea “f” da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2024); Memorial descritivo dos serviço(s) almejado(s), ou então, memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais e/ou insumos, de forma a estabelecer padrões mínimos para a execução do(s) serviço(s); Cronograma Físico Financeiro por etapas; Planta de referências da(s) edificação(ões); Memória de cálculo; Memória de quantitativo; Caderno de especificações de materiais e/ou serviços, além de outros.

10.3. Há profissionais com expertise nos órgãos técnicos vinculados à Diretoria de Engenharia e Patrimônio - DIENP (Coordenação-Geral de Gestão de Projetos de Engenharia - COGPEN e Coordenação-Geral de Operações de Engenharia - COENGE) que podem elaborar a documentação mencionada acima. Todavia o quantitativo de profissionais é insuficiente para realizar simultaneamente as atividades rotineiras do dia a dia tais como, gestão de diversos contratos de prestação de serviços, participação em reuniões e vistorias técnicas para identificação de demandas e de ações de modernização da infraestrutura, acompanhamento da execução de serviços de engenharias e etc.

10.4. Dessa forma a contratação em curso no âmbito do processo nº 00059.000446/2025-25 (Contratação de Serviços - Licitação) é necessária para que a execução do objeto da presente contratação também logre êxito com os melhores resultados possíveis para a Presidência da República.

10.5. É oportuno registrar que a presente contratação substituirá a contratação anterior (processo nº 00059.000165/2024-91) cujo prazo de validade da Ata de Registro de Preços nº 024/2024 já se encerrou, isto é, expirou em 4 de abril de 2025.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A presente aquisição está associada ao DFD 1/2025 (SUPER nº 6533468), está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394411000109-0-000005/2025

II) Data de publicação no PNCP: 23/12/2024

III) Id do item no PCA: 1

IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA

V) Identificador da Futura Contratação: 110001-303/2025 está prevista no Plano de Contratação Anual.

11.2. A presente contratação também está alinhada ao objetivo estratégico do Mapa Estratégico da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República e é necessária para as medidas de aperfeiçoamento dos serviços relacionados a sua infraestrutura física.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

- a) Otimização de custos administrativos de gerenciamento de todo o processo de contratação, da força de trabalho que possuímos tanto na gestão quanto fiscalização de contratos.
- b) Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.
- c) Mitigar chances do inadimplemento contratual por parte da empresa que possa gerar desgaste ou custos para esta instituição.
- d) Garantir a boa execução dos serviços de apoio administrativo, sempre embasados nos princípios de eficiência e sustentabilidade.
- e) Economicidade no gerenciamento do contrato de reparos e adaptações assim como economia por não ser necessária a contratação por licitação individual cada serviço.
- f) Dinamismo em relação aos serviços não previstos em contratos contínuos.
- g) Rapidez no atendimento a demanda dos serviços.
- h) Redução de riscos devido a interpretações distintas de um problema, pois somente haverá uma empresa envolvida na realização dos serviços.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para as providências para adequação do ambiente, a equipe de planejamento deverá observar as seguintes diretrizes específicas:

13.1.1. Deverá ser providenciado o Termo de Referência e demais documentações necessárias para o prosseguimento da licitação.

13.1.2. Elaborar e anexar o Mapa de Riscos ao processo de Contratação.

13.1.3. É recomendável a interação da equipe de planejamento com os servidores a serem designados para a gestão e fiscalização com objetivo de auxiliar nos esclarecimento e/ou dúvidas que possam advir do acompanhamento da execução contratual resultante do presente certame.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação em questão não tem potencial de causar impacto ambiental, contudo, a empresa contratada deverá adotar boas práticas no que diz respeito à sustentabilidade e ao descarte dos rejeitos.

14.2. Os impactos ambientais gerados por esta demanda não são superiores nem mais impactantes do que qualquer outra demanda de contratação de serviços de engenharia.

14.3. A empresa contratada vencedora deverá atender aos requisitos técnicos de sustentabilidade e ao descarte dos rejeitos estipulados neste Estudo Técnico Preliminar, sob pena de aplicação das sanções contratuais e sem prejuízo às demais ações cabíveis junto aos órgãos responsáveis.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Justificativa da Viabilidade Após este estudo preliminar verificamos que o serviço objeto desta contratação é fundamental para a garantia do desempenho das atividades regulares dos servidores devido a regular a disponibilidade e confiabilidade dos ambientes e além, é claro, da preservação e manutenção do patrimônio público. Com esta contratação será possível conciliar menores custos e o atendimento adequado das necessidades da Administração, isto posto constatamos, portanto que é uma contratação viável. A presente contratação está alinhada ao objetivo estratégico do Mapa Estratégico da Secretaria Executiva da Casa Civil da Presidência da República e é necessária para as medidas de aperfeiçoamento dos serviços relacionados a sua infraestrutura física tanto dos prédios administrativos como residências oficiais da Presidência da República.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE SARAIVA DE PAULA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2025 às 15:24:50.

EDUARDO ANDRADE SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2025 às 15:03:35.

RAILTON LOPES DOS SANTOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2025 às 15:44:02.

FABRICIO DA SILVA GAMA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/05/2025 às 14:43:54.